

Universidade Federal de Minas Gerais
Departamento de Geografia

Edivaldo Fernandes Ramos

**AS CIDADES MÉDIAS EM PERSPECTIVA
UMA ANÁLISE DOS PAPÉIS E TENDÊNCIAS DE UM
GRUPO DE CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS**

Belo Horizonte
2011

Edivaldo Fernandes Ramos

**AS CIDADES MÉDIAS EM PERSPECTIVA
UMA ANÁLISE DOS PAPÉIS E TENDÊNCIAS DE UM
GRUPO DE CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização do Espaço

Orientador: Ralfo Edmundo da Silva Matos

Co-orientador: Ricardo Alexandrino Garcia

Belo Horizonte
Departamento de Geografia da UFMG
2011

Universidade Federal de Minas Gerais
Departamento de Geografia

Dissertação intitulada “*As cidades médias em perspectiva - Uma análise dos papéis e tendências de um grupo de cidades médias brasileiras*”, de autoria do mestrando Edivaldo Fernandes Ramos, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Ralfo Edmundo da Silva Matos – IGC-UFMG (Orientador)

Prof. Dr. Ricardo Alexandrino Garcia – IGC-UFMG (Co-orientador)

Carlos Fernando Ferreira Lobo - UFSJ (Examinador externo)

Prof^ª. Dr^ª. Marly Nogueira – IGC-UFMG (Examinadora Interna)

Prof. Dr. Weber Soares – IGC-UFMG (Examinador Interno)

Belo Horizonte, 07 de Julho de 2011.

Em memória de Maria Eduarda Ramos Mota e Rafael Giordane Aquino de Paula queridos sobrinhos, que muito me alegraram nas horas difíceis desta trajetória, mas que infelizmente nos deixaram para estar junto ao Pai maior.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de muito esforço e dedicação e não se teria concluído sem o apoio de pessoas de extrema importância em minha vida. Aos amigos e colaboradores, os meus agradecimentos:

A Deus por ter me dado forças para superar todas as dificuldades;

Aos meus pais e familiares por serem exemplos de esforço, dedicação e apoio nas horas difíceis;

Ao meu orientador, Ralfo Matos, pessoa fundamental na minha trajetória do mestrado, sem o qual este trabalho não se concluiria. Obrigado pela paciência e dedicação.

Ao meu co-orientador, Ricardo Alexandrino, que foi fundamental nas análises estatísticas e sugestões de leitura.

Aos professores que ao longo da minha trajetória acadêmica, contribuíram com seus ensinamentos e reflexões;

Aos amigos que contribuíram para minha trajetória antes e durante o processo do mestrado, em especial, Heli Sabino e João Stefani, grandes amigos e colaboradores nesta caminhada;

A minha analista, Carmen Lúcia, que nos momentos difíceis tanto me ajudou a não me perder no caminho.

RESUMO

Os estudos da rede urbana brasileira têm avançado para diversos campos e, sem dúvida, um dos que se destaca, atualmente, é aquele que trata do papel desempenhado pelas denominadas cidades médias. Mesmo porque, a análise desta categoria de centro urbano tornou-se obrigatória, pois são determinantes no atual processo de desconcentração da economia brasileira, colocando-se como importante alternativa de investimentos e também como espaços capazes de receber e fixar imigrantes. Em vista disso, um dos objetivos centrais da presente pesquisa é entender o que, de fato, seria uma cidade média e para onde elas estão indo. À luz da bibliografia existente e a partir de uma evidenciação empírica, com dados secundários e de informações coletadas em campo, busca-se, assim, compreender os processos de desenvolvimento destas cidades e as possibilidades que a elas se apresentam. Além disso, pretende-se demonstrar se as cidades médias crescem de forma notável e sustentável, demográfica e economicamente, nas últimas décadas, ou se apresentam acomodação quanto ao seu crescimento. Avalia-se, também, se os municípios médios são centros urbanos que atraem investimentos e mão de obra para si e para os municípios de sua rede de influência, ou se estão concentrando os investimentos e a população.

Palavras-chave: Cidades médias, Urbanização, Rede urbana, Região de influência.

ABSTRACT

Studies of Brazilian urban network have advanced to diverse fields and, without doubt, one of which stands today, is one that deals with the role played by the named towns. However, the analysis of this category of urban center became compulsory, as are decisive in the current process of devolution of the Brazilian economy, placing themselves as important alternative investments as well as spaces able to receive and retain immigrants. In view of this, one of the central goals of this research is to understand what, in fact, it would be a city average and where they are going. In the light of existing literature and empirical evidence from a, with secondary data and information collected in the field, seeking to understand the processes of development of these cities and the possibilities they present themselves. In addition, we intended to demonstrate if the towns grew a remarkable demographic, sustainable and economically in recent decades, or if they have accommodation for them growth. Assesses also whether average municipalities are urban centers that attract investment and labor for herself and for the municipalities of its network of influence, or whether they are concentrating investments and population.

Keywords: medium-sized Cities, urbanization, urban Network, Region of influence.

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, MAPAS, FIGURAS E ANEXOS

Tabelas

Tabela 1: Brasil: 2007. População residente em Municípios de porte médio selecionados segundo Unidades da Federação.....	50
Tabela 2: Brasil: 2007. Metrôpoles das Unidades da Federação segundo estimativas de contagem de população do IBGE em 2007	52
Tabela 3: Brasil: 1950/2000. População residente e taxa de crescimento geométrico anual da população dos municípios-núcleo das metrôpoles – 1950/2000	53
Tabela 4: Brasil: 1950/2007. Municípios Médios selecionados com taxas de crescimento geométrico da população acima de 2% no período 2000/2007	55
Tabela 5: Brasil: 1995/2000. Taxas líquidas de migração dos municípios-núcleo das regiões metropolitanas 1995/2000	58
Tabela 6: Brasil: 1995/2000. Taxas líquidas de migração de Municípios Médios selecionados 1995/2000.....	60
Tabela 7: Brasil: 2050. Maiores populações dos Municípios Médios selecionados – projeções para 2050.....	63
Tabela 8: Brasil: 2007. Maiores PIBs absolutos dos Municípios Médios selecionados em 2007	67
Tabela 9: Brasil: 1991/2000. Média ponderada do IDH dos Municípios-núcleo das metrôpoles e dos Municípios Médios selecionados	68
Tabela 10: Brasil: 1991/2000. Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios-núcleo das metrôpoles 1991/2000	69
Tabela 11: Londrina: 2008 - Fatores Econômico-sociais responsáveis pela fixação de habitantes	100
Tabela 12: Londrina: 2008 - Fatores Culturais responsáveis pela fixação de habitantes	102
Tabela 13: Londrina: 2008 - Fatores Geoculturais responsáveis pela fixação de habitantes.	104
Tabela 14: Londrina: 2008 - Preferências entre os três fatores de fixação de habitantes	105
Tabela 15: Joinville: 2008 - Fatores Econômico-sociais responsáveis pela fixação de habitantes	110
Tabela 16: Joinville: 2008 - Fatores Culturais responsáveis pela fixação de habitantes	111

Tabela 17: Joinville: 2008 - Fatores Geoculturais responsáveis pela fixação de habitantes..	112
Tabela 18: Joinville: 2008 - Preferências entre os três fatores de fixação de habitantes	113
Tabela 19: Vitória da Conquista: 2008 - Fatores Econômico-sociais responsáveis pela fixação de habitantes	117
Tabela 20: Vitória da Conquista: 2008 - Fatores Culturais responsáveis pela fixação de habitantes	118
Tabela 21: Vitória da Conquista: 2008 - Fatores Geoculturais responsáveis pela fixação de habitantes	119
Tabela 22: Vitória da Conquista: 2008 - Preferências entre os três fatores de fixação de habitantes	119
Tabela 23: Petrolina: 2008 - Fatores Econômico-sociais responsáveis pela fixação de habitantes	125
Tabela 24: Petrolina: 2008 - Fatores Culturais responsáveis pela fixação de habitantes	125
Tabela 25: Petrolina: 2008 - Fatores Geoculturais responsáveis pela fixação de habitantes	126
Tabela 26: Petrolina: 2008 - Preferências entre os três fatores de fixação de habitantes	127
Tabela 27: Juazeiro: 2008 - Fatores Econômico-sociais responsáveis pela fixação de habitantes	130
Tabela 28: Juazeiro: 2008 - Fatores Culturais responsáveis pela fixação de habitantes	130
Tabela 29: Juazeiro: 2008 - Fatores Geoculturais responsáveis pela fixação de habitantes ..	131
Tabela 30: Juazeiro: 2008 - Preferências entre os três fatores de fixação de habitantes	132

Gráficos

Gráfico 1: Brasil: 1970/2007. Crescimento geométrico da população/Municípios Médios selecionados - 1970/80 e 2000/07.....	56
Gráfico 2: Brasil: 1950/2007. Taxas médias do crescimento geométrico da população das metrópoles e dos municípios médios selecionados - 1950/2007.....	57
Gráfico 3: Brasil: 1999/2007. Taxas de crescimento geométrico do PIB Metrópoles/Cidades Médias selecionadas	65
Gráfico 4: Brasil: 1991/2000. Taxa de crescimento do IDHM/1991-2000 (Municípios-núcleo das metrópoles e Municípios Médios selecionados).....	68

Mapas

Mapa 1: Brasil: 2007. Distribuição dos Municípios Médios selecionados no território nacional.....	51
Mapa 2: Brasil: 2007. Distribuição das Regiões de Influência dos cinco municípios selecionados no território nacional.....	75
Mapa 3: Brasil: 2007. Crescimento Populacional dos municípios da Região de Influência de Londrina – 1991/00 e 2000/07	78
Mapa 4: Brasil: 2007. Crescimento Populacional dos municípios da Região de Influência de Joinville – 1991/00 e 2000/07	82
Mapa 5: Brasil: 2007. Crescimento Populacional dos municípios da Região de Influência de Vitória da Conquista – 1991/00 e 2000/07	87
Mapa 6: Brasil: 2007. Crescimento Populacional dos municípios da Região de Influência de Petrolina-Juazeiro – 1991/00 e 2000/07	91

Fotos

Foto 1: Vista de parte da área central de Londrina	101
Foto 2: Calçadão na área central de Londrina	101
Foto 3: Museu Histórico de Londrina	103
Foto 4: Mendigos dormindo em concha acústica no centro de Londrina	106
Foto 5: Fundação Tupi, maior fábrica de Joinville	107
Foto 6: Casarão em estilo Enxaimel no centro de Joinville	108
Foto 7: Vista parcial da cidade de Joinville	109
Foto 8: Vista parcial do centro de Joinville.....	110
Foto 9: Comércio varejista na área central de Vitória da Conquista	114
Foto 10: Vista parcial do centro de Vitória da Conquista.....	115
Foto 11: Central de abastecimento próximo a área central de Vitória da Conquista	116
Foto 12: Vista parcial da área central de Vitória da Conquista.....	116
Foto 13: Petrolina e Juazeiro separadas pelo Rio São Francisco	121
Foto 14: Cultivo irrigado de uva em Petrolina	121

Foto 15: Feira tradicional em Petrolina.....	123
Foto 16: Vista parcial da área central de Petrolina	123
Foto 17: Museu do Sertão em Petrolina.....	124
Foto 18: Ceasa de Juazeiro.....	128
Foto 19: Barcas no Rio São Francisco em Juazeiro.....	128
Foto 20: Periferia de Juazeiro.....	129

Anexos

Anexo 1: Brasil: 1950/2000. População Residente e taxa de crescimento geométrico da população dos municípios médios selecionados – 1950/2000	144
Anexo 2: Brasil: 2010/2050. Projeção populacional dos Municípios Médios selecionados para os períodos 2010/2050	146
Anexo 3 – PIB absoluto e crescimento geométrico do PIB dos municípios núcleo das metrópoles 1999/2007.....	148
Anexo 4: Brasil: 1999/2007. Crescimento geométrico do PIB – Municípios Médios selecionados 1999/2007	148
Anexo 5: Brasil: 1991/2000. Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios Médios selecionados segundo Unidades da Federação – 1991/2000	150
Anexo 6: Região de Influência de Londrina: População Residente 1991/2000/2007 – Crescimento Geométrico da População 1991/00 e 2000/07 e Taxas Líquidas de Migração 1995/00.....	152
Anexo 7: Brasil: 2002/2007. Produto Interno Bruto e Taxa de crescimento do PIB da Região de Influência de Londrina	154
Anexo 8: Região de Influência de Joinville: População Residente 1991/2000/2007 – Taxa de crescimento geométrico da população 1991/00 e 2000/07 e Taxas Líquidas de Migração 1995/00.....	156
Anexo 9: Brasil: 2002/2007. Produto Interno Bruto e taxas de crescimento do PIB da Região de Influência de Joinville – 2002/07	156
Anexo 10: Região de Influência de Vitória da Conquista: População Residente 1991/2000/2007 – Crescimento Geométrico da população 1991/00 e 2000/07 e Taxas Líquidas de Migração 1995/00.....	157

Anexo11: Brasil: 2002/2007. Produto Interno Bruto e Taxa de crescimento do PIB da Região de Influência de Vitória da Conquista – 2002/07	159
Anexo12: Região de Influência de Petrolina e Juazeiro: População Residente 1991/2000/2007 – Crescimento Geométrico da população 1991/00 e 2000/07 e Taxas Líquidas de Migração 1995/00.....	161
Anexo13: Brasil: 2002/07. Produto Interno Bruto e Taxas de crescimento do PIB da Região de Influência de Petrolina e Juazeiro – 2002/07.....	162

	INTRODUÇÃO	13
1	DA CIDADE A CIDADE MÉDIA	17
1.1	Introdução	17
1.2	A cidade	17
1.3	As Cidades Médias	26
1.3.1	As cidades médias no contexto das redes	26
1.3.2	As cidades médias como núdulos de equilíbrio da rede de cidades	34
1.3.3	Cidade Média: uma difícil conceituação.....	40
2	PARA ONDE VÃO AS CIDADES MÉDIAS: EVIDENCIAÇÃO EMPÍRICA POR VARIÁVEIS SELECIONADAS	48
2.1	Introdução	48
2.2	O que dizem os dados demográficos	52
2.3	O que dizem as projeções de crescimento populacional.....	61
2.4	O que dizem os dados sobre o Produto Interno Bruto	64
2.5	O IDH enquanto elemento comparativo de desenvolvimento entre as metrópoles e as cidades médias.....	67
2.6	Síntese e conclusões	70
3	AS CIDADES MÉDIAS ENQUANTO PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA.....	72
3.1	Introdução	72
3.2	As Regiões de Influência das cidades.....	74
3.2.1	A Região de Influência de Londrina.....	75
3.2.2	A Região de Influência de Joinville.....	81
3.2.3	A Região de Influência de Vitória da Conquista.....	85
3.2.4	A Região de Influência de Petrolina e Juazeiro.....	89

3.3	Síntese e conclusões	93
4	CIDADES MÉDIAS: IMPRESSÕES DE DINAMISMO E FATORES DE FIXAÇÃO SEGUNDO A PERCEPÇÃO DOS HABITANTES	96
4.1	Introdução	96
4.2	Londrina.....	99
4.3	Joinville.....	106
4.4	Vitória da Conquista.....	114
4.5	Petrolina e Juazeiro.....	120
4.5.1	Petrolina.....	122
4.5.2	Juazeiro.....	127
4.6	Síntese e conclusões	132
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	139
	ANEXOS.....	144

INTRODUÇÃO

Uma das temáticas de maior destaque no âmbito dos estudos da rede urbana brasileira é aquela que trata do papel desempenhado pelas denominadas cidades médias. É difícil compreender a urbanização atual, sem entender o papel que as cidades de porte intermediário desempenham neste processo. A análise desta categoria de centro urbano se faz cada vez mais necessária, pois podem ser determinantes no atual processo de desconcentração da economia brasileira e se colocarem como alternativas de investimentos e também como espaços capazes de receber e fixar imigrantes.

Tem emergido dos mais diversos campos de pesquisa significativas contribuições ao debate, a exemplo dos trabalhos voltados à proposição de critérios alternativos para discriminação, classificação e hierarquização desses centros urbanos. Assim, para além da consagrada Proxy de análise, tamanho populacional, dispõe-se agora de um conjunto de critérios que, utilizados de modo complementar entre si, podem ampliar o leque de possibilidades de aproximação teórico-metodológica e empírica junto à referida temática.

Um dos objetivos centrais dessa pesquisa é entender, à luz da bibliografia existente, o que de fato, seria uma cidade média e quais seriam os caminhos que essas vem trilhando atualmente. Quais seriam as possibilidades de diferenciação e/ou classificação que hoje se apresentam? Quais delas seriam as mais adequadas? Estariam algumas cidades médias se tornando metrópoles? As cidades médias aprofundaram verdadeiramente o seu papel no processo de desconcentração populacional e econômico brasileiro? Estas cidades repetem o modelo de desenvolvimento urbano das metrópoles ou apresentam características específicas? Existe um padrão geral de crescimento para o grupo das cidades médias? Essa dissertação procura de certa forma responder aos questionamentos levantados. Para isso, ela foi dividida em quatro capítulos, onde primeiro visa-se o entendimento do conceito de “cidade média”, depois, uma evidência empírica a partir de dados secundários e de informações coletadas em campo.

No primeiro capítulo é feita uma análise das contribuições de diversos autores acerca do conceito de cidade média. Procura-se investigar, do ponto de vista da literatura, quais seriam os papéis que estas cidades desempenham na rede urbana atual. Esse capítulo é subdividido em duas partes, sendo que na primeira, é feita uma discussão acerca do conceito de cidade, através da análise das contribuições de autores marxistas, da Escola de

Chicago e pós-estruturalistas. Na segunda, discute-se o conceito de cidade média e os papéis que estas têm assumido na rede urbana brasileira.

No capítulo 2 objetiva-se confirmar a importância das cidades médias na rede urbana brasileira. Para isso, tenta-se analisar possíveis cenários acerca do futuro destas cidades. Tendem a se tornar metrópoles ou não passarão da condição de cidades intermediárias, dadas as suas tendências de crescimento demográfico/econômico? A partir da análise de dados secundários, procurou-se mostrar se as cidades médias cresceram de forma notável e sustentável, demográfica e economicamente nas últimas décadas, ou se estão chegando à uma situação de acomodação de seu crescimento. Buscou-se filtrar as cidades/municípios médios brasileiros que tendem a tornar-se metrópoles do interior, comparando suas taxas de crescimento demográfico atuais com as taxas de crescimento dos municípios - core que sediam grandes metrópoles brasileiras em seus períodos de auge. Foram filtradas, também, as cidades/municípios médios que continuarão na condição de cidades intermediárias diante das tendências de crescimento demográfico declinante projetadas para as próximas décadas.

O capítulo 3 visa investigar, a partir de dados secundários, qual é o peso da cidade média dentro de sua região de influência. Nesse sentido, avalia-se se estas cidades são pólos de desenvolvimento que atraem investimentos e mão de obra para si e para as cidades de sua rede de influência, ou se estão concentrando os investimentos e a população. Procurou-se, assim, verificar a difusão dos investimentos para as cidades vizinhas e a expansão econômica do pólo. Os principais dados secundários utilizados neste capítulo foram as taxas líquidas de migração, as taxas de crescimento populacional e as taxas de crescimento do PIB. Para atingir os objetivos propostos foi feito um estudo de caso com cinco¹ cidades médias da região Sul e Nordeste do Brasil: Londrina (PR), Joinville (SC), Petrolina (PE), Juazeiro (BA) e Vitória da Conquista (BA).

No capítulo 4 é feita uma apresentação das características das cidades médias, que as tornam capazes de se colocar como pólos de desenvolvimento de sua região de influência. Além disso, faz-se uma discussão em torno da percepção dos moradores quanto aos fatores responsáveis por sua fixação no espaço da cidade. Nesta sessão foram explorados os dados e informações coletadas em campo para uma análise mais qualitativa. Para atingir esse objetivo foi realizado um estudo de caso com as cinco cidades médias

¹ Essas cinco cidades foram escolhidas em função de terem sido objeto de trabalho de campo, onde foram coletadas informações de diversos tipos: entrevistas, questionários, fotografias, além de materiais das prefeituras e órgãos públicos locais. Além disso, foi possível a observação direta da economia, cultura e da realidade social.

analisadas no capítulo 3 (Londrina, Joinville, Petrolina, Juazeiro e Vitória da Conquista). O intuito é investigar que aspectos da economia, cultura, organização social e geoculturais dessas cidades foram importantes para colocá-las como pólo de desenvolvimento de sua rede. A análise deste capítulo incidiu, principalmente, sobre o conjunto de dados e informações coletadas em campo pela pesquisa “Desigualdades Socioespaciais e Descentralização Territorial no Brasil Atual²”.

As cidades sob análise, nos capítulos dois, três e quatro desta dissertação, fazem parte de um universo amostral amplo, que envolve ao todo 213 cidades médias brasileiras, distribuídas por quase todo o território nacional, conforme processo de amostragem e seleção desenvolvida no âmbito metodológico da pesquisa supracitada. E, em conformidade com os objetivos do trabalho, a análise incide sobre o conteúdo das informações obtidas, de caráter socioeconômico, demográficas, políticas, ambientais e culturais, avaliando sua capacidade para sustentar proposições de reconhecimento à situações de destaque desses centros urbanos no seu contexto regional. O processo de escolha das cidades a serem contempladas pela pesquisa “Desigualdades socioespaciais e descentralização territorial no Brasil atual” levou em consideração os seguintes critérios:

- Municípios brasileiros de porte médio (Acima de 50.000 habitantes e abaixo de 750.000 de habitantes).
- Municípios demograficamente e economicamente dinâmicos entre 1980 e 2000.
- Localidades intermediárias pluriativas (municípios e/ou microrregiões) não pertencentes a núcleos metropolitanos, com maior grau de geração de renda e emprego por setor econômico.
- Municípios com resultados positivos de crescimento demográfico entre 1991 e 2000 e crescimento do PIB entre 1999 e 2002.

Os critérios que foram selecionados para análise destas cidades serão observados de modo complementar, subsidiando a discussão a partir de suas

² A pesquisa “Desigualdades Socioespaciais e Descentralização Territorial no Brasil Atual” foi desenvolvida no Instituto de Geociências da UFMG, desde 2006, sob coordenação do professor Dr. Ralfo Matos. Essa pesquisa encomendada pela FINEP envolveu várias etapas, sendo uma das mais importantes a coleta de dados em campo, com uma amostra ampla (55 cidades visitadas em um universo de 213 em todas as regiões do Brasil), onde foram coletados dados de diversos tipos, desde fotografias e entrevistas gravadas com autoridades e lideranças sociais a entrevistas com um considerável grupo de moradores.

representações de caráter quantitativo, definidas como expressões de dinamismo e desenvolvimento local, bem como, de suas representações de caráter qualitativo.

No que diz respeito às informações de caráter quantitativo, predominam aquelas provenientes de fontes como o IBGE, além de informações captadas em campo. Por seu turno, as informações de cunho qualitativo são originadas de um intenso trabalho de campo realizado em Fevereiro e Julho de 2008, como parte integrante das atividades relacionadas à pesquisa citada anteriormente.

1

DA CIDADE A CIDADE MÉDIA

1.1 *Introdução*

O objetivo deste capítulo é discutir o conceito de cidade média a partir da literatura sobre o tema, bem como analisar os principais aspectos a serem considerados na interpretação dessa categoria de centro urbano. Além disso, busca-se realizar uma discussão sobre o conceito de cidade, tentando relacionar as contribuições das principais correntes de pensamento sobre a temática.

Para atingir os objetivos propostos, o capítulo foi subdividido em duas partes, sendo que na primeira procurou-se discutir o conceito de “cidade”. A partir de então, foram feitas várias análises sobre o conceito de cidade média e as diversas implicações advindas do estudo desta temática.

1.2 *A Cidade*

É uma cidade igual a um sonho: tudo o que pode ser imaginado pode ser sonhado, mas mesmo o mais inesperado dos sonhos é um quebra-cabeça que esconde um desejo, ou então o seu oposto, um medo. As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa. (...) — As cidades também acreditam ser obra da mente ou do acaso, mas nem um nem outro bastam para sustentar as suas muralhas. De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas (CALVINO, 1999, p. 44)

A célebre passagem de Italo Calvino, em sua obra prima “As Cidades Invisíveis” ajuda a pensar as cidades para a vida moderna? A cidade pode, é verdade, ser lugar de sonhos e desejos, como também de medos. Pode responder aos anseios secretos de alguns e atender às necessidades do cidadão. Mas quais são os discursos que a sustentam? Para certos estudos, as cidades se desenvolvem em processos naturais, como defendiam, por exemplo, os teóricos da Escola de Chicago, em sua ecologia urbana. Outros acreditam que elas são o resultado da reprodução das relações sociais de produção que se desenvolvem no âmbito da sociedade capitalista. De acordo com esse ponto de vista (marxista), a produção do espaço urbano não tem nada de natural, muito pelo contrário, é pensada segundo uma lógica política e econômica.

Pensar a cidade de hoje é algo instigante e, ao mesmo tempo, desafiador. Um dos maiores desafios desta empreitada é saber lidar com as divergências das correntes de pensamento que, muitas vezes, se opõem, impedindo um trabalho mais amplo ou complementar, na abordagem do objeto “cidade”. Por isso, é importante tentar absorver, na medida do possível, aquilo que cada vertente de pensamento pode oferecer em termos de contribuição teórica.

Outro desafio é trabalhar com um objeto de estudo que, por si só, já é muito complexo, pois envolve uma série de estruturas que devem ser analisadas para a sua compreensão. No caso específico deste trabalho, o desafio pode ser ainda maior, pois sabemos que o grosso da literatura escrita sobre as cidades está centrado, principalmente, na análise das metrópoles e grandes cidades, embora as cidades médias sejam fundamentais nos estudos da rede urbana brasileira.

A vertente que vê a cidade como o resultado de movimentos “espontâneos e naturais”, desenvolveu seus estudos no início do século XX (anos 20 e 30). Um dos maiores expoentes dessa vertente, Robert E. Park promoveu uma série de estudos em que buscava entender o comportamento do homem diante da realidade urbana. Para ele, a cidade, em especial a cidade grande, “tende a dissecar e a desvendar a vista pública e de maneira maciça, todos os traços e caracteres humanos obscurecidos e reprimidos nas comunidades menores. (...) a cidade mostra em excesso o bem e o mal da natureza humana.” Park argumentava que para além da questão física, econômica e política, a cidade tinha outros elementos que eram determinantes no comportamento do homem urbano. Nesse sentido ele aponta que,

A cidade é algo mais que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefones etc.; algo mais também que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos. (...) Antes a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes, e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza e particularmente, da natureza humana (PARK,1973, p.26).

Para Park, a cidade, entretanto, não pode ser definida apenas como unidade geográfica e ecológica, ela é também uma unidade econômica e sua organização é fundada na divisão do trabalho. É a partir dessa divisão que se dá a competição em seu espaço. O crescimento da cidade leva ao acirramento das rivalidades e assim as necessidades

econômicas tenderiam a controlar a distribuição da população. As pessoas passam a agir a partir de movimentos psicológicos, condicionados pelos efeitos da divisão do trabalho. O espaço urbano seria, então, o lugar ideal para se perceber esses processos de competição devido à concentração de indivíduos. Em suas palavras, “É a cidade, e especialmente a grande cidade, onde mais do que em qualquer lugar as relações humanas tendem a ser impessoais e racionais, definidas em termos de interesses e em termos de dinheiro, e, num sentido bem real, um laboratório para a investigação do comportamento coletivo.”

Outro autor dessa vertente de pensamento, Luis Wirth, apresenta uma análise parecida com a de Park. No entanto, ele diz que “a cidade é o produto do crescimento e não da criação instantânea” (WIRTH, 1973, p. 91). Assim como Park, ele defende que a cidade é caracterizada por contatos mais secundários do que primários, ou seja, os contatos da cidade podem ser face a face, mas são, não obstante, impessoais, superficiais, transitórios e segmentários. A partir da análise do chamado “modo de vida” urbano, Wirth tenta demonstrar que a cidade possui uma lógica ecológica, onde se estabelece um modelo típico de relações sociais que estão sujeitas a mecanismos característicos de controle social.

Um dos grandes méritos dessa visão está no fato de considerar a dimensão cultural do processo de urbanização. Apresentam uma análise do comportamento humano diante da cidade, discutindo problemas sociais e econômicos a partir de um viés psicológico. Castells (2000) aponta que “a eficácia social desta ideologia vem do fato de ela descrever os problemas cotidianos vivenciados pelas pessoas, ao mesmo tempo em que propõe uma interpretação em termos de evolução natural em que está ausente a divisão em classes antagônicas. Isso possui a força do concreto e dá impressão tranquilizadora de uma sociedade integrada, juntando as forças frente aos problemas comuns.”

As principais críticas à esta escola estão relacionadas, principalmente, ao fato dos estudiosos desta corrente considerar a cidade como o resultado de movimentos espontâneos e naturais, excluindo a análise da dimensão política. Questiona-se se seria possível compreender os processos que se desenvolvem no espaço da cidade, desconsiderando as relações de dominação entre as classes, sem aprofundar a discussão em torno da produção do espaço urbano.

Contrapondo-se à Escola de Chicago, Castells propõe uma análise da cidade como um “espaço de consumo coletivo”, onde se desenvolvem as relações capitalistas de produção. Essa interpretação permite segundo ele, uma leitura mais ampla da cidade. Sobre isso ele destaca,

A concentração espacial dos trabalhadores em cidades e áreas metropolitanas de dimensão cada vez maior determina, por sua vez, a concentração e interdependência crescentes do conjunto de meios de consumo que lhes são necessários. E isso ocorre tanto no que se refere ao consumo individual (produtos distribuídos através do mercado de forma fracionada) como ao consumo coletivo (bens e serviços indivisíveis, que correspondem à maioria dos chamados serviços urbanos: educação, moradia, transportes, saúde, áreas verdes, centros culturais etc.). A crescente interdependência das unidades de produção e de gestão, tanto em seu aspecto econômico como em seu aspecto técnico, conduz à criação de um verdadeiro complexo econômico-social, que constitui a estrutura urbana dessas unidades de atividade e de residência que são as cidades (CASTELLS, 1980, p.21).

Assim como Castells, os demais teóricos da vertente marxista se opõem à Escola de Chicago pelo fato de desconsiderarem as lutas de classe como elemento de formação da cidade. Para eles o espaço da cidade é determinado pelas forças produtivas e pelas relações de produção que se originam delas.

A maioria dos autores neomarxistas analisa os processos de desenvolvimento da cidade ou urbanização como a manifestação espacial do processo de acumulação capitalista. Nessa perspectiva, a acumulação necessita de um suporte territorial que assegure a expansão dos meios de produção e o controle da força de trabalho assalariada. Nesse processo, o Estado ocupa lugar de destaque, se colocando como um agente a serviço do capital. Contribuindo para esta análise, Harvey (*apud* GOTTDIENER, 1993, p. 94-95) define a “cidade como um nó de interseção na economia do espaço, como um ambiente construído que surge da mobilização, extração e concentração geográfica de quantidades significativas de mais valia”. Segundo esta definição a cidade é produzida pela padronização espacial dos processos de acumulação e neles o papel desempenhado pela forma urbana se deve a possibilidades sociais, econômicas, tecnológicas e institucionais que regem a disposição da mais-valia concentrada dentro dela. Harvey afirma que o ambiente construído é transformado, essencialmente pelo capital intervencionista que age através do governo.

Para Singer (1978, p.33) a cidade capitalista é um lugar de exclusão, onde não há espaço para os pobres, pois a propriedade privada do solo faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Ele aponta que esta parte da população acaba morando em lugares em que, por alguma razão, os direitos de propriedade privada não vigoram: áreas de propriedade pública, terrenos em inventário, glebas mantidas vazias com fins especulativos, etc., formando as famosas invasões, favelas, mocambos, etc. Concordando com Singer, Lúcio Kovarick (1975, p. 55) “argumenta que o sistema capitalista pressupõe a destruição dos meios autônomos de vida,

basicamente, na expropriação da terra e dos instrumentos produtivos.” O problema na avaliação de Kowarick, “é que os investimentos, nos quais é preponderante a participação estatal, visam quase sempre à lubrificação da engrenagem econômica. Os problemas vividos pela população se transformam em problemas públicos na medida em que são compartilhados pelas camadas dirigentes.” Os recursos estatais se canalizam preponderantemente para os imperativos da acumulação de capital em detrimento daqueles mais diretamente acoplados à reprodução da força de trabalho, acirrando o processo de “espoliação urbana”. Para viabilizar este modelo de ordem social, o Estado assume feições nitidamente autoritárias e repressoras.

Em sua análise do espaço da cidade Farret (1985, p. 87) aponta que “o papel desempenhado pelo Estado nos processos espaciais urbanos, seja diretamente, através da produção e distribuição de bens e serviços de natureza coletiva, seja indiretamente, através das legislações de uso do solo e códigos de obras, do mercado de capitais imobiliários etc., fica explícito o seu envolvimento no processo de geração de rendas fundiárias e, portanto, da acumulação de capital”. Desta forma o Estado, através de suas políticas urbanas, está apenas exercendo seu papel: manter a segregação que é funcional, e, além disso, garantir os modos pelos quais a ordem urbana se expande.

Concordando com Farret, Camargo (1976, p. 26) afirma que no Brasil “a ação governamental restringiu-se quase sempre a seguir os núcleos de ocupação criados pelo setor privado e os investimentos públicos vieram colocar-se a serviço da dinâmica de valorização-especulação do sistema imobiliário-construtor. (...) Os investimentos públicos costumam funcionar como mola da especulação nas áreas centrais da cidade, quando zonas estagnadas ou decadentes recebem investimentos em serviços ou infra-estrutura.” Através dessas e outras ações o Estado se coloca a serviço das classes mais abastadas, forjando novas configurações espaciais, em que o pobre é quase sempre expulso para áreas mais distantes. As desapropriações e os planos de reurbanização determinados pelo poder público aceleram ainda mais essa expulsão.

É marcante na visão destes autores dos anos 1970 a maneira como enxergavam a cidade enquanto espaço de exclusão, sendo o Estado o principal agente responsável por tal processo, já que se coloca a serviço das classes dominantes. No entanto, cabe refletir se a cidade de fato produz (e até que ponto) a pobreza ou se ela a absorve, já que a grande maioria das pessoas que migram para ela já era pobre em suas regiões de origem. Desta forma, a cidade pode também ser vista como lugar de inclusão, pois recebe uma enorme

quantidade de pessoas que viviam problemas sociais gritantes em suas regiões de origem e que, na cidade conseguem, em muitos casos, ascender socialmente.

De toda a forma, a cidade é vista de maneira diferente pelos diversos atores sociais que estão envolvidos em sua produção/apropriação como sugere Ana Fani A. Carlos. Observando os extremos, ela nos diz que existe o ponto de vista do capitalista, produtor de mercadorias, e o ponto de vista do morador, consumidor³. Sobre isso ela acrescenta,

Do ponto de vista do produtor de mercadorias, a cidade materializa-se enquanto condição geral da produção (distribuição, circulação e troca) e nesse sentido é o lócus da produção (onde se produz a mais valia) e da circulação (onde esta é realizada). Assim entendida, a cidade é também o mercado (de matérias-primas, mercadorias e de força de trabalho); as atividades de apoio à produção (escritórios, agências bancárias, depósitos, etc.). (...) Do ponto de vista do morador, enquanto consumidor, a cidade é meio de consumo coletivo (bens e serviços) para a reprodução da vida dos homens. É o lócus da habitação e tudo o que o habitar implica na sociedade atual: escolas, assistência médica, transporte, água, luz, esgoto, telefone, atividades culturais e lazer, ócio, compras, etc. (CARLOS, 2009, p. 46).

Nessa mesma linha de análise, Jean Lojkin (1981, p.154) define “a cidade capitalista como o produto de uma dupla socialização: a das condições gerais de produção e a do espaço. Seria assim possível falar – a respeito do impacto global das atividades urbanas sobre a economia capitalista – de *efeitos de aglomeração urbana*” (conceito similar ao de economia de aglomeração já utilizado pelos autores da Economia Regional americana). Sendo assim, a cidade desempenharia um papel fundamental no desenvolvimento do capitalismo, mas, inversamente, a urbanização também é moldada, modelada, de acordo com as necessidades da acumulação capitalista.

A visão apresentada por Lojkin evidencia uma realidade perceptível em muitas cidades da atualidade, que devido a seus atributos urbanos, vem se tornando espaços importantes para a expansão do capital. Nesse grupo de cidades, encontram-se as cidades médias.

Pode-se dizer que, na visão de alguns neomarxistas, a cidade seria o espaço que serviria de suporte ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, ao mesmo tempo

³ Nessa perspectiva, na análise das cidades médias pode-se identificar alguns aspectos que vem sendo investigados por outros autores da atualidade, ao salientarem as condições gerais de produção de algumas cidades de porte intermediário que vêm apresentando economias de aglomeração que as têm transformado em espaços de consumo, com qualidade de vida superior às metrópoles.

em que é moldada pelos interesses das classes dominantes⁴. Confirmando esta afirmação Topalov argumenta que,

A cidade constitui uma forma de socialização capitalista das forças produtivas. Ela mesma é o resultado da divisão social do trabalho e é uma forma desenvolvida da cooperação entre unidades de produção. Em outros termos, para o capital o valor de uso da cidade reside no fato de que é uma força produtiva, porque concentra as condições gerais da produção capitalista. Estas condições gerais por sua vez são condições da produção da força de trabalho. São, além disso, o resultado do sistema espacial dos processos de produção, de circulação, de consumo; processos que contam com suportes físicos, ou dizer, objetos materiais incorporados ao solo (imobiliário). (...) Em resumo, como sistema espacializado de elementos, a cidade é uma forma de socialização capitalista das forças produtivas (TOPALOV, 1979, p. 20).

Nessa interpretação a cidade deixa de ser vista apenas como um produto das relações capitalistas de produção e passa a ser encarada, também, como um processo, pois além de ser o resultado das relações sociais de produção, é ainda um meio a partir do qual se desenvolve o processo de acumulação capitalista.

Os limites do paradigma marxista e a contribuição de Lefebvre

Após o exposto, é importante destacar que a vertente marxista também tem sofrido duras críticas, principalmente relacionadas ao seu viés economicista. Para alguns autores, dentre eles Topalov (1988), o modelo baseado em duas classes que o marxismo havia estabelecido, parecia não dar conta de explicar todos os fenômenos da realidade sócio-espacial, especialmente aqueles ligados à raça e a cultura de vizinhança, que tinham por base a comunidade, não sendo ligados diretamente ao campo das relações econômicas. As lacunas deixadas pela pesquisa marxista abriam espaço para outras formas concorrentes de pensamento. “Redescobre-se, assim, que as práticas cotidianas apresentam uma coerência da qual se deve dar conta” (TOPALOV, 1988).

Assim como Topalov, Eduardo Marques e Haroldo Torres (2005) também destacam a incapacidade da pesquisa marxista em dar resposta aos problemas urbanos. Para eles, “as macro narrativas nos deixou sem grandes modelos explicativos para as transformações urbanas recentes”. Explicar a maior heterogeneidade da pobreza e a maior complexidade do espaço urbano, a partir de modelos muito gerais ou através de narrativas homogeneizantes, é algo insuficiente.

⁴ Há aqui uma singularidade das cidades médias onde é forte o papel das elites dominantes na produção do espaço. Tal afirmação será explorada ao longo da pesquisa.

Para Eduardo Marques (2005), as principais lacunas deixadas pela vertente marxista organizam-se, sobretudo, em três grandes grupos que estão relacionados ao Estado, aos capitais, que agem no urbano e ao estudo dos espaços periféricos. Segundo a visão dos marxistas do passado (principalmente os da década de 1970) “o Estado era pensado de forma única, monolítica e abstrata, e seus conteúdos e suas ações eram quase sempre explicados a partir dos interesses do capital em geral, dos capitalistas interessados na construção da cidade ou dos grupos sociais mais abastados” (MARQUES, 2005. p.27). Em relação aos capitais produtores do espaço urbano, ele afirma que a sociologia urbana marxista, não o considera verdadeiramente. Isso porque discute a importância do capital em geral para a explicação de várias dinâmicas sociais, ou seja, o capital é entendido como o conjunto de interesses sistêmicos, não sendo redutível a nenhum conjunto de atores concretos envolvidos com a produção capitalista. Em sua avaliação a ação política deve ser baseada em atores concretos agindo em ambientes institucionais, relacionais e espaciais específicos, ou seja, o estudo do capital em abstrato não é útil analiticamente. Para Marques, os capitais produtores do ambiente construído podem ser subdivididos em três grupos: “os envolvidos com a promoção imobiliária (proprietários de terra, construtores de edificações, financeiras, imobiliárias e incorporadoras), os construtores de infra-estrutura urbana (viária, drenagem e canalização, grandes estruturas, etc.) e os envolvidos com a promoção de serviços urbanos (como transporte e limpeza urbana)” (MARQUES, 2005. p. 28).

No que se refere aos espaços periféricos, a principal crítica de Eduardo Marques está ligada a “visão hegemônica que tende a ver as periferias como homogêneas socialmente e carentes de quase tudo, e tende a encarar a segregação como um processo unificado, unidimensional e perfeitamente cumulativo. Como solução, a visão predominante tende a prescrever genericamente políticas redistributivas para espaços periféricos.” (MARQUES, 2005, p. 54). A principal crítica que ele aponta é que desta maneira “os pobres entre os pobres” tendem a ser invisíveis para as políticas públicas, não apenas por terem maiores dificuldades de se organizar e vocalizar suas demandas, mas também porque a rotina administrativa das agências estatais quase nunca os considera de forma distintiva.

Dentre os autores marxistas, o que mais avançou na análise da cidade, ou mais especificamente, na análise do urbano foi Lefebvre. Ele apresenta uma visão do urbano e da cidade como um processo contínuo, em que o espaço e a organização política do espaço expressam relações sociais, mas também reagem contra elas. Desta forma, a cidade, ou o

espaço da cidade, deixa de ser visto apenas como receptáculo. Em sua definição de cidade Lefebvre aponta a importância de se reforçar o valor de uso em detrimento do valor de troca, pois tal atitude tornaria a cidade mais acessível e mais humana. Para ele,

as cidades são os centros de vida social e política onde se acumulam não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras (obras de arte e monumentos). A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é o valor de uso e o produto é valor de troca. (...) A cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso (LEFEBVRE, 2004, p. 4,6)

Para Lefebvre, o mais importante na discussão sobre o urbano é tentar assegurar ao cidadão o direito à cidade, que, em sua avaliação, é o mais essencial dos direitos, pois assegura ao habitante da cidade a possibilidade de emancipação social. Em suas palavras, “O direito à cidade estipula o direito de encontro e de reunião; lugares e objetos devem responder a certas necessidades, em geral mal conhecidas, a certas funções menosprezadas, mas, por outro lado, transfuncionais: a necessidade de vida social e de um centro, a necessidade e a função lúdicas, a função simbólica do espaço.” (LEFEBVRE, 2008, p. 32).

Em sua análise sobre as teorias sócio-espaciais, Costa (1999) argumenta que Lefebvre conseguiu ir além dos autores marxistas, pois apresentou uma análise da produção do espaço que não trata de forma separada as dimensões econômicas e política; a teoria e a prática. Ele afirma que na obra de Lefebvre o espaço não é visto apenas como meio de produção, ele é também “um meio de controle e, portanto, de dominação, de poder”. Costa salienta que Lefebvre confere um novo status ao espaço, dando a esse uma característica mais abrangente que os autores anteriores. Nas palavras de Lefebvre,

Embora (seja) um produto para ser usado, para ser consumido, (espaço) é também um meio de produção; redes de troca e fluxos de matéria-prima e energia moldam espaço e são determinadas por ele. Portanto este meio de produção, assim produzido, não pode ser separado das forças produtivas, incluindo tecnologia e conhecimento, ou divisão social do trabalho que lhe dá forma, ou estado e das superestruturas da sociedade. Lefebvre, (*apud* Costa, 1999, p.8):

Enfim, são diversas as interpretações sobre a cidade. Seja pelo viés da economia política marxista, pela visão da ecologia urbana da Escola de Chicago, pela análise Lefebvrina ou pela visão dos pós-estruturalistas, o que fica claro é que a cidade é

um objeto de estudo bastante complexo e que carece de muita análise teórico/empírica para seu entendimento. Essa dificuldade não é diferente, quando nos reportamos às cidades médias, já que apresentam problemas comuns à maioria das grandes cidades, mas também internalizam certas especificidades que precisam ser interpretadas.

1.3 As Cidades Médias

As cidades médias têm se tornado um objeto de estudo importante para diferentes pesquisadores da atualidade. Questões estruturais da economia nacional, formas de espacialização dos fluxos econômicos e demográficos, bem como as transformações de caráter intra-urbano nas grandes metrópoles, têm potenciado o reavivamento desta categoria de cidade na rede de localidades centrais do Brasil. Um dos aspectos que mais tem contribuído para o aumento das pesquisas nesta área é o processo de desconcentração pelo qual o país vem vivendo. No contexto destes estudos, as cidades médias têm demonstrado sua importância, embora precisar uma delimitação conceitual acerca do termo “cidade média” seja um desafio nos debates referentes ao tema. Por isso é importante entender os contextos espaciais, econômicos e políticos nos quais estas cidades se inserem.

1.3.1 As cidades médias no contexto das redes

Por mais estranho que possa parecer a muitos, a discussão em torno das redes de assentamentos humanos é bem mais antiga do que se pensa e pode recuar a séculos, conforme o ângulo de análise que se queira privilegiar, já que a rede de cidades era importante entre os romanos e os administradores do império tinham consciência disso. A elaboração teórica mais refinada desse tema se dá, entretanto, com Walter Christaller, quando postulava, já em 1933, a existência de uma rede hierarquizada de cidades, de acordo com as escalas de oferta de serviços: os centros ofertantes de serviços mais abrangentes espacialmente atendem à demanda de outras regiões, que por sua vez, atendem o consumo de localidades menores vizinhas, formando assim, uma rede de relações econômicas espacialmente hierarquizadas. Em função da tecnologia própria à oferta de serviços, há os centros de “primeira ordem” que ofereciam o que denominava “serviços superiores”. De acordo com Christaller, as relações se dariam através de um lugar central

capaz de ofertar bens e serviços para suas regiões vizinhas⁵ (Teoria das Localidades Centrais). A importância de seu modelo se dá principalmente por fundamentar a concepção atual da rede de cidades e outras interpretações sobre o conceito de rede.

As redes, como destaca Matos (2003), “podem expressar dimensões abstratas, mas comumente traduzem materialidades espaciais.” E neste sentido, são determinantes em mudanças estruturais no espaço das cidades, pois podem direcionar ou redirecionar fluxos importantes no desenvolvimento das mesmas. De acordo com a interpretação de Matos (2003), são vários os aspectos a serem considerados na análise das redes. Ele ressalta que as redes,

São espaços e subespaços em movimento. São lugares articulados por fluxos multivariados. Fluxos de pessoas, capitais, informações, idéias e culturas. As redes mais importantes estão carregadas de técnica e história social, sendo, portanto, construções dinâmicas relativamente duráveis. As redes urbanas, por exemplo, são depositárias de estruturas sociais pretéritas e futuras, tradicionais ou modernas, que dão forma e sentido à vida de milhares de pessoas, famílias e instituições (MATOS, 2003, p. 16).

Para entender a cidade nos dias atuais e, em especial a cidade média, é necessário compreender o papel que esta desempenha na rede onde está localizada, bem como as relações que desenvolve com outras redes. Neste sentido, as cidades interligadas em rede, podem ter a propriedade de articular ou desestabilizar os sistemas urbanos nos quais estão inseridas. É por isso que se considera importante analisar as redes para uma apreensão mais ampla do papel das cidades médias. Segundo Corrêa,

Uma rede urbana compreende a organização do conjunto de cidades e suas zonas de influência, a partir de fluxos de bens, pessoas e serviços, estabelecidos entre si e com as respectivas áreas rurais, constituindo-se em um reflexo social, resultado de complexos e mutáveis processos engendrados por diversos agentes sociais. (CORRÊA, 2001, p. 424)

No processo de urbanização brasileiro, a expansão das redes urbanas é um elemento fundamental em sua explicação. A urbanização brasileira vem passando por processos diferentes daqueles do passado, onde se assistia um enorme incremento das grandes metrópoles. Isto não significa dizer que não estejam crescendo ou que vivam uma espécie de involução social e econômica. O fato é que, hoje, elas apresentam taxas de

⁵ De acordo com a teoria dos lugares centrais de Christaller, publicada em 1933, os núcleos de povoamento hierarquizam-se entre si em função de dois mecanismos básicos: o mercado mínimo e o alcance espacial máximo dos bens e serviços.

crescimento menores que no passado. No âmbito deste debate Matos (2005) argumenta que,

O processo de urbanização no Brasil, de fato, interiorizou-se por amplos espaços regionais sem com isso provocar a desmetropolização (já que as metrópoles prosseguem fortes, centrais e se reproduzindo); expandiu-se por redes geográficas de diversos tipos unindo cidades muito diversificadas funcionalmente; fez emergir protagonistas de peso no rol das chamadas cidades médias (algumas transformadas em “regiões metropolitanas”); fez surgir uma plêiade de pequenas cidades associadas à pluriatividade em expansão no chamado “novo rural”; deu vazão e ofereceu alternativa espacial ao processo de desconcentração econômica e demográfica das últimas décadas (MATOS, 2005, p. 34).

De todo o modo, desde Chistaller vários estudos foram produzidos refletindo sobre urbanização e a rede de cidades. Alan Pred, em seus estudos sobre o sistema de cidades⁶ nas economias adiantadas, já enfatizava, na década de 1970, o papel desempenhado pelas chamadas “organizações multilocacionais” (grandes empresas ou órgãos governamentais integrados por várias unidades funcionalmente diferenciadas e espacialmente separadas) na organização territorial dos diversos espaços, especialmente o das aglomerações metropolitanas. Para ele, essas organizações geravam certas “tendenciosidades espaciais” na circulação e disponibilidade de informação especializada. Desta forma elas influenciavam a tomada de decisão quanto à localização e ao ajustamento de sistemas de população e de atividades. No âmbito deste debate, ele afirma que,

O processo de crescimento e desenvolvimento de tal sistema pode ser visto em grande parte como uma acumulação de decisões afetando direta ou indiretamente a localização e o tamanho das atividades fornecedoras de emprego nos setores público e privado. Todas as decisões especificamente locacionais e as decisões

⁶ O termo sistema de cidades utilizado por Alan Pred (1979) em seu livro “Sistema de Cidades em Economias Adiantadas” engloba “todas as unidades urbanas individuais, como quer que sejam definidas, de um país ou grande região, que estejam economicamente ligadas a uma ou mais unidades do mesmo país ou região. Mais precisamente, um sistema de cidades é definido como um conjunto nacional ou regional de cidades que são de tal forma interdependente que qualquer mudança significativa nas atividades econômicas, estrutura ocupacional, renda total ou população de uma cidade-membro provoca direta ou indiretamente modificações nas atividades econômicas, na estrutura ocupacional, na renda total ou na população de um ou mais membros do conjunto. (...) no que se refere aos processos de crescimento e desenvolvimento, talvez os dois atributos mais importantes de qualquer conjunto de cidades, nacional ou regional, sejam a extensão e a composição estrutural de suas interdependências internas e o grau de abertura ou fechamento. A interdependência econômica das cidades sempre tem uma contrapartida em termos de interação. Isto é, para que a mudança econômica de uma cidade provoque mudança em outro centro urbano é necessária a existência de interação entre os dois lugares. Tal interação pode tomar a forma de envio de bens, fornecimento de serviços, movimentos de capital ou fluxo de informação especializada. Fluxos de informação especializada estão sempre envolvidos quando as cidades são interdependentes, pois o movimento de bens, serviços e capitais entre localidades não pode ocorrer sem algum intercâmbio de informações.” (PRED, 1979, p. 13).

econômicas correlatas que afetam a evolução de um sistema de cidades estão em certa medida na dependência do estoque de informação especializada ou pertinente da unidade tomadora de decisões, seja este obtido de forma intencional ou não. Isto porque todos os atores econômicos e locais – sejam firmas individuais, grandes empresas ou organizações – só podem escolher a partir de alternativas que tenham chegado a seu conhecimento, seja por informações pesquisadas, seja por informações adquiridas acidentalmente (PRED, 1979, p. 19).

O interessante nessa contribuição de Pred é que ele antecipava, assim como Christaller, os processos de interdependência entre as cidades, destacando o papel fundamental que empresas e órgãos governamentais têm nas decisões locais e na geração de informação especializada. Apesar desta análise de Alan Pred ser desenhada a partir das economias adiantadas e, em especial, suas áreas metropolitanas, é possível afirmar que este processo de interdependência entre as cidades, destacado por ele, possa ser estendido na atualidade a outras escalas que não somente a metropolitana, principalmente diante das possibilidades colocadas pela evolução técnica das redes.

Diante desse cenário, o que se vem assistindo nas últimas décadas é um reforço de novas centralidades que antes não apareciam em destaque. De acordo com Monte-Mór (2003, p. 260), ainda que a taxa média de crescimento urbano tenha sistematicamente se reduzido no Brasil nas últimas décadas, os novos padrões de urbanização tanto reforçam a concentração populacional em áreas conurbadas, quanto promovem a desconcentração sobre cidades médias e pequenas. Ele caracteriza essa nova urbanização brasileira como concentrada e estendida. Segundo Monte-Mór (2003, p. 262), este processo se desenvolve a partir da urbanização extensiva⁷ que permite que o tecido urbano avance sobre o antigo espaço rural, redefinindo-o e integrando-o ao sistema urbano-industrial centrado nas aglomerações metropolitanas e centros principais. De acordo com esse autor, é possível identificar no Brasil um duplo padrão de urbanização: “De um lado, um adensamento regional e uma concentração populacional em grandes e médias áreas urbanas, principalmente em regiões metropolitanas e na Região Centro Sul, e de outro lado, a

⁷ O conceito de Urbanização Extensiva desenvolvido por Monte-Mór, a partir da teoria de Lefebvre é utilizado para se referir a materialização sócio-temporal dos processos de produção e reprodução resultantes do confronto do industrial com o urbano, acrescida das dimensões sócio-política e cultural intrínsecas a polis. É essa espacialidade social resultante do encontro explosivo da indústria com a cidade – o urbano – que se estende com as relações de produção (e sua reprodução) por todo o espaço onde as condições gerais (e consumo) determinadas pelo capitalismo industrial de Estado se impõem à sociedade burocrática de consumo dirigido, carregando, entretanto, no seu bojo, a reação e organização políticas que são próprias da cidade. Essa é a realidade – a sociedade urbana – que se impõe hoje como virtualidade e objetividade no Brasil, constituindo-se em condição para a compreensão do espaço social contemporâneo (MONTE-MÓR, 2003, p.262).

extensão da urbanização sobre amplos espaços regionais por meio das redes de transportes, comunicação e serviços que integra as múltiplas e distintas espacialidades e (re) qualifica as relações urbano-rurais, mudando a natureza da urbanização no Brasil.” A partir desse quadro, Monte-Mór (2003) aponta novas dinâmicas para a urbanização brasileira. Em Primeiro lugar, uma expansão e proliferação das aglomerações urbanas, metropolitanas ou não, com ampliação de áreas conurbadas; em segundo, ocorre a multiplicação da urbanização concentrada em vários centros urbanos isolados em todas as regiões do país (capitais estaduais e cidades médias) e por fim, ocorre a proliferação de centros urbanos pequenos e médios articulados em novos arranjos sócio-espaciais.

É importante destacar que nesta nova dinâmica da urbanização brasileira apresentada por Monte-Mór, as cidades médias desempenham um papel decisivo, já que se colocam como lugares centrais com forte papel polarizador, capaz de articular as redes urbanas regionais.

Neste novo contexto da urbanização brasileira, ampliado pelos processos de reestruturação capitalista, alguns lugares que antes eram relegados a um papel secundário na análise do processo de urbanização brasileiro, passaram a ganhar importância em função de seus atributos que hoje se tornaram atrativos para o desenvolvimento do capitalismo e em função das possibilidades de acesso a estes espaços que não se dariam sem o auxílio das redes.

É no âmbito dessa discussão que Carlos Mattos (2004) apresenta uma interpretação do processo de urbanização brasileiro e latino-americano. Na tentativa de analisar as transformações sofridas pelas metrópoles latino-americanas, a partir da reestruturação produtiva, esse autor observa que as novas tecnologias da informação e da comunicação (NTIC) contribuíram para a formação, expansão e integração de um número cada vez mais amplo de empresas que passam a operar a partir de novas estruturas, chamadas por ele de redes Transfronteiriças (RTF). Ele destaca que essa nova organização em rede, impulsionada pelo avanço da reestruturação-informacionalização-globalização, contribui para uma integração organizacional baseada na coordenação de tarefas e funções e na mobilidade de recursos interdependentes no interior dessas redes Transfronteiriças. Essas empresas-rede estariam investindo seus capitais em um crescente número de atividades e territórios. Para ele, esse processo levou ao surgimento e reforço de novas áreas metropolitanas, bem como novas centralidades no território brasileiro. Sobre isso ele afirma,

O fato medular na explicação da revitalização do papel e do crescimento das grandes cidades radica em que, sob a crescente influência das NTIC, o funcionamento do modelo celular em rede deu origem a duas tendências simultâneas e complementares: por um lado, uma ampla dispersão territorial das diferentes células ou nodos das RTF e, por outro, a concentração em determinados locais das funções de comando e coordenação e de uma diversidade de nodos, principalmente produtivos, financeiros e comerciais. Em outras palavras, ao se globalizarem, as RTF tiveram de dispersar seus nodos, mas também foram obrigadas a concentrá-los em um determinado número de lugares estrategicamente selecionados (MATTOS, 2004, P. 163).

De acordo Mattos (2004), este fenômeno (expansão metropolitana), contribuiu para afirmar uma nova morfologia territorial do tipo tentacular na maioria das cidades latino-americanas, o que fortaleceu a tendência a uma “metropolização expandida ou dilatada”.

Um dos principais méritos desta abordagem de Mattos está no fato de destacar os processos de reestruturação capitalista e seus reflexos sobre a urbanização latino-americana. Esta abordagem se aproxima, em parte, com a de Monte-Mór, quando ressalta a urbanização ao mesmo tempo concentrada e estendida, mas sem confrontar tanto indústria e cidade, nem recorrer à idéia de capitalismo industrial de Estado, como quer Monte-Mor. Mattos, entretanto, é mais enfático ao destacar a importância das redes e ao atribuir um papel decisivo no que chama Redes Transfronteiriças, nos processos decisórios e de coordenação de investimentos.

Participando deste debate, Milton Santos (2004) destaca a importância do desenvolvimento de estruturas técnicas para a integração dos diversos espaços. Em sua avaliação, isso se daria a partir do meio técnico-científico-informacional⁸. A técnica teria

⁸ O meio técnico-científico-informacional é definido por Milton Santos (2004) como “o meio geográfico do período atual, onde os objetos mais proeminentes são elaborados a partir dos mandamentos da ciência e se servem de uma técnica informacional da qual lhe vem o alto coeficiente de intencionalidade com que servem às diversas modalidades e às diversas etapas da produção.” Para Santos, “essa união entre a ciência e a técnica vai dar-se sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência e a técnica, torna-se um mercado global. A idéia de ciência, a idéia de tecnologia e a idéia de mercado global devem ser encarados conjuntamente e desse modo podem oferecer uma nova interpretação à questão ecológica, já que as mudanças que ocorrem na natureza também se subordinam a essa lógica. Neste período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação, e na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, quem estamos chamando de meio técnico-científico-informacional. (...) Os espaços assim requalificados atendem, sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais. O meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização (SANTOS, 2004, p. 234-239).

um peso decisivo no controle dos processos produtivos, tanto no nível local, como no global. Sobre isso, ele aponta que,

A parcela técnica da produção permite que as cidades locais ou regionais tenham um certo comando sobre a porção de território que as rodeia, onde se realiza o trabalho a que presidem. Este comando se baseia na configuração técnica do território, em sua densidade técnica e, também, de alguma forma, na sua densidade funcional a que podemos igualmente chamar de densidade informacional. Já o controle distante, localmente realizado sobre a parcela política da produção, é feito por cidades mundiais e os seus relés nos territórios diversos (SANTOS, 2004, p. 273).

A possibilidade de interdependência entre os diversos espaços se daria então, a partir do meio técnico-científico-informacional que interliga, através das redes técnicas, o local e o global. Esses processos que se desenvolvem no interior das redes, a partir de sua carga técnica, possibilitam a circulação de diversos fluxos que podem ter várias características, desde fluxos de mercadorias e pessoas até os fluxos de capital, informação e cultura.

Focalizando mais especificamente as pessoas e seus significados intrínsecos na formação das economias urbanas, por serem portadoras de conhecimento, técnica e experiência, Matos (2005, p. 119) observa que “os fluxos de maior importância nesse sistema são os movimentos migratórios (...), já que deslocam indivíduos repletos de intencionalidades, articulando famílias, empresas, grupos sociais e lugares”.

Os processos de interdependência entre as cidades é algo comum às análises dos autores. Também é representativo em suas abordagens o papel que a técnica desempenha no relacionamento entre as cidades. Essa parcela técnica a que se refere Milton Santos e os demais autores seria principalmente as redes que tem propiciado uma maior integração entre os diversos espaços do país, possibilitando o desenvolvimento de processos de descentralização territorial que antes não se evidenciavam.

Tendo em vista este contexto de reestruturação da rede urbana brasileira e o exposto pelos autores, é importante analisar, neste cenário, o papel desempenhado pelas cidades médias, já que essas exercem, como apontado por Santos, “um certo comando sobre a porção de território que as rodeia”. Isso porque, tais papéis podem determinar novas formas de inserção, alterando, inclusive, a estrutura da própria rede.

Um estudo mais amplo das cidades médias deve considerar, neste sentido, o contexto de suas redes, já que sem entender as relações que se desenvolvem entre estas e as cidades a elas interligadas, torna-se impossível compreender os processos de

desenvolvimento em sua totalidade. Santos (2004, p. 279) nos adverte da necessidade de se entender os fenômenos no contexto das redes. Para ele, “é mediante as redes que se dá uma criação paralela e eficaz da ordem e da desordem no território, já que as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros”. Ele argumenta que a despeito da materialidade que salta aos olhos, a rede é também social e política, considerando-se as pessoas, mensagens e valores que a frequentam. Nessa mesma linha de análise Matos (2005, p. 40) argumenta que “as redes, de fato, expressam múltiplas dimensões socioespaciais, urbanas e não-urbanas, e traduzem muito bem as materialidades acopladas aos espaços em movimento”. Indicam, por exemplo, lugares articulados por fluxos multivariados, como os de pessoas, capitais, informações, ideias e até culturas. Nesta discussão, Arroyo aponta que,

É na encruzilhada da circulação, das redes, dos fluxos que as cidades crescem ou se estancam. É através de sua capacidade para criar condições de fluidez e porosidade territorial, que elas conseguem ser ponto de confluência de diversos circuitos produtivos. É todo esse movimento, por sua vez, que lhes outorga uma vida de relações intensa. Não necessariamente esses atributos são exclusivos das metrópoles ou das grandes cidades, ao contrário, podem ser encontrados nas cidades médias e, inclusive, tornar-se um elemento de diferenciação entre elas (ARROYO, 2009, P. 81-82).

O interessante nessa análise apontada por Arroyo, é que as redes são colocadas como uma condição para a geração da fluidez necessária ao desenvolvimento das cidades. Milton Santos (2004) destaca que essa é uma característica do mundo atual, ou seja, a exigência da fluidez para a circulação de idéias, mensagens, produtos ou dinheiro. Para ele, “a fluidez contemporânea é baseada nas redes técnicas, que são um dos suportes da competitividade.”

Participando desta discussão Duarte e Frey (2008, p. 158) argumentam que a definição do campo de análise das redes deve passar pelo princípio de pregnância que, segundo estes, ocorrem “quando há causas, efeitos ou circunstâncias que impliquem em alterações, mesmo que momentâneas, com outros atores ou territórios das cidades, determinados pelas redes.” Para eles é somente desse modo que “o conceito de redes interessa para pensar as cidades, pois permite perceber as relações entre fenômenos, atores, objetos e sistemas de naturezas distintas, cujas relações têm causas, efeitos ou são circunstanciados por características urbanas – não vendo a cidade apenas como receptáculo onde uma ou outra rede se forma.”

Partindo deste ponto de vista não é possível pensar as cidades, e em especial a rede urbana, onde estas se inserem, sem considerar as relações de causa e efeito entre os diversos atores e objetos envolvidos no processo de produção do espaço e sua vinculação direta com as redes.

1.3.2 Cidades Médias como nódulos de equilíbrio da rede de cidades

De acordo com Eduarda Marques da Costa (2002, p. 104), o termo “cidade média” e seu conceito surgem pela primeira vez na França, associados aos estudos sobre cidades intermediárias francesas, iniciados ainda na década de 1960, e às políticas de desconcentração de população e atividades propostas no VI Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (1971 – 1975). Dentre os principais objetivos do referido plano, destacava-se a intenção de se estruturar uma distribuição mais equilibrada do emprego e a manutenção do desenvolvimento da região Oeste da França. O suporte territorial para a consecução plena desses objetivos dependia da existência de uma rede urbana mais equilibrada, para a qual era fundamental o reforço das cidades médias.

Ainda na França, desenvolveram-se outros estudos que consideravam importante a criação de políticas específicas para as cidades médias, em função das características inerentes à qualidade de vida superior, sobretudo, quando comparadas às existentes nas grandes cidades. Um dos estudos orientados por essa premissa conceitual foi o relatório de J. Lajugie, apresentado ao Conselho Econômico e Social (CES) e por este aprovado em 1973. Segundo E. Costa (2002, p. 105), o referido relatório sugere que cidades médias deveriam ser reconhecidas por: i) constituir centros de emprego industrial e terciário alternativo às grandes cidades, em especial, para a população que migra dos territórios rurais envolventes; ii) oferecer alojamento e equipamentos coletivos à população que chega e reside na cidade; iii) dispor de serviços públicos (educação, saúde, cultura, desporto, lazer) capazes de oferecer aos seus habitantes qualidade de vida urbana; iv) possuir meios de comunicação que não só assegurem a sua ligação aos níveis mais elevados da hierarquia urbana, como também ao espaço rural envolvente; v) assegurar a coesão regional, no sentido da não exclusão do espaço rural envolvente.

A partir desses estudos, as cidades médias começam a ser tratadas como espaços estratégicos no estabelecimento de redes urbanas mais equilibradas. Elas passam a

ser entendidas como estruturas urbanas capazes de catalisar processos de desenvolvimento regional.

No Brasil, os estudos acerca das cidades médias, como centros de equilíbrio da rede urbana, remontam à década de 1960. Segundo Roberto Lobato Corrêa,

No Brasil, a partir de meados da década de 1960, no âmbito do recém-criado sistema de planejamento, que pretendia incluir a dimensão espacial nas políticas governamentais, a exemplo dos pólos de desenvolvimento e das regiões-programa, estabeleceu-se a noção “cidade de porte médio”, barreiras receptoras contra as correntes migratórias em direção aos centros metropolitanos (Corrêa, 2006, p. 4).

Observa-se que, neste período, as cidades médias tinham como função primordial a contenção dos fluxos migratórios direcionados às grandes metrópoles. Desta forma, o aspecto demográfico é visto como elemento balizador de classificação e identificação tipológica. Segundo Spósito (2001), a maioria dos estudos no país classificava cidades com população urbana entre 50.000 e 250.000 habitantes como “cidades médias”⁹.

De todo modo, o contexto, a partir do qual esses estudos ganham força no Brasil, está relacionado aos processos de redistribuição espacial da população brasileira e de “reversão”¹⁰ da polarização industrial. De acordo com Andrade e Serra (1998, p. 3), o período 1970-1991 demonstra que, embora extremamente concentrada nos grandes centros urbanos, a população urbana brasileira passa por um notável processo de redistribuição espacial, no qual as cidades médias cumprem um papel decisivo. Dentre os fatores que imprimiram maior dinamismo ao desempenho demográfico em cidades médias, pode-se elencar: as mudanças recentes nos padrões locacionais da indústria no Brasil; as transformações mais visíveis no movimento migratório nacional; o fenômeno da periferização nas metrópoles; a política governamental de atração de investimentos para as regiões economicamente defasadas; e a peculiar expansão de nossas fronteiras agrícolas e

⁹ Mais recentemente, o IBGE tem adotado como critério exploratório inicial, essa classificação tipológica para os casos de núcleos urbanos com população residente na faixa de 100 a 500 mil habitantes.

¹⁰ O termo Reversão da polarização é utilizado por Redwood (1984), para se referir a desconcentração urbana no Brasil e a multiplicação do que ele chamava de cidades secundárias ou de tamanho médio no âmbito da rede urbana nacional. Para ele a desconcentração das atividades urbanoindustriais era motivada, sobretudo pelas vantagens comparativas oferecidas por essas cidades. Os fluxos de capital (investimento) e trabalho (migrações) se orientavam para fora da metrópole central até as cidades secundárias, induzindo taxas relativamente mais rápidas de crescimento econômico e demográfico nestas cidades.

de extração de recursos naturais. Além desses fatores, devem-se levar em conta os fatores endógenos ao próprio dinamismo econômico de muitas das cidades médias no país.

Para os referidos autores, o dinamismo demográfico das cidades médias não-metropolitanas está ligado, principalmente, ao papel indutor da desconcentração industrial, reflexo do surgimento de economias de aglomeração¹¹ nessas cidades. Enquanto algumas das cidades médias brasileiras ofereciam atraentes economias de aglomeração, boa parte das grandes cidades passou a conviver com deseconomias de aglomeração, o que impulsionava o processo de desconcentração. Neste debate Matos (1995) afirma que a análise dos processos de concentração e desconcentração deve reconhecer a importância das cidades médias, pois se constituem em capital fixo (grande unidade de produção) e geram mercados especializados na produção e distribuição de mercadorias. As cidades, em especial aquelas que detêm economias de aglomeração, possibilitam uma rápida recuperação do capital posto em circulação, pois podem se constituir naquilo que Harvey (2006, p. 209) classificou como “organização espacial eficiente”. No âmbito desta discussão, Matos considera que,

embora seja ainda difícil mensurar as diversas causas que explicam a dispersão de atividades e população no espaço geográfico, tudo indica que os fatores que atuam na alteração do padrão concentrador, associam-se a um quadro de precariedades em expansão nas grandes metrópoles – que guarda relação com a expansão das deseconomias de aglomeração, carência de empregos e piora da qualidade de vida. Tais fatores resultam em constantes aumentos de valores imobiliários urbanos, déficit em serviços essenciais, expulsão e exclusão de força de trabalho, poluição e recrudescimento da violência urbana (MATOS, 2000, p. 9).

Nesse cenário, as cidades médias ganham espaço na política brasileira de desenvolvimento, em especial, a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil

¹¹ Carlos (2009, p. 75) apresenta a economia de aglomeração como uma concentração espacial de infraestrutura, mão de obra, localização de outras indústrias complementares, mercado diversificado, além do fato de a localização permitir a economia de gastos de produção. A indústria aproveita-se, ao máximo, dessas vantagens enquanto socializa as desvantagens (poluição, trânsito, etc.). Matos (1995) argumenta que as economias de aglomeração representam variados tipos de benefícios para as firmas, pois propiciam a redução dos custos de comunicação com fornecedores, compradores e agentes públicos, influem positivamente nas necessidades de estoques (matéria-prima, manutenção etc.) e de trabalho especializado, configurando, enfim, uma série de fatores que tendem a se reforçar mutuamente à medida que a área urbana se expande, ampliando-se a escala, a complexidade e a diversificação econômica. A facilidade de contratação de mão de obra em grande quantidade, inclusive especializada, e a conseqüente redução de custos de produção, são: tanto uma espécie de prerrogativa das grandes firmas, quanto uma condição dada pela localização urbana. Ganhos na provisão de insumos intermediários, decorrentes da presença de infraestrutura de transporte e de serviços públicos de qualidade, resultam da aglomeração da produção no espaço.

(II PND, de 1975), que dedicava um capítulo à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), traçando estratégias para os centros urbanos de porte médio. O objetivo era desconcentrar a população e as atividades econômicas, criar empregos e reduzir as disparidades sócio-econômicas regionais. Posterior a essa política seguiu-se no período de 1980/85 uma nova política urbana que serviria de subsídio ao III PND. De acordo com Steinberger e Bruna (2001, p. 47), esta política começava definindo objetivos relacionados às dimensões inter e intra-urbanas: melhor distribuição espacial da população e das atividades produtivas; estruturação de um sistema de cidades equilibrado e harmonizado com diretrizes e prioridades setoriais e regionais de desenvolvimento, com ênfase no Nordeste, Norte e Centro-oeste; e aumento da qualidade de vida urbana, por meio da melhoria das condições habitacionais, de transporte urbano e de saneamento básico.

De acordo com as autoras, a nova política que serviu de subsídio ao III PND, embora seguisse, em parte, a mesma linha da política anterior, deu maior ênfase à dimensão intra-urbana, além de discriminar programas estratégicos específicos para as cidades médias e as cidades de seu entorno. Neste sentido, era necessário entender o papel que as cidades médias desempenhavam em suas áreas de influência, ou o peso que estas tinham nas decisões da sua rede de lugares centrais¹².

Ainda no campo da política Pereira (2002) procura demonstrar as vantagens que as cidades médias apresentam em relação às grandes cidades. Sobre isso ele entende que,

No campo de política e planejamento econômico, as cidades de porte médio têm um importante papel no desenvolvimento urbano porque as mesmas têm potencial para desenvolver-se, funcionando como localidades alternativas às metrópoles para população migrante, dado que este fluxo populacional tende a diminuir a qualidade de vida nas metrópoles. Ao mesmo tempo, os centros urbanos médios geralmente requerem menores montantes financeiros para a solução de problemas habitacionais e suas extensões (luz, água, saneamento e transporte), quando comparados às grandes cidades, implicando numa maior eficiência dos recursos públicos (PEREIRA, 2002, p. 23).

É importante destacar, a partir do exposto pelos autores, que no Brasil, assim como na França, as cidades médias foram alvo de políticas que buscavam dar maior equilíbrio à rede urbana nacional.

¹² Moura e Werneck (2001, p.28) afirmam que uma rede de lugares centrais além de materializar o sistema de produção, articulando circulação, distribuição e consumo, também cristaliza os sistemas de decisão e gestão, por meio da localização seletiva de órgãos da administração pública e sedes de grandes corporações, oferecendo um nítido posicionamento hierarquizado dos centros urbanos.

Parece não haver dúvidas quanto ao fato de que, independente dos critérios de definição conceitual, as cidades de porte médio têm se apresentado como importantes espaços no âmbito das redes urbanas. Sobretudo nos países que experimentam profundas reestruturações internas de seu espaço territorial, elas podem favorecer/potencializar a diminuição de disparidades regionais, contribuindo para a formação de um sistema urbano mais equilibrado, além de oferecerem qualidade de vida a seus habitantes. No entender de Amorin Filho e Serra (2001), estas cidades podem se colocar como importante alternativa aos moradores não apenas das cidades pequenas, como também das grandes cidades. Sobre isso eles apontam,

Aos moradores dos grandes centros, as vantagens que as cidades médias podem oferecer são inúmeras: menores índices de criminalidade; reduzido tempo de despendido para se ir ao trabalho; menores níveis de poluição atmosférica; aluguéis mais acessíveis e maior oferta de áreas verdes. Para o morador interiorano, essas cidades podem ser valorizadas pela oferta de emprego, pela existência de infraestrutura básica, pelas oportunidades de acesso à informação, e pelos melhores recursos educacionais. Enfim, pela existência de bens e serviços essenciais à ascensão material e intelectual de seus moradores (AMORIN FILHO; SERRA, 2001, p. 1).

Visto desta maneira, as cidades médias são importantes elementos articuladores da rede urbana nacional e regional, e podem ser decisivas em políticas de redução de desigualdades socioespaciais. Além disso, podem exercer um papel intermediador de articulação entre as grandes cidades, as pequenas cidades e o meio rural regional. Amorin Filho e Serra (2001, p.28) chegam a usar o termo “pivôs de articulação” para se referir ao papel que as cidades médias podem protagonizar. Entretanto, eles apontam que, para tais funções ocorrerem, é preciso considerar a existência de alguns aspectos, como: dimensão populacional, posição geográfica estratégica, desenvolvimento e expansão de corredores de transportes e comunicações, assim como, uma multiplicidade de redes que possam facilitar e garantir esta articulação. Assim, para se firmarem como pólo de atração, tanto de pessoas, quanto de investimentos, não seria suficiente apenas a presença de características externas favoráveis, as cidades devem apresentar alguns atributos internos que as tornem atrativas. Na perspectiva de E. Costa,

as cidades médias devem ser capazes de se firmar como entidades com dinâmicas próprias, mobilizadoras de recursos e agentes locais, concertando atores e desenvolvendo formas de regulação econômica e social que lhes garantam a sustentabilidade do seu próprio processo de desenvolvimento. A dinâmica das cidades médias dependerá igualmente do seu grau de inserção nos

sistemas regional, nacional e global, justificando-se a necessidade da sua integração nas redes de cooperação (E. COSTA, 2002, p. 121).

A mesma autora destaca, ainda, a necessidade de se criar novas formas de produção e desenvolvimento do território, como fruto de um processo inovador. Nesse sentido, faz observações referentes ao conceito de meio inovador, que, segundo Camagni (1991), trata-se de uma rede de relações sociais informais num espaço geográfico limitado, onde existe uma “capacidade de inovação local” (grifo nosso) e um processo de aprendizagem coletiva. O meio inovador estaria associado ao processo de “desenvolvimento local do território” (grifo nosso), sendo definido por várias características que podem ser encontradas nas cidades, tais como: i) espaço geográfico constituído por recursos materiais (infraestruturas) e imateriais (o saber-fazer, as relações sociais e de cultura etc.) desenvolvidos por atores individuais e coletivos; ii) lógica organizativa, enquadrada pela inovação, que permite aos atores utilizarem os recursos do meio; iii) capacidade de aprendizagem específica que permite modificar o comportamento em função das mudanças do ambiente.

A presença de recursos e agentes locais capacitados destacados por E. Costa é fundamental para a atração de investimentos e para a manutenção de canais institucionais e empresariais que contribuirão para o desenvolvimento das cidades. A publicação dos estudos sobre a região de influência das cidades 2007 (Regic 2007, do IBGE) é um exemplo da importância deste aspecto. Nesse estudo do IBGE é feita uma análise e apresentação da rede urbana brasileira, a partir de novos critérios, onde se destaca a função de gestão do território, como elemento importante na definição dos níveis de centralidade das cidades. Desta forma, a dimensão política/econômica, representada pela capacidade de gestão territorial, passa a ganhar destaque nos estudos sobre a rede urbana e a presença de agentes locais capacitados torna-se um elemento essencial na construção deste determinante.

Pressupõe-se que as cidades devam ser dotadas de atributos que caminham em várias dimensões. E. Costa (2002) observa que essas dimensões seriam: a) econômica, onde se caracteriza o sistema econômico e se avalia a diversificação do tecido produtivo; b) social, onde se colocam em evidência as características sociais do sistema local; c) educacional, onde, para além da importância da ciência e investigação, se analisam as formas de reprodução das competências técnicas; d) mercado de trabalho, onde se evidenciam as estratégias das empresas, o grau de formação e outras características

qualitativas dos recursos humanos; e) ambiente cultural e a qualidade de vida. Assim, é importante ressaltar que, para sua “sobrevivência” e ampliação de suas capacidades competitivas, as cidades necessitam fornecer os produtos locais de uma forma flexível, eficiente e acessível. Orientação essa que caminha ao encontro das novas diretrizes da economia globalizada.

1.3.3 Cidade média: uma difícil conceituação

Após o exposto nas sessões anteriores é importante tentar construir, a partir da literatura, um conceito de cidade média, embora essa não seja uma tarefa fácil, já que são vários os aspectos que circundam a discussão sobre essa categoria de centro urbano. Procurou-se, aqui, reunir as principais contribuições para a elucidação do conceito de “cidade média”, considerando os principais critérios utilizados pelos diferentes autores.

O critério demográfico

Dentre os critérios de conceituação das ditas “cidades médias”, o mais utilizado é o demográfico. No entanto, cabem algumas ressalvas quanto à sua utilização. Mesmo os critérios considerados oficiais apresentam-se divergentes, tanto em relação ao Brasil quanto em relação ao mundo. De acordo com João Batista de Deus (2004), pelos critérios da ONU, as cidades médias estão agrupadas em assentamentos urbanos, cujas populações encontram-se na faixa de 100 mil a um milhão de habitantes. No Brasil, segundo os critérios do IBGE, são consideradas cidades médias as unidades urbanas com população entre 100 e 500 mil habitantes.

A dificuldade maior ao usar o critério demográfico está no fato de esse critério agregar cidades com as mais diversas características. Além disso, limites populacionais classificatórios podem ser variáveis, de região para região e, até mesmo, de país para país. Ao tratar dessa questão, E. Costa atenta para o fato de que

uma cidade média localizada numa região despovoada não teria o mesmo papel que outra localizada numa região densamente povoada. Ou seja, uma cidade com cerca de 20.000 habitantes localizada numa região despovoada, pelas funções que desempenha, poderá ser considerada uma cidade média e, pelo contrário, uma cidade com três vezes mais essa população, se inserida numa região fortemente urbanizada, pode desempenhar menos funções que cidades de dimensão inferior inseridas em contextos regionais, demográficos e econômicos desfavorecidos (E. COSTA, 2002, p. 113).

É importante destacar, no entanto, que apesar dos estudos sobre as cidades médias avançarem para além da dimensão demográfica, não se pode desconsiderar, como afirma Matos (2000) “que o país vem ingressando em um ciclo de descompressão do crescimento urbano central, no qual a população é um fator chave.” Neste sentido, considera-se que a análise da questão demográfica continua sendo importante, principalmente se quisermos captar os movimentos migratórios e as implicações que eles têm para a economia, cultura, e mesmo para a política das cidades. O que se defende aqui é que a classificação de uma cidade média não pode se restringir apenas a este fator.

Para além da dimensão demográfica

Buscando contribuir para a construção de uma conceituação para as cidades médias Serra (*apud* PEREIRA, 2002) apresenta alguns parâmetros a serem considerados na análise deste tipo de centro urbano. Para ele as cidades médias devem ser diferenciadas dos pequenos centros urbanos por ali existirem condições materiais necessárias (tais como uma infra-estrutura básica e um mercado potencial) para a localização das atividades econômicas. Já com relação aos grandes centros urbanos, as cidades de porte médio devem ter um nível de concentração produtiva que não seja gerador de deseconomias de aglomeração aos níveis existentes nas grandes concentrações urbanas. Partindo desta análise podemos considerar que as cidades médias são definidas em comparação com as metrópoles e com as cidades pequenas.

A partir da análise de documentos da década de 1970/80, elaborados para subsidiar a implantação de programas de política urbana sobre as cidades médias, Steinberger e Bruna (2001, p. 51) constatavam que as cidades médias eram conceituadas como aquelas que, por sua posição geográfica, população, hierarquia, importância socioeconômica e função na hierarquia urbana da macrorregião e do país, se constituíam em centros de valor estratégico para o desenvolvimento regional e para uma rede urbana nacional mais equilibrada em termos de política de organização territorial. Essa consideração acerca do valor estratégico das cidades médias é fundamental para sua conceituação, contudo, é preciso avançar mais na análise de seus aspectos internos e externos, não se fixando apenas no fator econômico.

Na tentativa de avançar nesse debate, Amorim Filho (1976, p. 7-8) propõe uma metodologia mais abrangente, estabelecendo uma alternativa de conceituação fundamentada na presença de alguns atributos urbanos que as cidades deveriam apresentar

para serem incluídas no grupo das denominadas “cidades médias”: i) interações constantes e duradouras tanto com seu espaço regional, quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior; ii) tamanho demográfico e funcional suficiente para que possam oferecer um leque bastante largo de bens e serviços ao espaço microrregional a elas relacionado; iii) capacidade de receber e fixar migrantes de cidades menores ou da zona rural, ofertando oportunidades de trabalho, funcionando assim, como pontos de interrupção do movimento migratório na direção das grandes cidades, já saturadas; iv) condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização com o espaço rural microrregional que as envolve; v) diferenciação do espaço intra-urbano, com um centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica, evoluindo segundo um modelo bem parecido com o das grandes cidades, isto é, através da multiplicação de novos núcleos habitacionais periféricos; vi) a presença, em menor escala, de certos problemas semelhantes aos das grandes cidades, como por exemplo, a pobreza das populações de certos setores urbanos. Embora o autor seja muito detalhista e exaustivo na sua tentativa de definição, o interessante em sua análise é que ela é voltada tanto para características internas das cidades (espaço intra-urbano), quanto para suas características externas, ou seja, seu relacionamento com outras cidades de hierarquia inferior ou superior.

Já para Corrêa (2006), é importante na construção de um objeto de estudo sobre as cidades médias analisar a combinação de características como, tamanho demográfico, funções urbanas e organização do espaço intra-urbano, sem, contudo, perder de vista o contexto geográfico em que estas cidades se inserem. Para ele, é preciso ainda considerar três elementos, essenciais: a presença de uma “elite empreendedora”¹³, a localização relativa e as interações espaciais. Sobre o empreendedorismo das elites locais, Harvey (2006, p. 266) argumenta que elas podem, por exemplo, implementar estratégias de controle da mão de obra local, de melhoria de habilidades, de fornecimento de infraestrutura, de regulamentação estatal etc., a fim de atrair o desenvolvimento para seu espaço particular. Essa discussão sobre a importância das elites empreendedoras no desenvolvimento das cidades acrescenta um componente político/cultural à análise das cidades médias. Outros autores, dentre eles: SOARES (1999) e NOGUEIRA (2003) já haviam apresentado conclusões acerca do papel destas elites.

¹³ É interessante a alusão que Lobato Corrêa e os demais autores fazem à presença de uma elite empreendedora, porque entre os critérios utilizados pelo IBGE na última Regic. 2007 comparece pela primeira vez a mensuração da chamada “Gestão territorial”, onde evidentemente os agentes que atuam na cidade e região se fazem notáveis.

Participando dessa discussão, Sposito (2001) apresenta algumas considerações na definição dessa categoria de centro urbano. Primeiramente, deve-se considerar o papel desempenhado pelas cidades na divisão do trabalho interurbano e suas formas de expansão e aglomeração urbanas. Dessa maneira, as cidades médias cumprem regionalmente um papel funcional. Do ponto de vista econômico, o mais importante é a função de articular a região metropolitana com as pequenas cidades. A “situação geográfica favorável” diz respeito à proximidade de cursos d’água, estradas, disponibilidade de recursos naturais, capacidade de oferta de bens e serviços à demanda solvável. As oportunidades oferecidas para o desenvolvimento econômico e social seriam, conforme defende a autora, um elemento determinante na definição da cidade média. Essa discussão em torno da “situação geográfica favorável” é pertinente, mesmo na análise das grandes cidades, mas, ganha mais evidência quando nos estudos das cidades médias. A maioria das cidades que alcançaram este posto foi favorecida no passado por sua situação locacional. Como será visto ao longo da parte empírica, algumas das cidades analisadas no campo apresentam esta característica.

Buscando sintetizar as discussões acerca da conceituação das cidades médias, Pontes (*apud* PEREIRA, 2004) propõe dois eixos estruturadores para a definição das cidades médias: os critérios espaciais e os critérios intra-urbanos. Os critérios espaciais estão relacionados a alguns aspectos, tais como: a) relevância regional — papel que cumpre a cidade frente às cidades da região, estado ou da microrregião; b) localização em relação aos eixos principais — posição diante do sistema de transporte, vias e ligações que estabelece com outros centros; c) existência de programas especiais — inserção em projetos e empreendimentos estatais que possam servir de incentivos a investimentos, ou dotar a cidade de infraestrutura; d) distância de outras aglomerações e centros — conexão da cidade com o entorno e a existência de dependência ou não em relação à metrópole; e) posição estratégica — refere-se aos aspectos de oportunidades econômicas para novos investimentos e das potencialidades da localização geográfica.

Os critérios intra-urbanos estão relacionados aos seguintes aspectos: a) dimensões demográficas — tamanho das cidades; b) desempenho recente — dinamismo econômico; c) grande proporção de migrantes — fluxos migratórios e sua relação com o crescimento vegetativo local; d) estrutura da População Economicamente Ativa ligada ao setor secundário; e) pobreza urbana — padrão de distribuição de renda no interior da cidade; f) evolução urbana recente, relacionada à taxa de crescimento da população urbana.

A contribuição dessa autora é abrangente e destaca a importância dos programas governamentais como fator indutor do desenvolvimento das cidades médias.

Essa dimensão hoje é mais perceptível, em função dos diversos programas do governo federal (PAC, Bolsa Família, além de outros), mas já se fazia presente nos PNDs da década de 1970.

Os aspectos subjetivos na conceituação das cidades médias

Os esforços por uma definição conceitual sobre cidades médias têm avançado em outras direções, não se limitando somente ao reconhecimento de suas funcionalidades no sistema urbano-regional. Mais recentemente, fazem-se presentes no debate alguns estudos voltados para o domínio cultural e social. Novamente, E. Costa (2002) considera que seria importante valorizar critérios que ilustrassem e/ou representassem o nível cultural e social das cidades, de modo a distingui-las das grandes metrópoles, sendo necessário recorrer a alguns aspectos subjetivos relacionados com a qualidade de vida, modos de vida das famílias, quotidianos e valores.

Outros autores também têm destacado a importância de se considerar no cerne da análise aspectos mais subjetivos. Amorim Filho e Serra (2001, p. 30) chegam a classificá-los em três subgrupos: i) o primeiro cobre as várias condições que possibilitam uma boa “qualidade de vida”, para a maior parte dos homens em um determinado lugar; ii) o segundo, inclui as questões entrelaçadas do “patrimônio”, principalmente histórico-urbano, e da busca crescente de “identidade” por parte dos mais diferenciados grupos humanos, o que apresenta dificuldades tanto maiores, quanto maiores são as aglomerações; iii) e, um terceiro, que envolve temas relacionados às “percepções, valores, motivações e preferências” sociais e individuais. Essa contribuição é importante, pois apresenta uma discussão que transpõe o viés economicista de muitos estudos que apenas se concentram nos processos de atração e fixação de pessoas e investimentos. Hoje é sabido que muitas cidades se colocam como alternativas de investimento exatamente por apresentarem características culturais e geoculturais notáveis. Parte dessa discussão será recuperada e explorada no capítulo quatro.

As cidades intermédias

Outra perspectiva conceitual que tem alcançado expressão nos estudos recentes é a de “cidade intermédia”. Segundo Sanfeliu e Torné (2004), o adjetivo “cidade intermédia” substitui a denominação “cidade média” porque consegue dilatar o seu

significado. Para os autores, a cidade intermédia introduz três novas dimensões: i) acrescenta a idéia de que o potencial e importância da cidade não dependem de seu tamanho demográfico, mas do modo como se articula com o resto dos elementos do sistema: capacidade de criar relações e tecer uma rede; ii) dá valor e introduz aspectos mais dinâmicos e estratégicos ao incorporar novas possibilidades para o reforço da cidade e a abertura/consolidação a outros níveis: regional, nacional e até internacional; iii) pressupõe a substituição de um sentido estático e fortemente hierarquizado (indicado pelas teorias mais clássicas) por uma nova idéia, mais aberta, dinâmica e interativa.

Os mesmos autores consideram, ainda, que a cidade intermédia cumpre a função de mediar relações entre extremos (entre o pequeno e o grande; entre o próximo e o distante), e desenvolve funções de intermediação em escalas diversas: locais, regionais, nacionais e globais.

Essa conceituação amplia em alguns aspectos a visão acerca das cidades médias, principalmente por acrescentar a discussão em torno da capacidade da cidade média de criar relações e tecer redes, além de reforçar o sentido não estático destas cidades.

As aglomerações urbanas

As análises sobre as cidades médias se fazem cada vez mais necessárias no sentido de desmistificar os esforços por classificar algumas cidades de porte intermediário como metrópoles, formando de maneira artificializada regiões metropolitanas em lugares onde não há a presença de uma metrópole. É sabido que muitas cidades de porte intermediário apresentam algumas das características de uma metrópole, porém, ainda estão longe de atingir o nível de desenvolvimento dessas. Para Davidovich (2000, p.1), tem havido uma reconfiguração do ambiente construído, onde ocorre a “superação da formacidade tradicional e também da metrópole incorporando uma centralidade urbana específica, que se define no contexto das tecnologias da informação e da globalização da economia, são áreas em condições privilegiadas de abertura para esse mercado, que dispõem de densidade de recursos humanos e econômicos, infraestrutura e equipamentos técnicos, condições superiores para a atração de negócios e empresas”. Para Meyer (2000, p.5), “a metrópole contemporânea é, ao mesmo tempo, uma forma de organização da força de trabalho qualificada, um equipamento científico do desenvolvimento econômico, uma estrutura econômico-financeira, um mercado, um centro global de poder político e um

centro de irradiação de conhecimento e cultura”. Pode ser que muitas das atuais cidades de porte intermediário venham a atingir o nível de desenvolvimento e complexidade de uma metrópole, no entanto, isto ainda é uma hipótese que pode ou não se efetivar. Essa discussão será melhor avaliada ao longo do Capítulo 2.

Talvez fosse mais viável trabalhar com outras conceituações que facilitassem o entendimento da questão, em vez de forçar o surgimento de regiões metropolitanas em espaços onde de fato não há uma metrópole e onde o processo de conurbação não se apresenta com clareza.

Tentando avançar nesta discussão, Matos (2000) aponta para a necessidade de se atualizar os conceitos acerca da rede urbana brasileira, em função das mudanças territoriais e da complexidade dos novos processos de produção. Com esse objetivo, o autor apresenta uma análise sobre as “aglomerações urbanas”¹⁴, conceito este que se reporta a um conjunto de pessoas ou atividades que se concentram em espaços físicos relativamente pequenos, com uma acepção eminentemente urbana. Então, os *aglomerados urbanos*, ao se expandirem muito, ultrapassam “certos limites e tamanhos”, conformando outra unidade territorial, a *aglomeração urbana*.

Este termo, que vem sendo utilizado pelo IBGE, embora em parte se assemelhe ao de região metropolitana, serve também para designar outros espaços urbanos, situados em nível sub-metropolitano, que congregam mais de uma cidade, notadamente cidades que começariam a experimentar o processo de conurbação. Os critérios utilizados para identificação desses espaços procuram privilegiar as características demográficas e os elementos de estruturação e integração que perpassam tais áreas. Assim, Faissol (1994, p. 150 *apud* Matos, 2000, p. 8) aponta três níveis de sistemas de localidades hierarquizados:

i) um sistema urbano/metropolitano de grandes cidades, que atrai uma migração intensa, e que leva a operar em linha contrária à de maior eficiência que as economias de escala do tamanho fariam supor; ii) um sistema de cidades médias, beneficiárias diretas dos transbordamentos metropolitanos, que amplia a capacidade do sistema espacial de crescer e se desenvolver, e que precisa fazer a ligação do sistema metropolitano com as hierarquias menores do sistema urbano, pois o seu segmento superior (as capitais regionais já fazem uma razoável ligação com o sistema metropolitano) praticamente atinge apenas o nível imediatamente abaixo, que é este nível intermediário; iii) um sistema de cidades pequenas, em geral sem centralidade (e às vezes muito pequenas até mesmo em termos de um conceito de cidade; elas existem por força de uma definição legal de cidade-sede de município) ... em conjunto com os centros de zona ... farão a

¹⁴ A utilização do termo “aglomerações urbanas” facilita o estudo das cidades médias, pois coloca em evidência o fato dessas cidades criarem redes de cidades em seu entorno conformando a chamada aglomeração urbana, sem, no entanto, serem consideradas por isso, uma metrópole.

ligação com o sistema de cidades médias, de um lado, e com a economia rural de outro, assim integrando todo o sistema.

Nessa classificação de Faissol, a cidade média tem a importante função de fazer a ligação do sistema metropolitano com as hierarquias menores do sistema urbano, e é neste aspecto que caminha a maioria das definições sobre as cidades médias.

A procura de um conceito instrumental

Como pensar um conceito de cidade média, diante de tantas possibilidades que se apresentam nesse emaranhado de critérios: demográficos, econômicos, culturais, geoculturais?

Se por um lado constatamos a importância destas cidades e as formas diferenciadas de se apreendê-las, por outro, fica a dificuldade de se obter um conceito mais objetivo, o que pode se tornar um complicador, quando das pesquisas empíricas. Neste sentido, faz-se necessário uma definição que possa ser instrumental nessa pesquisa.

Caminhando nessa perspectiva apresenta-se, a seguir, uma conceituação que será tomada como base para as referidas observações deste trabalho: as cidades médias aqui consideradas serão aquelas cidades não metropolitanas, que apresentam economias de aglomeração definidas, tamanho demográfico de 100 mil a 750 mil habitantes (intermediário entre classificação da ONU - 100 mil a 1 milhão de habitantes e IBGE – 100 mil a 500 mil habitantes), capacidade para receber e fixar migrantes e com papéis importantes em suas áreas de influência, daí a necessidade de se estudá-las no contexto de suas redes.

Pode parecer difícil mensurar os aspectos considerados nessa conceituação, mas as etapas subsequentes deste trabalho procurarão caminhar neste sentido. Os dados secundários, bem como as informações obtidas em campo serão utilizados, nos próximos capítulos, para confirmar ou não, se as cidades médias aqui selecionadas atendem a tais requisitos. Além disso, tais informações poderão indicar possíveis cenários para as cidades médias.

2.1 *Introdução*

O Objetivo deste capítulo é confirmar, ou não, a importância das cidades médias na rede urbana brasileira. Para isso, tenta-se analisar possíveis cenários acerca do futuro destas cidades. Tendem a se tornar metrópoles ou não passarão da condição de cidades intermediárias, dadas as suas tendências de crescimento demográfico/econômico? Através da análise de dados secundários, procura-se mostrar se as cidades médias cresceram de forma notável e sustentável, demográfica e economicamente, nas últimas décadas, ou se estão chegando a uma situação de acomodação de seu crescimento.

A partir destas indagações buscou-se filtrar os municípios¹⁵ médios brasileiros que tendem a tornar-se metrópoles do interior, comparando suas taxas de crescimento demográfico atuais com as taxas de crescimento dos *municípios-núcleo* das grandes metrópoles brasileiras em seus períodos de auge. Foram filtrados também, os municípios médios que continuarão na condição de municípios intermediários diante das tendências de crescimento demográfico declinante projetadas para as próximas décadas. Além disso, foram mapeados os municípios que não devem passar dos 750 mil habitantes nos próximos 40 anos, dadas as tendências de crescimento demográfico.

Além das informações de cunho demográfico, foram utilizados dados do Produto Interno Bruto (PIB), Taxas Líquidas de Migração e do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) para avaliar se os municípios em análise têm apresentado também, um crescimento sustentável do ponto de vista econômico/social. Essas informações foram comparadas aos municípios que nucleiam as grandes metrópoles brasileiras com a intenção de confirmar ou não a hipótese de que as cidades médias têm atraído tantos investimentos, quanto às metrópoles. Assim, taxas declinantes nas

¹⁵ Utilizar-se-á aqui o conceito de município para referir às cidades médias postas para análise, isso porque os dados secundários disponíveis referem-se ao município como um todo e não apenas à cidade. Utilizou-se aqui a definição do IBGE que conceitua o município como o conjunto das áreas urbanas, suburbanas e rurais pertencentes ao controle de uma cidade (sede da administração municipal). Nesse sentido, diferencia-se a cidade do município. A definição de cidade, do ponto de vista demográfico, adotada pelo IBGE refere-se a qualquer comunidade urbana caracterizada como sede de município, independentemente de seu número de habitantes, sendo a parte urbanizada de seus distritos considerados prolongamentos destas cidades. Apesar de muitas vezes serem utilizados como sinônimos, tecnicamente a cidade é a parte urbana de um município, onde está situada a sede deste.

metrópoles e crescentes nas cidades médias podem indicar um padrão de espraimento econômico no território brasileiro.

Os municípios que foram objeto de análise, neste capítulo fazem parte de um conjunto amostral bastante amplo, utilizado pelo Laboratório de Estudos Territoriais (Leste)¹⁶ no desenvolvimento da pesquisa “Desigualdades Socioespaciais e Descentralização Territorial no Brasil Atual”. São municípios médios brasileiros, distribuídos por quase todo o território nacional, conforme processo de amostragem e seleção desenvolvida no âmbito metodológico da pesquisa supracitada. O processo de escolha das cidades teve por base municípios com população acima de 50.000 habitantes e abaixo de 750.000 habitantes. Além desse aspecto, outros critérios foram considerados: i) Municípios não pertencentes a regiões metropolitanas, com crescimento positivo do emprego formal no período 1991-2000 (dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS); ii) Resultados positivos de crescimento demográfico entre 1991 e 2000 e crescimento do PIB entre 1999 e 2002.

A fim de selecionar municípios efetivamente dinâmicos, não afetados pela proximidade física de uma metrópole, ou grande centro urbano, respeitou-se, na maioria dos municípios, o fator distância geográfica (150 km) destes centros. Com isso, a pesquisa procurou expressar, de forma razoável, a localização e dispersão geográfica das principais cidades médias do território brasileiro. O processo de seleção das cidades que foram objeto de trabalho de campo dessa pesquisa cuidou de considerar cada região do IBGE como um estrato, para garantir que ao final, houvesse representantes de todas as regiões do País. A partir destes fatores já mencionados chegou-se a um universo de 213 municípios médios. Dentro de cada região, foi feita a seleção das cidades que comporiam a amostra de municípios a serem visitados (55), considerando-se como critérios de escolha a taxa de crescimento demográfico, a população total (censo de 2000) e a maior dispersão de pontos no espaço geográfico.

Neste capítulo são trabalhados 101 municípios que fizeram parte do universo amostral (213 municípios) da pesquisa, sendo excluídos aqueles com populações abaixo de 100 mil habitantes e também as capitais estaduais, pelo fato de se acreditar que o crescimento econômico e demográfico destas é influenciado pela concentração de serviços administrativos (W. Christaller 1933, A. Pred 1979, M.Santos 1981, Corrêa 1986, R. Moura 2001). Assim, os municípios que aqui serão analisados são aqueles com populações

¹⁶ O Laboratório de Estudos Territoriais (Leste) foi criado no Instituto de Geociências da UFMG no ano 1997 com o objetivo de subsidiar as pesquisas deste instituto.

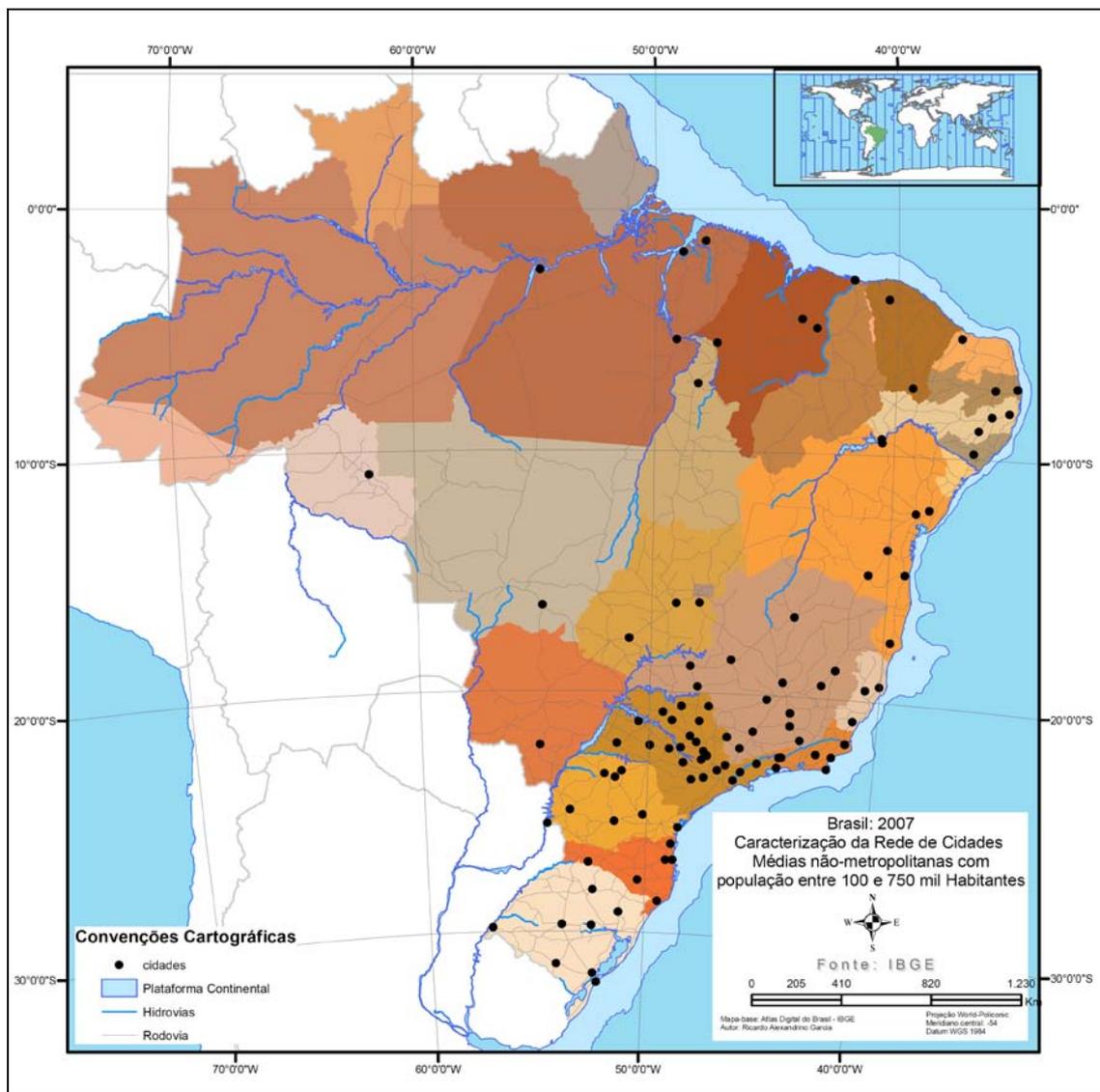
entre 100 mil e 750 mil habitantes (posição intermediária entre a classificação da ONU e a do IBGE) como pode ser visto na Tabela 1, não capitais e não pertencentes à regiões metropolitanas.

TABELA 1
Brasil: 2007. População Residente em Municípios de porte médio selecionados segundo Unidades da Federação

UFs	Municípios	População/2007	UFs	Municípios	População/2007
MG	Uberlândia	608.369,00	SC	Criciúma	185.506,00
SP	São José dos Campos	594.948,00	SP	Rio Claro	185.421,00
BA	Feira de Santana	571.997,00	RS	Passo Fundo	183.300,00
SP	Sorocaba	559.157,00	MS	Dourados	181.869,00
SP	Ribeirão Preto	547.417,00	SP	Araçatuba	178.839,00
MG	Juiz de Fora	513.348,00	RJ	Nova Friburgo	177.376,00
PR	Londrina	497.833,00	CE	Sobral	176.895,00
SC	Joinville	487.003,00	RJ	Barra Mansa	175.315,00
RJ	Campos dos Goytacazes	426.154,00	MT	Rondonópolis	172.783,00
SP	São José do Rio Preto	402.770,00	RJ	Macaé	169.513,00
RS	Caxias do Sul	399.038,00	SC	Chapecó	164.803,00
PB	Campina Grande	371.060,00	PR	Guarapuava	164.567,00
SP	Moji das Cruzes	362.991,00	SC	Itajaí	163.218,00
SP	Piracicaba	358.108,00	RJ	Cabo Frio	162.229,00
MG	Montes Claros	352.384,00	SC	Lages	161.583,00
SP	Bauru	347.601,00	PA	Castanhal	152.126,00
SP	Jundiaí	342.983,00	GO	Rio Verde	149.382,00
RS	Pelotas	339.934,00	RJ	Angra dos Reis	148.476,00
PR	Maringá	325.968,00	BA	Jequié	145.964,00
GO	Anápolis	325.544,00	MG	Poços de Caldas	144.386,00
SP	Franca	319.094,00	MA	Caxias	143.197,00
PR	Foz do Iguaçu	311.336,00	PI	Parnaíba	140.839,00
BA	Vitória da Conquista	308.204,00	SP	Itapetininga	138.450,00
PR	Ponta Grossa	306.351,00	SP	Bragança Paulista	136.286,00
SC	Blumenau	292.972,00	PR	Paranaguá	133.559,00
PE	Caruaru	289.086,00	MG	Patos de Minas	133.054,00
MG	Uberaba	287.760,00	BA	Alagoinhas	132.725,00
PR	Cascavel	285.784,00	PA	Abaetetuba	132.222,00
PA	Santarém	274.285,00	SP	Jaú	125.469,00
SP	Limeira	272.734,00	PE	Garanhuns	124.996,00
PE	Petrolina	268.339,00	ES	Linhares	124.564,00
RS	Santa Maria	263.403,00	RS	Uruguaiana	123.743,00
MG	Governador Valadares	260.396,00	PB	Santa Rita	122.454,00
RJ	Volta Redonda	255.653,00	MG	Barbacena	122.377,00
CE	Juazeiro do Norte	242.139,00	PE	Vitória de Santo Antão	121.233,00
MG	Ipatinga	238.397,00	SP	Botucatu	120.800,00
RN	Mossoró	234.390,00	MG	Pouso Alegre	120.467,00
BA	Juazeiro	230.538,00	BA	Teixeira de Freitas	118.702,00
MA	Imperatriz	229.671,00	MG	Varginha	116.093,00
SP	Marília	218.113,00	RS	Santa Cruz do Sul	115.857,00
MG	Sete Lagoas	217.506,00	TO	Araguaína	115.759,00
SP	São Carlos	212.956,00	PR	Apucarana	115.323,00
BA	Itabuna	210.604,00	RS	Bagé	112.550,00
MG	Divinópolis	209.921,00	MA	Codó	110.574,00
SP	Presidente Prudente	202.789,00	SP	Catanduva	109.362,00
AL	Arapiraca	202.398,00	MG	Conselheiro Lafaiete	109.280,00
PA	Marabá	196.468,00	SP	Barretos	107.988,00
GO	Luziânia	196.046,00	SP	Guaratinguetá	107.895,00
SP	Araraquara	195.815,00	RO	Ji-Paraná	107.679,00
ES	Cachoeiro de Itapemirim	195.288,00	ES	Colatina	106.637,00
RS	Rio Grande	194.351,00			
	Total Geral				23.351.079

Fonte: IBGE. Contagem da População 2007. In: Ipeadata.

Como pode ser visto no Mapa 1, estes municípios concentram-se em sua maioria no eixo Sul/Sudeste, demonstrando que o processo de desconcentração populacional e econômico, discutido no capítulo 1, ainda é recente e não aparece com muita intensidade nas demais regiões do país.



MAPA 1 - Brasil: 2007. Distribuição dos municípios médios selecionados no território nacional

Os municípios-núcleo das metrópoles aqui escolhidas para estudo comparativo com as cidades médias são os das nove Regiões Metropolitanas tradicionais definidas em 1974 (Tabela 2). A escolha se deu em função destas já estarem consolidadas e também porque algumas das cidades médias aqui analisadas são consideradas “metrópoles” em algumas classificações.

TABELA 2

Brasil: 2007. Metr6poles das unidades da federa73o segundo estimativas de contagem de popula73o do IBGE em 2007

UFs	Munic6pio (n6cleo metropolitano)	2007
SP	S3o Paulo	10.886.518
RJ	Rio de Janeiro	6.093.472
BA	Salvador	2.892.625
CE	Fortaleza	2.431.415
MG	Belo Horizonte	2.412.937
PR	Curitiba	1.797.408
PE	Recife	1.533.580
RS	Porto Alegre	1.420.667
PA	Bel6m	1.408.847
Total Geral		30.877.469

Fonte: IBGE. Contagem da popula73o 2007. In: Ipeadata.

A proposta aqui 6 trabalhar com dados de popula73o, crescimento demogr3fico, Taxas L6quidas de Migra73o (TLM), Produto Interno Bruto (PIB) e crescimento do PIB, 6ndice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e taxas de crescimento do IDHM nos 6ltimos censos (1991 e 2000), referentes 3s cidades m6dias e as metr6poles a fim de alcan73ar os objetivos de an3lise propostos.

2.2 *O que dizem os dados demogr3ficos*

O primeiro elemento de an3lise a ser investigado neste estudo 6 se o crescimento demogr3fico das cidades m6dias 6 compat6vel com o crescimento demogr3fico das capitais que sediam metr6poles no seu per6odo de auge. Sabe-se que apenas a popula73o n3o 6 suficiente para determinar mudan73as estruturais nas cidades, mas acredita-se que esta possa ser um facilitador para a atra73o de recursos, contribuindo, desta forma, para o crescimento da cidade. Matos (1995) destaca que a concentra73o de popula73o, de maneira semelhante aos recursos naturais, pode ser vista como um fator de indu73o ao crescimento da produ73o, ainda que n3o determinante. Para ele, mais que o volume de popula73o residente, o mais importante 6 a disponibilidade da m3o-de-obra para o trabalho, tanto em quantidade, como em qualidade suficientes. Os dados populacionais podem ter uma grande import3ncia na interpreta73o de mudan73as estruturais no espa73o das cidades. No 3mbito desse debate Matos (2003) destaca que,

O dado populacional est3 sempre presente nas formula73es te3ricas e 6 sempre utilizado em qualquer t6cnica de regionaliza73o, n3o raro substituindo vari3veis de fluxo inexistentes. Sobre os significados da popula73o enquanto vari3vel-controlado, especialmente o das popula73es em movimento, conv6m observar que

elas não só exprimem a sociedade, a cultura e a ação política, real ou virtual, impactam também os ambientes onde se reproduzem, por constituir força de trabalho e mercados de consumo, fatores chave para a geração de riqueza. Ademais, o estudo das populações, sobretudo com base em dados censitários, permite conhecer em detalhes várias das características dos fluxos de pessoas entre as localidades, pré-requisito para a formação de redes geográficas e redes sociais (MATOS, 2003, p. 17).

É neste sentido que caminham as análises deste capítulo, a fim de explorar o que nos dizem os dados relativos ao tamanho populacional, bem como as taxas de crescimento geométrico da população. A partir destas informações, avaliar-se-á até que ponto as cidades médias tem seguido o padrão de crescimento das metrópoles.

A análise do crescimento geométrico da população das metrópoles indica uma regularidade em suas taxas, ou seja, elas apresentaram um pico de crescimento no período de 1950/60, onde tiveram uma média de crescimento de 4,86% (ver tabela 3). A partir deste período, apresentaram uma queda sistemática, com taxas na casa de 1% no período 1991/00, ou às vezes menos, como são os casos de Belém (0,32%), Rio de Janeiro (0,74%), Porto Alegre (0,83%) e São Paulo (0,88%). Somente as cidades de Fortaleza (2,15%) e Curitiba (2,11%) conseguiram manter suas taxa de crescimento acima dos 2%. No período de máximo crescimento (1950/60) o intervalo entre as taxa mínima e a taxa máxima de crescimento foi de 3,36% (Rio de Janeiro) a 7,18% (Curitiba), enquanto no período 1991/2000, esse intervalo cai significativamente ficando em 0,32% (Belém) a 2,15% (Fortaleza). Desta forma, nota-se que nos períodos anteriores, o crescimento era mais heterogêneo e nos períodos mais recentes há uma maior homogeneidade.

TABELA 3
Brasil: 1950/2000. População residente e taxa de crescimento geométrico anual da população dos municípios-núcleos das metrópoles – 1950/2000

Município	1950	1960	1970	1980	1991	2000	50/60	60/70	70/80	80/91	91/00
Salvador	417.235	655.735	1.007.195	1.502.013	2.075.273	2.443.107	4,62	4,39	4,08	2,98	1,83
Fortaleza	270.169	514.818	857.980	1.307.608	1.768.637	2.141.402	6,66	5,24	4,30	2,78	2,15
Curitiba	180.575	361.309	609.026	1.024.980	1.315.035	1.587.315	7,18	5,36	5,34	2,29	2,11
Belém	254.949	402.170	633.374	933.280	1.244.689	1.280.614	4,66	4,65	3,95	2,65	0,32
Belo Horizonte	352.724	693.328	1.235.030	1.780.839	2.020.161	2.238.526	6,99	5,94	3,73	1,15	1,15
Recife	524.682	797.234	1.060.701	1.203.887	1.298.229	1.422.905	4,27	2,90	1,27	0,69	1,02
Porto Alegre	394.151	641.173	885.545	1.125.478	1.263.403	1.360.590	4,99	3,28	2,43	1,06	0,83
São Paulo	2.198.096	3.825.351	5.924.612	8.493.217	9.646.185	10.434.252	5,70	4,47	3,67	1,16	0,88
Rio de Janeiro	2.377.451	3.307.163	4.251.918	5.090.723	5.480.768	5.857.904	3,36	2,54	1,82	0,67	0,74
Total/média	6.970.032	11.198.281	16.465.381	22.462.025	26.112.380	28.766.615	4,86	3,93	3,15	1,38	1,08

Fonte: IBGE. Censos demográficos 1950 a 2000. In: Ipeadata.

Uma análise mais detida da tabela nos permite observar que os municípios-núcleo das metrópoles mantiveram um crescimento populacional consistente durante pelo menos três décadas (1950 a 1980). Isso porque, mesmo com a queda nas taxas de

crescimento geométrico, eles ostentaram taxas bastante elevadas, acima de 3% ao ano (a.a.) até 1980. Nesse período (1970/80), alguns municípios, exibiram taxas acima de 4% - Curitiba (5,34%), Fortaleza (4,30%) e Salvador (4,08%) - o que pode ser considerado um número muito alto se levarmos em conta o tamanho absoluto das populações destes municípios. Somente Recife (1,27%), Rio de Janeiro (1,82%) e Porto Alegre (2,43%) apresentaram taxas abaixo de 3% neste período.

Os municípios que apresentaram as maiores taxas anuais no período de auge de crescimento populacional (1950/60) foram: Curitiba (7,18%), Belo Horizonte (6,99%), Fortaleza (6,66%) e São Paulo (5,70%). Estes quatro mantiveram suas taxas acima de 3% até 1980. Neste mesmo período, os municípios que apresentaram as menores taxas foram: Rio de Janeiro (3,36%) e Recife (4,27%), apresentando significativo declínio já na década 1970/80 (taxas na casa de 1%). Os municípios que se destacaram em termos de crescimento populacional no período de 1950 a 2000 foram Curitiba e Fortaleza. Ambos apresentaram taxas elevadas em praticamente em todos os períodos, com taxas anuais acima de 4% em, pelo menos, três períodos consecutivos (de 1950 a 1980), e mesmo no último período (1991/2000), com taxas acima de 2% a.a., enquanto todos os demais municípios ficaram abaixo deste número.

As maiores quedas nas taxas de crescimento ocorreram, principalmente a partir da década de 1970, onde a média geral saiu da casa dos 3% para próximo de 1% a.a. (1991/2000), sendo que alguns municípios já apresentavam taxas abaixo de 1%, como Rio de Janeiro (0,67%) e Recife (0,69%).

Os municípios das cidades médias, ao contrário das metrópoles, não apresentaram uma regularidade nas taxas de crescimento, mesmo em seu período de auge 1970/80 (ver Anexo 1). Talvez por causa das diversas diferenças regionais que afetam mais as cidades pequenas e médias do que as metrópoles. Mesmo assim, mais da metade deles, 55 ao todo, conseguiram manter taxas acima de 3% e nenhuma apresentou taxas negativas neste período (1970/80). Nos demais períodos, é possível encontrar municípios com altas taxas de crescimento e municípios com crescimento negativo, ou seja, não há um padrão de crescimento que se aplique a todos ao mesmo tempo.

O período de ápice de crescimento da maioria dos municípios da amostra (1970/80) exibiu uma média de crescimento de 3,70% a.a., abaixo do crescimento médio das metrópoles (4,86%). No entanto, neste mesmo período, um grupo de 16 municípios apresentou taxas de crescimento acima da média das metrópoles, com destaque para Foz

do Iguaçu (14,91%), Ipatinga (12,12%), Luziânia (10,96%), Imperatriz (10,54%) e Marabá (9,36%).

Assim como nas metrópoles, nos municípios médios o período de maior consistência em termos de crescimento populacional foi o de 1950 a 1980, com destaque para a década 1970/80, onde a média de crescimento era de 3,7% (período de auge). Durante esse período (1950 a 1980), 22 mantiveram taxas de crescimento acima de 3% e outros 22 mantiveram taxas acima de 2%, o que demonstra uma consistência do crescimento destes municípios. Os municípios que se destacaram foram São José dos Campos, Joinville e Imperatriz, por apresentaram taxas anuais superiores a 5% durante todo esse período.

É importante destacar que, dos 101 municípios analisados, 72 sustentaram crescimento populacional positivo em todos os períodos analisados de 1950 a 2000, sendo que, pelo menos 23 mantiveram taxas acima de 2% em todos os períodos. Os destaques são Uberlândia, Castanhal e Angra dos Reis com taxas acima de 3%.

Quando se amplia a análise até o período atual (2000-2007), nota-se que a maioria dos municípios médios vem passando por um momento de acomodação em seu crescimento populacional, com taxas de crescimento abaixo de 2%, à exceção de alguns casos que ainda apresentam taxas acima de 2% (Tabela 4). Porém, mesmo nesses municípios nota-se uma trajetória de queda em alguns deles (Cabo Frio, Angra dos Reis, Uberlândia, Foz do Iguaçu, Sete Lagoas, Marabá e Cascavel), principalmente se considerarmos os últimos períodos.

TABELA 4
Brasil: 1950/2007. Municípios médios selecionados com taxas de crescimento geométrico da população acima de 2% no período 2000/07

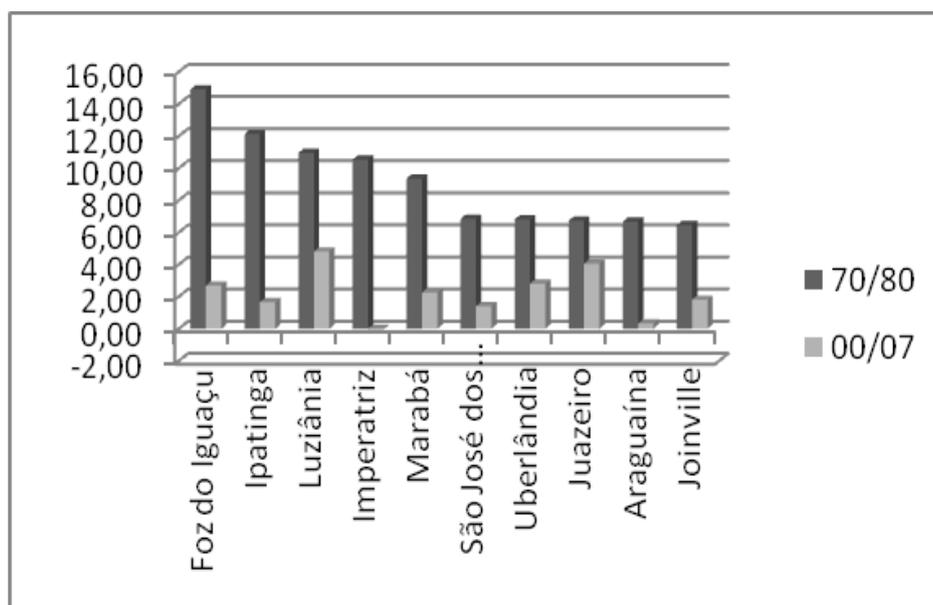
Municípios médios	50/60	60/70	70/80	80/91	91/00	00/07
Luziânia	3,56	1,64	10,96	7,60	-4,20	4,81
Juazeiro	1,70	4,23	6,72	0,78	3,44	4,05
Rio Verde	5,03	3,27	2,98	2,34	2,14	3,61
Macaé	0,69	1,06	1,51	2,63	3,07	3,59
Cabo Frio	5,43	4,92	4,81	1,65	4,56	3,58
Angra dos Reis	3,23	3,42	3,69	3,62	3,76	3,18
Petrolina	2,65	5,60	5,47	4,84	2,47	2,98
Uberlândia	4,85	3,51	6,81	3,90	3,52	2,81
Foz do Iguaçu	5,56	1,87	14,91	3,07	3,47	2,69
Feira de Santana	2,83	2,82	4,52	3,07	1,89	2,51
Sete Lagoas	5,29	4,80	4,21	3,31	2,81	2,35
Vitória da Conquista	4,03	-1,32	3,11	2,55	1,72	2,32
Marabá	6,21	1,87	9,36	6,82	3,46	2,26
Cascavel	-	8,55	6,16	1,52	2,70	2,20
Rondonópolis	-	10,66	2,74	4,10	1,92	2,02

Fonte: IBGE. Censos demográficos 1950/2000 e contagem da população 2007. In: Ipeadata.

Os dados mostram que, mesmo os municípios com as maiores taxas de crescimento no período 2000/07, não apresentam consistência em todos os períodos. Alguns deles demonstraram altos e baixos, como é o caso de Luziânia com crescimento negativo (-4,20%) no período 1991/00 e Vitória da Conquista (-1,32%) no período 1960/70. Dentre esses, o município que apresentou crescimento continuado foi Angra dos Reis (acima dos 3% ao ano em todos os períodos).

A partir da análise comparativa das taxas de crescimento dos municípios médios em seu momento de auge 1970/80 e o período atual (2000-2007), pode-se perceber que os municípios com as maiores taxas naquele período não conseguiram manter o mesmo padrão de crescimento, sofrendo reduções drásticas em suas taxas (ver Gráfico 1), alguns apresentando, inclusive, crescimento negativo, como é o caso de Imperatriz (-0,06%).

GRÁFICO 1. Brasil: 1970/2007. Crescimento geométrico da população/municípios Médios selecionados - 1970/80 e 2000/07

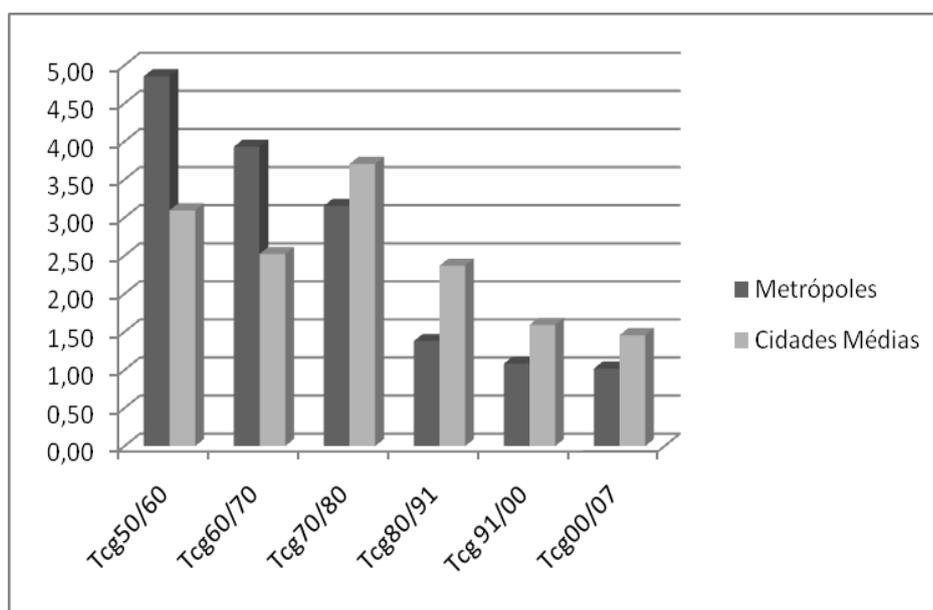


Fonte: IBGE. Censos demográficos 1970/2000 e contagem da população 2007. In: Ipeadata

Outra observação pode ser feita ao se analisar as médias de crescimento das metrópoles e municípios médios. Até a década de 1960, as metrópoles apresentavam taxas de crescimento geométrico acima dos municípios médios, porém a partir desse período os municípios médios passaram a superá-las (ver Gráfico 2). Percebe-se que em ambos os recortes espaciais, o período de maior consistência no crescimento populacional foi de

1950 a 1980, onde tanto municípios médios, como metrópoles, tiveram suas maiores taxas de crescimento. A partir de então, nota-se uma queda nas taxas de crescimento, de modo que no período 2000/07, os dois grupos de localidades ficaram com suas taxas abaixo de 1,5% ao ano.

GRÁFICO 2 - Brasil: 1950/2007. Taxas médias do crescimento geométrico da População das metrópoles e dos municípios médios selecionados - 1950/2007



Fonte: IBGE. Censos demográficos 1950/2000 e contagem da população 2007. In: Ipeadata.

Enfim, ao se comparar as taxas de crescimento das metrópoles e cidades médias, percebe-se que ambas passam por uma situação de mudança de tendência, uma espécie de declínio no ritmo de crescimento, salvo as exceções já mencionadas. O que explica essa mudança? Em ambos os contextos, as razões mais gerais que explicam a redução do crescimento da população brasileira nas últimas décadas são praticamente as mesmas, embora nas metrópoles a queda da fecundidade tenha precedido outras áreas urbanas do país. Seriam então, os diferenciais no crescimento demográfico derivado da absorção diferenciada de imigrantes?

No caso das metrópoles, verifica-se que os municípios-núcleo vêm apresentando tendência declinante com taxas líquidas de migração¹⁷ negativas (-7,93% calculados para o período 1995/00, ou seja, têm saído mais pessoas que chegado, tal como mostra os dados da Tabela 5. É inegável que as regiões metropolitanas devem ser pensadas

¹⁷ As Taxas Líquidas de Migração referem-se ao saldo migratório do período avaliado, ou seja, é calculada a partir das entradas e saídas de migrantes no território em análise.

como uma grande área urbana conurbada, daí a pertinência de dividi-las em duas subáreas, núcleo e periferia. Sabe-se que o crescimento demográfico nessas metrópoles se dá, sobretudo, em áreas periféricas, algumas abarcando municípios localizados a grande distância do *centro histórico* do município-núcleo. De toda maneira, constatar que os municípios que nucleiam essas metrópoles já experimentam um visível declínio em termos demográfico e/ou imobiliário é sintomático. Pode ser um sinal de que o país vive um processo de exaustão de uma metropolização insustentável funcionalmente, uma espécie de ponto de saturação, ou etapa em que a urbanização descentralizada, apoiada em cidades médias do interior, passe a ser a tônica dominante. Em alguns municípios históricos das regiões metropolitanas as taxas negativas impressionam, situando-se abaixo de -10‰, como são os casos de Recife (-14,06‰), Belém (-12,74‰), Belo Horizonte (-11,78‰) e São Paulo (-10,88‰).

TABELA 5
Brasil: 1995/2000. Taxas líquidas de migração dos municípios-núcleo das regiões metropolitanas (1995/2000)

Cidades	T. L M 1995/00 (‰)
Fortaleza	-2,79
Salvador	-3,04
Curitiba	-3,68
Rio de Janeiro	-5,50
Porto Alegre	-6,90
São Paulo	-10,88
Belo Horizonte	-11,78
Belém	-12,74
Recife	-14,06
Média	-7,93

Fonte: IBGE. In: Leste/IGC-UFGM

De outro lado, no mesmo período os municípios intermediários apresentaram taxas líquidas de migração positivas (média de 1,48‰ no período 1995/2000), embora seja importante ressaltar que neles não há uma regularidade como no caso dos municípios-núcleo das metrópoles (ver Tabela 6), ou seja, existe um grupo de cidades com taxas positivas (60) e outro com taxas negativas (41).

De fato, no grupo dos municípios médios não há uma homogeneidade nas taxas líquidas de migração, havendo alguns com taxas positivas elevadas, como também outros com taxas negativas muito baixas. No grupo dos 60 municípios com taxas positivas há 12 que apresentaram números acima de 10‰, com destaque para Luziânia (42,95‰) e Cabo

Frio (22,20‰); 23 com taxas de 5 a 10‰, com destaque para Poços de Caldas (9,96‰), Caxias do Sul (9,50‰) e Sorocaba (9,10‰); 12 municípios com TLMs variando de 3 a 5‰, com destaque para Araraquara (4,89‰) e Limeira (4,52‰); e 13 com taxas de abaixo 3‰. A grande maioria apresenta taxas líquidas de migração acima de 3‰. Dentre aqueles que apresentaram taxas negativas os destaques são Imperatriz (-27,10‰), Santarém (-18,28‰) e Caxias (-17,48‰).

É bem evidente que a componente migração tem um papel fundamental no crescimento populacional de muitos municípios, principalmente em épocas de baixa fecundidade, como vive o país atualmente. Quando se observa o crescimento populacional dos municípios que apresentaram os menores TLMs, é possível comprovar esta afirmação. Imperatriz no Maranhão apresentou taxas líquidas negativas (-27,10‰), no período 1995/00 e também apresentou crescimento populacional negativo (-2%), no período 1991/2000; Santarém exibiu uma TLM de -18,28‰ no período 1995/00 e crescimento populacional também negativo (-0,11% em 1991/00); Caxias (MA) detinha uma TLM de -17,48‰ e crescimento populacional de -0,46% no período 1991/00.

No entanto, é importante destacar que nem todo município que apresenta taxas líquidas de migração negativas terá por consequência um crescimento populacional negativo. Isso porque o crescimento vegetativo é quase sempre maior que a migração, visto que sua base se dá sobre os nascimentos e mortes na localidade, que frequentemente ultrapassam os números resultantes dos movimentos populacionais.

TABELA 6
Brasil: 1995/2000. Taxas líquidas de migração de municípios médios selecionados -
1995/2000

Municípios médios	TLM 1995/00 (%)	Municípios médios	TLM 1995/00 (%)
Luziânia	42,95	Joinville	2,28
Cabo Frio	22,20	Ponta Grossa	2,21
Macaé	19,48	Barbacena	1,85
Angra dos Reis	15,69	Conselheiro Lafaiete	1,77
Uberlândia	14,19	Passo Fundo	1,27
São José do Rio Preto	12,81	Araçatuba	1,21
São Carlos	12,56	Teixeira de Freitas	1,01
Pouso Alegre	11,45	Guaratinguetá	0,88
Sete Lagoas	10,55	Ribeirão Preto	0,83
Bragança Paulista	10,54	Blumenau	0,42
Moji das Cruzes	10,52	Cachoeiro do Itapemirim	-0,16
Rio Claro	10,15	Ipatinga	-0,39
Poços de Caldas	9,96	Feira de Santana	-0,79
Caxias do Sul	9,50	Barretos	-1,13
Sorocaba	9,10	Apucarana	-1,31
Santa Rita	8,90	Criciúma	-1,31
Bauru	8,67	Vitória da Conquista	-2,00
Rio Verde	8,37	Rio Grande	-2,86
Marília	8,31	Jundiá	-3,03
Itapetininga	8,11	Presidente Prudente	-3,35
Petrolina	7,75	Bagé	-3,61
Juazeiro	7,30	Lages	-3,79
Anápolis	7,17	Pelotas	-3,86
São José dos Campos	6,91	Barra Mansa	-4,54
Botucatu	6,90	Mossoró	-4,57
Juiz de Fora	6,67	Uruguaiana	-4,59
Jaú	6,30	Marabá	-4,60
Castanhal	6,29	Dourados	-4,67
Chapecó	5,94	Campos dos Goytacazes	-5,68
Maringá	5,77	Guarapuava	-5,96
Piracicaba	5,56	Linhares	-6,18
Uberaba	5,38	Colatina	-6,33
Itajaí	5,36	Foz do Iguaçu	-6,35
Varginha	5,27	Alagoinhas	-6,58
Divinópolis	5,18	Abaetetuba	-6,59
Araraquara	4,89	Vitória de Santo Antão	-6,93
Limeira	4,52	Garanhuns	-7,48
Juazeiro do Norte	4,38	Jequié	-7,54
Catanduva	4,36	Governador Valadares	-8,04
Paranaguá	4,34	Arapiraca	-8,70
Sobral	4,04	Volta Redonda	-8,85
Nova Friburgo	3,99	Campina Grande	-9,57
Londrina	3,80	Parnaíba	-10,29
Patos de Minas	3,77	Araguaína	-11,38
Santa Cruz do Sul	3,50	Ji-Paraná	-12,81
Santa Maria	3,44	Codó	-14,98
Montes Claros	3,02	Itabuna	-15,99
Caruaru	2,84	Caxias	-17,48
Cascavel	2,66	Santarém	-18,28
Franca	2,64	Imperatriz	-27,10
Média			1,48

Fonte: IBGE. In: Leste/IGC-UFGM

Os dados analisados nessa sessão do capítulo parecem confirmar algumas hipóteses teóricas, já discutidas no capítulo 1, sobre os processos de desconcentração populacional. Embora, LOBO (2009) refira-se a esse processo como “dispersão espacial da população”, tendo em vista que as metrópoles continuam crescendo, ainda que a taxas menores. De fato, as metrópoles vêm perdendo fôlego, em termos de crescimento populacional, mas um crescimento de 1,02% (2000/2007) sobre um total de 30.877.469 habitantes, ainda resulta em um estoque populacional considerável.

De toda a maneira, na atualidade, as metrópoles exibem uma trajetória de queda, principalmente em função das taxas líquidas de migração (-7,93% no período 1995/00), enquanto as cidades médias crescem a taxas superiores, embora também apresentem tendência declinante. Quando se observa nestas cidades a componente migração, o que se percebe é que algumas delas têm se tornado um importante destino de fluxos migratórios: os dados mostram um grupo de 60 cidades com taxas líquidas de migração positivas, sendo 35 delas acima de 5%, porém a maioria no eixo Sudeste/Sul.

2.3 *O que dizem as projeções de crescimento populacional?*

O objetivo principal na utilização dos dados populacionais deste capítulo é investigar quais municípios médios tendem a se tornar metrópoles, ou grandes cidades, saindo do grupo das cidades médias. Essa análise só pode ser completa, se feita em comparação com as projeções populacionais para as próximas décadas, tendo em vista que elas podem apontar os municípios que superarão o patamar demográfico dos municípios médios (750.000 habitantes) atingindo, quem sabe, o nível populacional¹⁸ de uma metrópole. No entanto, é preciso destacar que as projeções populacionais podem ou não se concretizar, já que é uma estimativa e, sendo assim, várias mudanças de cunho econômico-social podem ocorrer ao longo dos anos mudando o rumo destas estimativas, o que também não invalida o uso dessa ferramenta analítica que pode ser muito útil em termos de planejamento.

¹⁸ É importante ressaltar que não se está defendendo aqui que esse crescimento populacional das cidades médias seja o ideal, ou mesmo uma coisa boa. Sabe-se que um crescimento populacional acelerado e sem igual desenvolvimento da economia e das estruturas sociais pode acarretar inúmeros problemas, haja vista, o caos em que se tornaram a maioria das metrópoles. No entanto, esse é um recurso interpretativo importante para investigar a hipótese teórica da pesquisa.

Utilizou-se, neste trabalho, uma projeção populacional desenvolvida por Garcia (2005)¹⁹. Ela foi construída a partir das projeções do IBGE e aprimorada para se evitar grandes desvios. Para uma aplicação mais adequada dos modelos de projeção, o autor procurou agregar informações mais recentes, tentando minimizar as limitações apresentadas pelo método AiBi²⁰ utilizado pelo IBGE. Sobre isso, ele argumenta,

A idéia de se projetar em separado os municípios de grande porte através do método AiBi, adotando-se a projeção populacional do Brasil como um todo, e pró-ratear a diferença pelo peso populacional dos municípios menores que 100 mil habitantes, observada no período anterior, parece uma solução metodologicamente mais correta e operacionalmente mais simples que a adotada pelo IBGE. (...) Com base na projeção da população do Brasil, para o período 1980-2050 (IBGE, 2004), foram produzidas estimativas quinquenais, para os anos de 2005, 2010, 2015, 2020, 2025, 2030, 2035, 2040, 2045 e 2050, para o total da população dos municípios brasileiros, segundo a malha municipal vigente em 2000, ou seja, 5507 municípios instalados na época, por meio do método AiBi modificado. Com isso, pode-se estimar a evolução anual da população desses municípios através de simples interpolação linear. O IBGE divulgou, recentemente, os dados finais da contagem da população de 2007, isso permitiu que se avaliasse o grau de ajuste entre os dados oficiais do instituto e os obtidos pela projeção segundo o método AiBi modificado (GARCIA, 2005, p. 9-10).

A partir da análise das projeções de crescimento populacional para as próximas décadas (2050), foi possível perceber que apenas cinco dos municípios médios em estudo (Uberlândia, Sorocaba, São José dos Campos, Ribeirão Preto e Feira de Santana) conseguirão superar a casa dos 750 mil habitantes e 26 irão superar os 400 mil (ver anexo 2), sendo que a grande maioria (70 municípios) ficarão abaixo dos 400 mil habitantes, o que indica uma acomodação do crescimento populacional para a maioria destas cidades.

Ao se reduzir o recorte demográfico proposto (750.000 habitantes) até o limite estabelecido pelo IBGE (100.000 a 500.000 habitantes), percebe-se que apenas 16 dos 101 municípios conseguirão superar a casa dos 500 mil habitantes em 2050. O que demonstra

¹⁹ A presente projeção foi desenvolvida em um relatório de pesquisa do Laboratório de Estudos Territoriais (LESTE – IGC/UFMG) e utilizada na pesquisa “Desigualdades Sócio-espaciais e Descentralização Territorial no Brasil Atual” em 2008.

²⁰ O método AiBi, utilizado pelo IBGE, é um modelo determinístico e matemático de projeção populacional de pequenas áreas que estabelece uma relação linear entre a população de uma área menor – um município, por exemplo – e a População da área maior da qual ela faça parte – o país desse município, por exemplo. A expressão analítica desse modelo é dada por: $P_{mti} = a_i + b_i P_{ri}$. Onde P_{mti} é a população da área menor i no tempo t ; a_i é o coeficiente linear de correção da população da área menor i em relação a sua área maior; b_i , o coeficiente de proporcionalidade do crescimento da população da área menor em relação ao crescimento da população da área maior; P_{ri} , população da UF no ano t .

mais uma vez que a grande maioria (85) continuará na condição de município médio, pelo menos do ponto de vista demográfico.

Quando se efetua uma comparação entre as taxas de crescimento populacional analisadas na sessão anterior com as projeções para as próximas décadas, é possível perceber que a maioria dos municípios que figuravam entre as maiores taxas de crescimento populacional nos períodos de auge (1970/80) e o atual (2007) não aparecem na lista dos dez maiores municípios médios, como pode ser visto na Tabela 7. Dessa forma, pode-se constatar que a maioria dos municípios médios em estudo não apresentará, de acordo com as projeções, um crescimento demográfico sustentável capaz de igualá-los, ou mesmo de aproximá-los dos valores absolutos mínimos das metrópoles em 2007 (1.408.847 em Belém).

TABELA 7
Brasil: 2050. Maiores Populações dos Municípios Médios selecionados/ projeções para 2050

UF	Cidade/município	pop. 2050
MG	Uberlândia	1.024.297
SP	Sorocaba	935.689
SP	São José dos Campos	909.046
SP	Ribeirão Preto	782.414
BA	Feira de Santana	763.411
SC	Joinville	720.507
MG	Juiz de Fora	720.196
PR	Londrina	717.247
SP	São José do Rio Preto	656.144
RS	Caxias do Sul	626.306

Fonte: IBGE. In: Leste/IGC-UFGM

No entanto, dois municípios - Uberlândia (com 1.024.297 habitantes) e São José dos Campos (com 909.046 de habitantes) - apesar de não alcançarem o intervalo mínimo dos municípios-núcleo das metrópoles, apareceram na lista das maiores taxas de crescimento populacional e, também, na lista das maiores populações em 2050. Além disso, ambos superaram a casa dos 750 mil habitantes, recorte populacional proposto, neste estudo, para a delimitação das cidades médias. É possível afirmar, desta forma que estes dois municípios deixarão o posto de cidade média e se tornarão grandes cidades, ou quem sabe, metrópoles do interior, pelo menos do ponto de vista demográfico.

2.4 *O que dizem os dados sobre o Produto Interno Bruto?*

O Produto Interno Bruto é uma variável bastante utilizada nas análises econômicas, apesar de contestada por alguns estudiosos. As críticas quanto à utilização dessa variável se concentram principalmente, na crença de que a análise pura do PIB²¹ pode mascarar desigualdades internas por não mensurar elementos do bem estar social e dos direitos individuais (SIEDENBERG, 2003; MILÉO, 2005). Neste sentido, Milléo (2005, p. 106) acrescenta que "há uma recusa de certos setores na observação da realidade a partir dos indicadores, tendo em vista que esses parecem se ater, exclusivamente, à esfera do consumo".

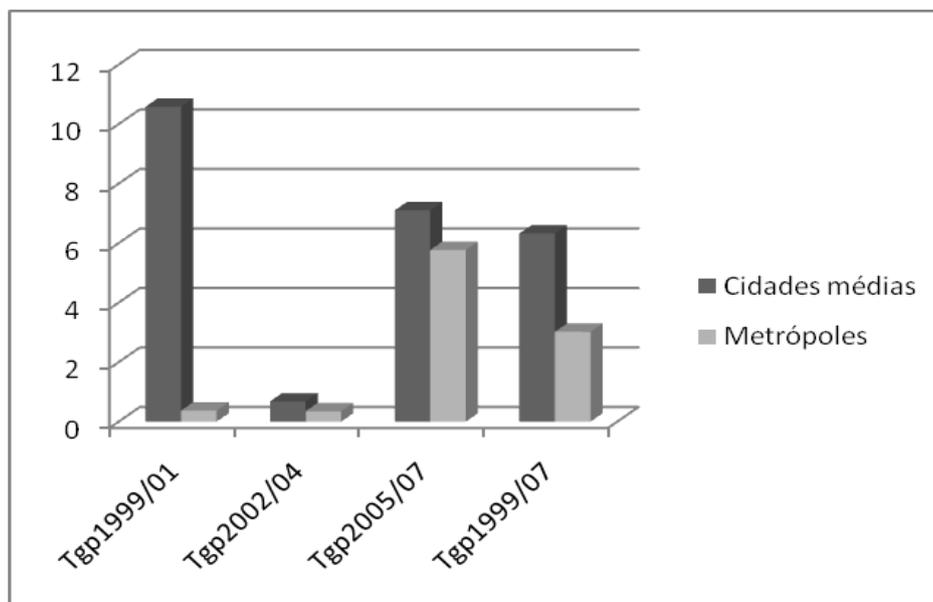
É necessário destacar que aqui não se acredita que a pura análise do PIB possa dar as respostas sobre os rumos da economia dos municípios em estudo. Contudo, acredita-se que ele possa indicar possíveis cenários de mudança estrutural das economias em análise, se conjugado a outros indicadores, principalmente com a variável demográfica. Sobre este aspecto, Garcia e Matos (2010, p. 2) afirmam que “não há como negar que o pior dos mundos é o da estagnação ou baixo crescimento econômico combinado com forte crescimento demográfico. O incremento das taxas do produto nacional bruto abre oportunidades difusas para pessoas e atividades e gera efeitos multiplicadores de toda a sorte sobre o restante da economia”. Não se pode deixar de ressaltar que o PIB mede o total de bens e serviços produzidos em determinada localidade num dado período. Sendo assim, corresponde à soma dos valores adicionados pelos diversos setores econômicos acrescido, é claro, dos impostos. Portanto, ainda que ele não possa responder a todas as mudanças estruturais de uma economia, é sem dúvida, um elemento importante nessa explicação.

Nas comparações que se pretende realizar neste capítulo, busca-se avaliar até que ponto os municípios médios seguem o padrão de crescimento dos municípios-núcleo das metrópoles e se conseguem atingir patamares de PIB aproximados aos dessas cidades. Neste sentido, é importante destacar as semelhanças e diferenças entre os municípios intermediários e os municípios-núcleo das metrópoles, a fim de se traçar um cenário para o futuro das cidades médias.

²¹ Além disso, é importante destacar os problemas que geralmente ocorrem nas tentativas de se corrigir os desvios causados pela inflação dos diferentes períodos. As oscilações nas estimativas nem sempre correspondem na íntegra à realidade. Contudo, isso não inviabiliza o uso desta variável que pode oferecer pistas importantes acerca da situação econômica de uma localidade.

Em uma primeira análise comparativa das taxas de crescimento do PIB no período 1999/07, percebe-se que os municípios-núcleo das metrópoles apresentaram taxas de crescimento menores do que os municípios intermediários, como pode ser visto no Gráfico 3. Enquanto os primeiros cresceram a uma média 3,02% a.a, os municípios médios apresentaram índice médio de 6,32% a.a no mesmo período, ou seja, o dobro, o que indica que as cidades médias vivem um notável momento econômico. No período de 1999/01, a diferença é ainda maior: 10,58% a.a nos municípios médios contra 0,37% a.a nos municípios-núcleo das metrópoles. No entanto, não se pode perder de vista que a base sobre a qual incide essas taxas é bem maior nas metrópoles que nas cidades médias, tendo em vista as grandes diferenças nos valores absolutos.

GRÁFICO 3 – Brasil: 1999/2007 Taxas de crescimento geométrico do PIB
Metrópoles/Cidades Médias selecionadas



Fonte: IBGE - 1999/2007. In: Ipeadata.

O período 2002/04 foi o momento de maior queda nas taxas de crescimento nos dois grupos de cidades, fruto da crise econômica mundial daquele período. Quando se considera a faixa de tempo (1999/07), pode-se perceber que metrópoles e cidades médias apresentaram níveis elevados acima de 3%, o que demonstra que ambas reagiram bem à crise. Se a comparação se der a partir dos intervalos entre menores e maiores taxas no período avaliado (1999/07), nota-se que os municípios-núcleo das metrópoles ficam bem abaixo (ver Anexo 3), nestes a menor taxa foi 0,53% (Rio de Janeiro) e a maior 5,48% a.a (São Paulo), enquanto nos municípios médios, a menor taxa foi de -2,56% (Barra Mansa) e

a maior 22,49% a.a (Itajaí). Contudo, alguns municípios médios apresentaram taxas de crescimento muito baixas, às vezes negativas, como são os casos de Volta Redonda (-0,13% a.a) e Barra Mansa (-2,56% a.a).

No que se refere ao Produto Interno Bruto dos municípios médios, é necessário ressaltar que tem havido uma importante evolução (ver Anexo 4). Isso porque a grande maioria (87 dos 101 municípios analisados) apresentou taxas de crescimento acima de 3% a.a no período avaliado (1999/07), sendo 18 acima de 10% e 44 acima de 5%, com destaque para Itajaí (22,49% a.a), Caxias (19,44% a.a) e Marabá (17,85% a.a). Apenas seis dos 101 municípios analisados apresentou taxas abaixo de 1%. Isso só vem a confirmar algumas teorias que apontam para uma melhor distribuição dos recursos econômicos em algumas cidades do interior do país, já que todas as cidades da amostra não são capitais estaduais e não pertencem à regiões metropolitanas.

Quando se compara os intervalos entre o menor e o maior valor absoluto do PIB²² dos municípios-núcleo das metrópoles em 2007, aos dos municípios médios, nota-se que alguns dos municípios médios (Tabela 8) conseguiram se aproximar e, em alguns casos, até superar o PIB de algumas metrópoles. O maior PIB absoluto no grupo dos municípios-núcleo das metrópoles é o de São Paulo (183.129.568.000) e o menor de Belém (7.895.959.000). A partir dos dados da Tabela 8, é possível perceber que três municípios médios (Campos dos Goytacazes, São José dos Campos e Jundiaí) conseguiram superar o PIB de Belém e outros dois (Ribeirão Preto e Uberlândia) superaram a casa dos sete bilhões. Ainda que este grupo de cidades seja pequeno e concentrado no Centro-Sul do país, já começam a apresentar um potencial econômico comparável ao de uma metrópole, pelo menos no que se refere ao PIB.

²² PIB Municipal - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional. Chama-se deflator implícito do Produto Interno Bruto (PIB) o indicador que mede a variação média dos preços de um período em relação aos preços do ano anterior. Especificamente, o deflator implícito do PIB é a razão entre o PIB Nominal e o PIB Real multiplicada por 100. Quando se procura comparar ou analisar o comportamento do PIB de um país ao longo do tempo, é preciso diferenciar o PIB nominal do PIB real. O primeiro diz respeito ao valor do PIB calculado a preços correntes, ou seja, no ano em que o produto foi produzido e comercializado, já o segundo é calculado a preços constantes, onde é escolhido um ano-base onde é feito o cálculo do PIB eliminando assim o efeito da inflação. Para avaliações mais consistentes, o mais indicado é o uso de seu valor real, que leva em conta apenas as variações nas quantidades produzidas dos bens, e não nas alterações de seus preços de mercado. Para isso, faz-se uso do deflator que isola o crescimento real do produto daquele que se deu artificialmente devido ao aumento dos preços da economia.

TABELA 8

Brasil: 2007. Maiores PIBs absolutos dos municípios médios selecionados em 2007

Municípios	PIB/2007(bilhões)
Campos dos Goytacazes	11.912.736
São José dos Campos	10.280.990
Jundiaí	7.989.589
Ribeirão Preto	7.422.244
Uberlândia	7.144.359
Sorocaba	6.863.132
Joinville	6.566.742
Caxias do Sul	5.615.300
Londrina	4.574.028
Itajaí	4.568.496

Fonte: IBGE. Cálculo do PIB 2007. In: Ipeadata.

Enfim, como já foi dito anteriormente, a simples análise do PIB não é suficiente para determinar os caminhos que as cidades médias irão tomar em seu futuro econômico, mas nos fornece importantes pistas em termos de análise de distribuição de recursos no âmbito nacional. Os dados apontaram um crescimento do PIB maior nos municípios médios do que nos municípios-núcleo das metrópoles, sendo que alguns dos municípios médios conseguiram superar, até mesmo em termos absolutos, o PIB de Belém, a metrópole com menor PIB em 2007. Isso vem reforçar as hipóteses que indicam estar ocorrendo um processo de desconcentração na economia brasileira.

2.5 *O IDH enquanto elemento comparativo de desenvolvimento entre as metrópoles e as cidades médias*

A opção pelo uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nos estudos deste capítulo se deu em função de sua importância enquanto indicador de qualidade de vida ou de bem-estar de uma população. Uma investigação da evolução do IDH nos municípios-núcleo das metrópoles e nos municípios médios complementa as demais análises, já que o cálculo deste indicador incorpora algumas variáveis sociais importantes como Educação e Saúde.

Como já visto no capítulo 1, alguns autores (COSTA, 2002; FILHO & SERRA, 2001) apontam as cidades médias enquanto espaços com qualidade de vida superior às metrópoles e neste sentido, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pode oferecer pistas para se comprovar ou não esta hipótese. Sabe-se que apenas o IDH não pode determinar se uma cidade é boa ou não para se morar, mas ele pode indicar melhorias que vem ou não ocorrendo ao longo dos anos nestas cidades.

É importante destacar que pelo fato de ser calculado com base nas variáveis Renda, Educação e Saúde, o IDH dos municípios-núcleo das metrópoles tende a ser maior, como pode ser visto na Tabela 9, já que a maioria delas possui economias fortes, bem como redes de Educação e Saúde mais bem estabelecidas, salvo exceções. Entretanto, é possível que os dados das cidades médias sejam mais próximos da realidade já que nas metrópoles a desigualdade social é mais presente e evidente. Por isso, além de se comparar os níveis de IDH dos municípios, também se procurou analisar suas taxas de crescimento, bem como aqueles que se destacam no grupo das cidades médias.

TABELA 9

Brasil: 1991/2000. Média ponderada do IDH dos municípios-núcleo das metrópoles e dos municípios médios selecionados - 1991/2000

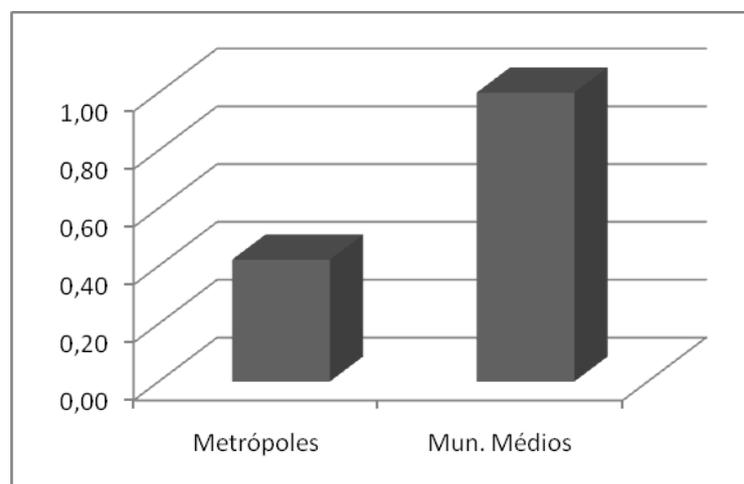
Períodos	Metrópoles	Municípios Médios
1991	0,801	0,72
2000	0,832	0,79

Fonte: IBGE. Censos de 1991/2000. In: Ipeadata.

Uma análise centrada nas taxas de crescimento do IDH pode mostrar um resultado bem diferente do apresentado na Tabela 9, já que os municípios-núcleo das metrópoles apresentaram taxas de crescimento do IDH menores que os municípios médios, como pode ser visto no Gráfico 4. Os dados do Gráfico 4 mostram que os municípios médios apresentaram maior taxa de crescimento do IDH no período avaliado (1991/2000), onde aparecem com 1% a.a contra 0,42% das metrópoles, ou seja, o dobro do crescimento.

GRÁFICO 4

Brasil: 1991/2000. Taxa de crescimento do IDHM/1991-2000 (Municípios-núcleo das metrópoles e municípios médios selecionados)



Fonte: IBGE. Censos de 1991/2000.

O intervalo entre o menor e o maior IDH dos municípios-núcleo das metrópoles no ano 2000 era de 0,786 (Fortaleza) a 0,865 (Porto Alegre), conforme pode ser visto na Tabela 10. Nesse mesmo período, os municípios médios apresentavam intervalo de 0,558 (Codó/MA) a 0,857 (Caxias do Sul/RS), porém entre os municípios-núcleo das metrópoles, apenas Porto Alegre apresentou índice acima dos 0,857, patamar máximo dos municípios médios.

TABELA 10
Brasil: 1991/2000. Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios-núcleo das Metrópoles - 1991/2000

UF	Metrópole	1991	2000
RS	Porto Alegre	0,825	0,865
PR	Curitiba	0,819	0,856
RJ	Rio de Janeiro	0,808	0,842
SP	São Paulo	0,804	0,841
MG	Belo Horizonte	0,796	0,839
PA	Belém	0,796	0,806
BA	Salvador	0,793	0,805
PE	Recife	0,79	0,797
CE	Fortaleza	0,762	0,786
Média Ponderada		0,801	0,832

Fonte: IBGE. Censos de 1991/2000

Dos 101 municípios médios analisados, pelo menos 63 se encontravam dentro do intervalo dos municípios-núcleo das metrópoles no ano 2000 (ver Anexo 5), sendo que 51 apresentavam IDH acima de 0,8. Além disso, 53 deles conseguiram superar o IDH de Recife (0,797) e de Fortaleza (0,786), metrópoles nordestinas. Os destaques são as cidades de Caxias do Sul (0,857), Joinville (0,857), Jundiá (0,857), Blumenau (0,855) e Ribeirão Preto (0,855), todas concentradas no Centro-Sul do país.

Assim como nas metrópoles, nos municípios médios, os melhores IDHs se encontravam principalmente no Eixo Sul/Sudeste, sendo que nenhum município médio dos Eixos Norte/Nordeste atingiu 0,8 (patamar considerado alto). Entretanto, todos os municípios de porte intermediário apresentaram trajetórias de crescimento no IDH no período 1991/2000, o que pode indicar que estes passaram por melhorias sócio-econômicas no período avaliado.

Houve evolução do IDH tanto nas metrópoles, como nos municípios médios, porém essa evolução, como já foi apresentado no Gráfico 4, se deu de maneira mais intensa nos municípios médios. Isso demonstra, mais uma vez, o peso que estes municípios

vêm apresentando na rede urbana nacional, já que, além de atraírem fluxos econômicos e populacionais, vêm conseguindo melhorar seus indicadores econômico-sociais, fato que pode contribuir na fixação dos migrantes que, para eles, se dirigem.

2.6 Síntese e Conclusões

Quais foram os Municípios médios que apresentaram crescimento compatível com as metrópoles nos períodos analisados? Quando se efetua o cruzamento dos dados de crescimento populacional, projeções de população, taxas líquidas de migração (TLM), Produto Interno Bruto (PIB) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), é possível perceber que a maioria dos municípios médios não conseguiu manter um padrão elevado em todos estes indicadores ao mesmo tempo, salvo algumas exceções que serão analisadas.

Tomando como parâmetro a faixa de população apresentada no início deste capítulo, ou seja, 750 mil habitantes, e projetando-a para 2050, percebemos que apenas cinco dos municípios médios analisados conseguirão alcançar este posto em 2050, são eles: Uberlândia (1.024.297 habitantes), Sorocaba (935.689 habitantes), São José dos Campos (909.046 habitantes), Ribeirão Preto (782.414 habitantes) e Feira de Santana (763.411 Habitantes). Outros se aproximarão deste número, ficando na casa dos 700 mil habitantes: Joinville (720.507 habitantes), Juiz de Fora (720.196 habitantes) e Londrina (717.247 habitantes). Observa-se uma forte concentração destes municípios no eixo Sul/Sudeste, com exceção de Feira de Santana. Apesar da média de crescimento populacional dos municípios médios (1,35% a.a) estar acima da média das metrópoles (1,02%) no período 2000/07, nem todos atingirão a faixa dos 750 mil habitantes nas projeções para 2050.

A partir da análise da variável PIB, percebeu-se que dos oito municípios destacados no parágrafo anterior, seis aparecem entre os 10 maiores PIBs dos municípios médios: São José dos Campos (10.280.990), Ribeirão Preto (7.422.244), Uberlândia (7.144.359), Sorocaba (6.863.132), Joinville (6.566.742) e Londrina (4.574.028). Porém, apenas São José dos Campos apresentou PIB acima do intervalo mínimo das metrópoles 7.895.959 em Belém.

Quando se realiza a mesma comparação, levando em consideração o intervalo de IDHM dos municípios-núcleo das metrópoles (0,786 a 0,865), percebe-se que dos oito municípios médios, destacados anteriormente, apenas Feira de Santana (0,74) não apresentou IDHM dentro do intervalo das metrópoles.

Em relação às taxas líquidas de migração, todos os oito municípios ficaram acima dos municípios-núcleo das metrópoles que apresentaram taxas negativas no período avaliado (1995/00), apesar de Feira de Santana também ter apresentado taxa negativa neste período (-0,79% a.a).

As análises feitas nesta sessão do capítulo não permitem indicar com exatidão aquelas cidades que se tornarão metrópoles do interior, visto que para isso, seria necessária a análise de outros componentes, como por exemplo, a área conurbada dos municípios, fluxos econômicos de interdependência, etc. Contudo, é possível perceber que os oito municípios médios que apareceram em destaque têm grandes chances de deixar o posto de cidade média e se tornar uma grande cidade, ou mesmo uma metrópole, principalmente no caso de São José dos Campos, que conseguiu alcançar a média dos municípios-núcleo das metrópoles em todos os itens avaliados neste capítulo.

Foi possível perceber, a partir dos dados analisados, que a maioria dos municípios médios da amostra apresentou um crescimento sustentável, demográfica e economicamente nos períodos avaliados. Foram poucos os que apresentaram taxas negativas de crescimento populacional, do PIB ou de migração, sendo que todos apresentaram taxas positivas de crescimento do IDHM no período 1991/00. Todas as variáveis avaliadas apontaram para uma melhor distribuição dos recursos e da população no interior do país, o que confirma ainda mais a importância das cidades médias para a rede urbana brasileira.

3

AS CIDADES MÉDIAS ENQUANTO PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO DE SUA REGIÃO DE INFLUÊNCIA

3.1 *Introdução*

O objetivo deste capítulo é investigar qual é o peso da cidade média dentro de sua rede urbana. Neste sentido, procura-se analisar se os municípios médios em estudo são centros urbanos que atraem investimentos e mão de obra para si e para os municípios de sua rede de influência, ou se estão concentrando os investimentos e a população. Sendo assim, buscar-se-á avaliar a dispersão dos investimentos para as cidades vizinhas, além de verificar se a expansão econômica do pólo drena mão de obra do seu entorno, ou se importa de outras regiões do país.

Para responder aos questionamentos apontados acima, foi realizado um estudo de caso com cinco cidades médias brasileiras da região Sul e Nordeste do Brasil: Londrina (PR), Joinville (SC), Petrolina (PE), Juazeiro (BA) e Vitória da Conquista (BA). Essas cidades fazem parte de um conjunto amostral mais amplo, que envolveu 55 cidades médias brasileiras²³, distribuídas por quase todo o território nacional, conforme processo de amostragem e seleção desenvolvida no âmbito metodológico da pesquisa “Desigualdades Socioespaciais e Descentralização Territorial no Brasil Atual” já apresentado no capítulo 2.

Os cinco municípios foram, aqui examinados, a partir de suas regiões ou áreas de influência, tomando-se como recorte geográfico a “Região de influência das Cidades 2007”²⁴ do IBGE.

²³ Essas 55 cidades foram visitadas com o objetivo de coleta de informações variadas, desde questionários interativos à entrevistas gravadas com autoridades e lideranças de movimentos sociais locais.

²⁴ Neste trabalho é feita uma análise e apresentação da rede urbana brasileira, a partir de novos critérios, onde se destaca a função de “gestão do território”, como elemento importante na definição dos níveis de centralidade administrativa, jurídica e econômica. A definição destes níveis de centralidade se deu em função da presença de órgãos do Estado, de sedes de empresas e também de equipamentos e serviços – atividades de comércio e serviços, atividade financeira, ensino superior, serviços de saúde, internet, redes de televisão aberta, e transporte aéreo. As ligações entre as cidades foram investigadas de modo a definir as áreas de influência dos centros e a esclarecer a articulação das redes no território. A hierarquização dos centros se deu em função da intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro. O IBGE classifica as cidades em cinco níveis hierárquicos: **1) Metrôpoles** (12 principais centros urbanos do país), sendo que este grupo foi subdividido em três subníveis, segundo a extensão territorial e a intensidade das relações: a) Grande metrópole nacional - São Paulo; b) Metrópole nacional – Rio de Janeiro e Brasília; c) Metrópole – Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre. **2) Capital regional**, neste nível integram 70 centros que assim como as metrópoles se relacionam com o estrato superior da rede urbana. O grupo das Capitais regionais é subdividido em três subgrupos: a) Capital regional A (constituído por 11 cidades, com medianas de 955 mil habitantes e 487 relacionamentos); b) Capital regional B (constituído por 20 cidades, com medianas de

Neste estudo do IBGE, as cidades médias, foco de análise do capítulo, aparecem classificadas como Capital Regional B (Londrina, Joinville e Vitória da Conquista) e Capital Regional C (Petrolina e Juazeiro), ocupando, desta forma, uma posição intermediária na nova hierarquia urbana brasileira. Porém, é necessário ressaltar que a Regic 2007 foi tomada apenas como um recorte geográfico para análise dos municípios e não como o referencial teórico de análise do capítulo.

Para atingir os objetivos propostos foi realizada uma investigação a partir de dados secundários, tais como taxas líquidas de migração, taxas de crescimento geométrico da população, Produto Interno Bruto e taxas de crescimento do PIB dos municípios pólos e de seu entorno para verificar se está ou não ocorrendo a difusão dos investimentos para os municípios vizinhos. A variável migração terá, aqui, um peso importante por considerar-se que ela pode indicar (ou não) um espraiamento não somente populacional, mas também econômico-social no interior da rede de cidades. Matos (2003) destaca que a variável migração pode subsidiar uma série de interpretações sobre o desenvolvimento da rede de localidades centrais do país. No âmbito deste debate, ele aponta que,

Os fluxos migratórios são, sem dúvida, muito importantes em redes de países em desenvolvimento. Isto porque representam processos espaciais que aglutinam força de trabalho, pequenos capitais, informações e trocas de experiência, além de outras dimensões subjetivas alusivas à cultura, expectativas de sucesso, etc. As cidades que mais atraem migrantes são geralmente as que detêm maior número de postos de trabalho, maiores oportunidades de consumo e prestação de serviços e maior grau de integração com outras áreas. Os fluxos migratórios podem, portanto, indicar características e sugerir o formato das áreas mais dinâmicas, as que gozam de funções dominantes e mais diversificadas na rede de localidades centrais do país (MATOS, 2003, p. 21).

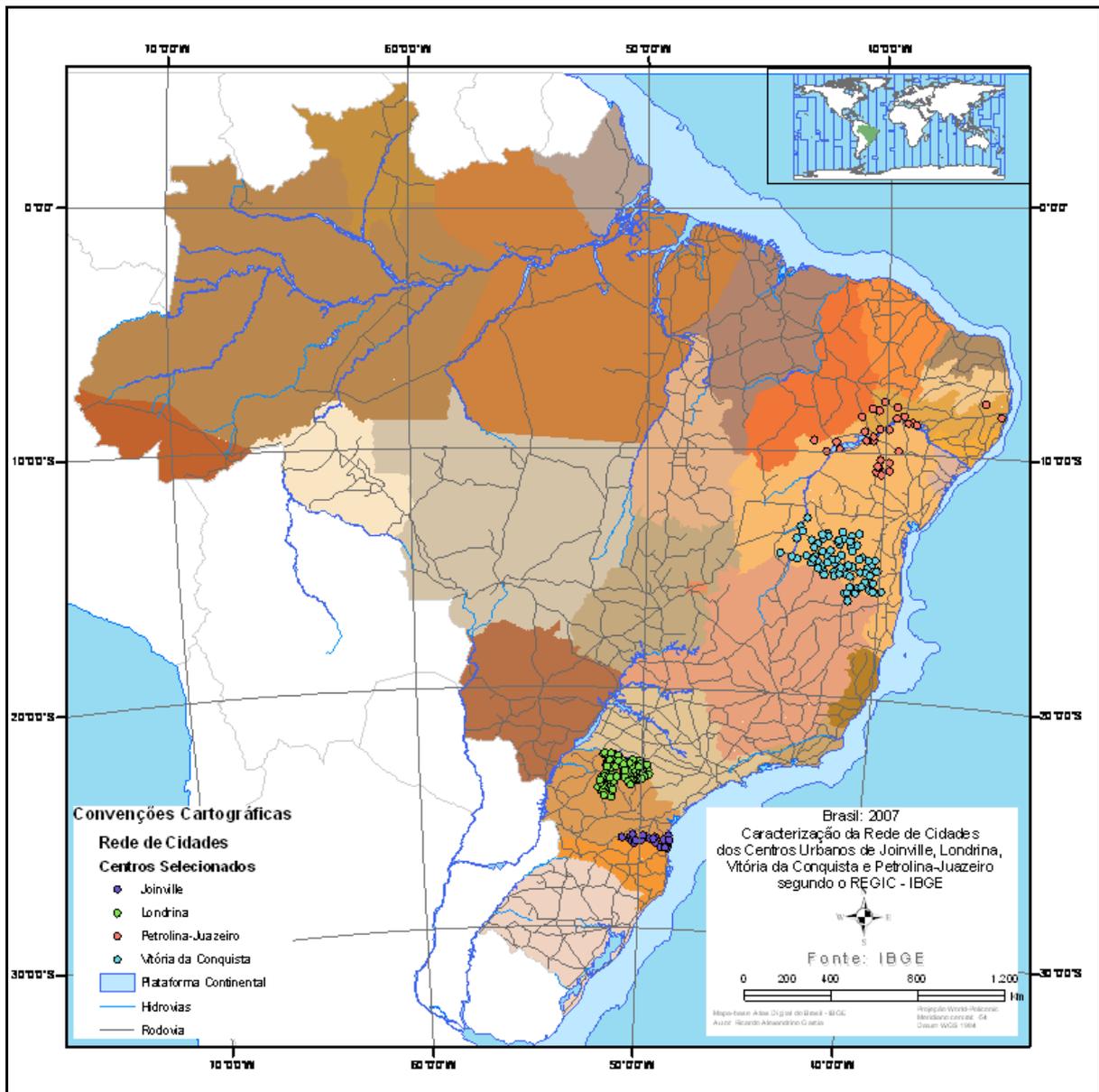
435 mil habitantes e 406 relacionamentos); c) Capital regional C (constituído por 39 cidades, com medianas de 250 mil habitantes e 162 relacionamentos). **3) Centro sub-regional** – integram este nível 169 centros com atividades de gestão menos complexas, área de atuação mais reduzida e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais. Também é dividido em subgrupos: a) Centro sub-regional A (constituído por 85 cidades, com medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos); Centro sub-regional B (constituído por 79 cidades, com medianas de 71 mil habitantes e 71 relacionamentos). **4) Centro Zona** – este nível é formado por 556 cidades de menor porte e atuação restrita à sua área imediata exerce funções elementares. Subdivide-se em: a) Centro de zona A (192 cidades com medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos); Centro de zona B (364 cidades, com medianas de 23 mil habitantes e 16 relacionamentos). **5) Centro local** - neste grupo inclui-se as demais 4473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapola os limites do seu município. A relação entre as redes e entre os centros de mais alto nível se dá na confrontação da rede urbana, onde coexistem redes hierárquicas e redes não-hierárquicas, caracterizadas por ligações horizontais, sendo as noções de interação, especialização, complementaridade e sobreposições necessárias para compreender a hierarquia urbana. Neste sentido os centros que comandam as redes urbanas se destacam pelas relações de controle e comando sobre centros de nível inferior, ao propagar decisões, determinar relações e destinar investimentos, especialmente pelas ligações da gestão federal e empresarial.

3.2 *As Regiões de influência das cidades*

Nesta sessão do capítulo, serão apresentados os cinco municípios selecionados e suas respectivas áreas de influência com o objetivo de confirmar, ou não, a hipótese da intensidade da polarização que estes exercem sobre os municípios de sua região.

É provável que um processo de maior concentração de população em algumas das centralidades analisadas esteja em curso, em detrimento dos municípios menos dinâmicos, portanto, com menor capacidade de atrair e/ou reter populações. Também é possível que isso não esteja acontecendo ou que os municípios menores estejam crescendo junto com o município pólo, daí a necessidade dessa pesquisa. Num processo de redistribuição, cidades maiores e mais dinamizadas, a exemplo de Londrina, Joinville, Vitória da Conquista, Petrolina e Juazeiro, podem estar recebendo parte da população em movimento.

Como pode ser visto no Mapa 2, a área de influência de cada município é variada, havendo aqueles que polarizam uma maior quantidade de municípios, como é o caso de Londrina, que polariza 86 ao todo e outros, que polarizam uma quantidade menor, como é o caso de Joinville, que polariza 20 municípios. Também é possível observar uma forte concentração territorial na Regic Londrina e na Regic Joinville, enquanto nas Regics Vitória da Conquista e Petrolina-Juazeiro há uma maior dispersão territorial dos municípios. No caso da Regic Petrolina-Juazeiro, isto ocorre em função de haver dois municípios pólos de estados diferentes, em Vitória da Conquista há também municípios de estados diferentes (Bahia e Minas Gerais), além do Oeste baiano sertanejo que possui vários municípios polarizados por esta cidade média, sem concorrente forte nessa sub-região.



MAPA 2 - Brasil: 2007. Distribuição das Regiões de Influência dos cinco municípios selecionados no território nacional.

3.2.1 A região de influência de Londrina

No estado do Paraná registra-se um importante sistema urbano-regional: a região de influência de Londrina (Ver Mapa 3). Trata-se de um sistema em que Londrina comanda um grupo amplo de municípios (86) do norte paranaense, chegando, inclusive, a constituir intensos fluxos de bens e serviços. Nesse sistema, além de Londrina, outros municípios dividem a capacidade de polarização, alguns em função do porte populacional e econômico, outros em função da localização privilegiada. Dentre esses municípios,

destacam-se Apucarana e Arapongas. Como pode ser visto na Tabela do Anexo 6, a maioria dos municípios dessa região (75) é de pequeno porte, com populações abaixo de vinte mil habitantes. Apenas 11 municípios possuem mais de vinte mil habitantes.

A ampla região de influência de Londrina mostra-se muito heterogênea no que se refere às taxas líquidas de migração, como pode ser visto na tabela do Anexo 5. Apresenta sete municípios com taxas elevadas e a maioria (65) com taxas negativas, o que indica a presença de uma rede urbana com muitos municípios perdendo população, resultando em uma média negativa para a rede (-8,97%). Os dados sobre o crescimento da população no período 1991/00 comprovam esta afirmação, já que naquele período, mais da metade dos municípios desta Regic (45) apresentaram taxas negativas de crescimento populacional²⁵. São 65 municípios com taxas líquidas de migração negativas contra 21 com taxas positivas²⁶.

Não é de se surpreender que as maiores taxas líquidas de migração não se concentram nos maiores municípios, onde os estoques populacionais são muito maiores. Londrina, por exemplo, apresentou 3,8‰ e Apucarana, o segundo maior município da rede, apresentou taxa negativa (-1,31‰) enquanto alguns dos municípios menores, com populações abaixo de 10 mil habitantes, apresentaram taxas elevadas: Santo Antônio do Paraíso (28,9‰), Mauá da Serra (24‰), Cruzmaltina (23,94‰), Rio Branco do Ivaí (14,65‰) e Japira (11,12‰), todos no estado do Paraná²⁷. Entretanto, há também municípios de pequeno porte com taxas negativas elevadas, são os casos de Grandes Rios (-32,96‰), Borrazópolis (-32,20‰), Marumbi (-31,45‰), Centenário do Sul (-30,28‰) e Rio Bom (-29,49‰).

Quando se acrescenta à análise os dados de crescimento populacional no período 1991/00, percebe-se que as menores taxas de crescimento populacional (negativas) encontram-se nos municípios de pequeno porte como: Miraselva (-10,51%), Santa Cecília

²⁵ Entre os demais municípios da Regic Londrina, trinta apresentaram taxas positivas de crescimento populacional e em onze não foi possível a mensuração, tendo em vista o fato de suas populações ainda não constarem nos dados do censo de 1991.

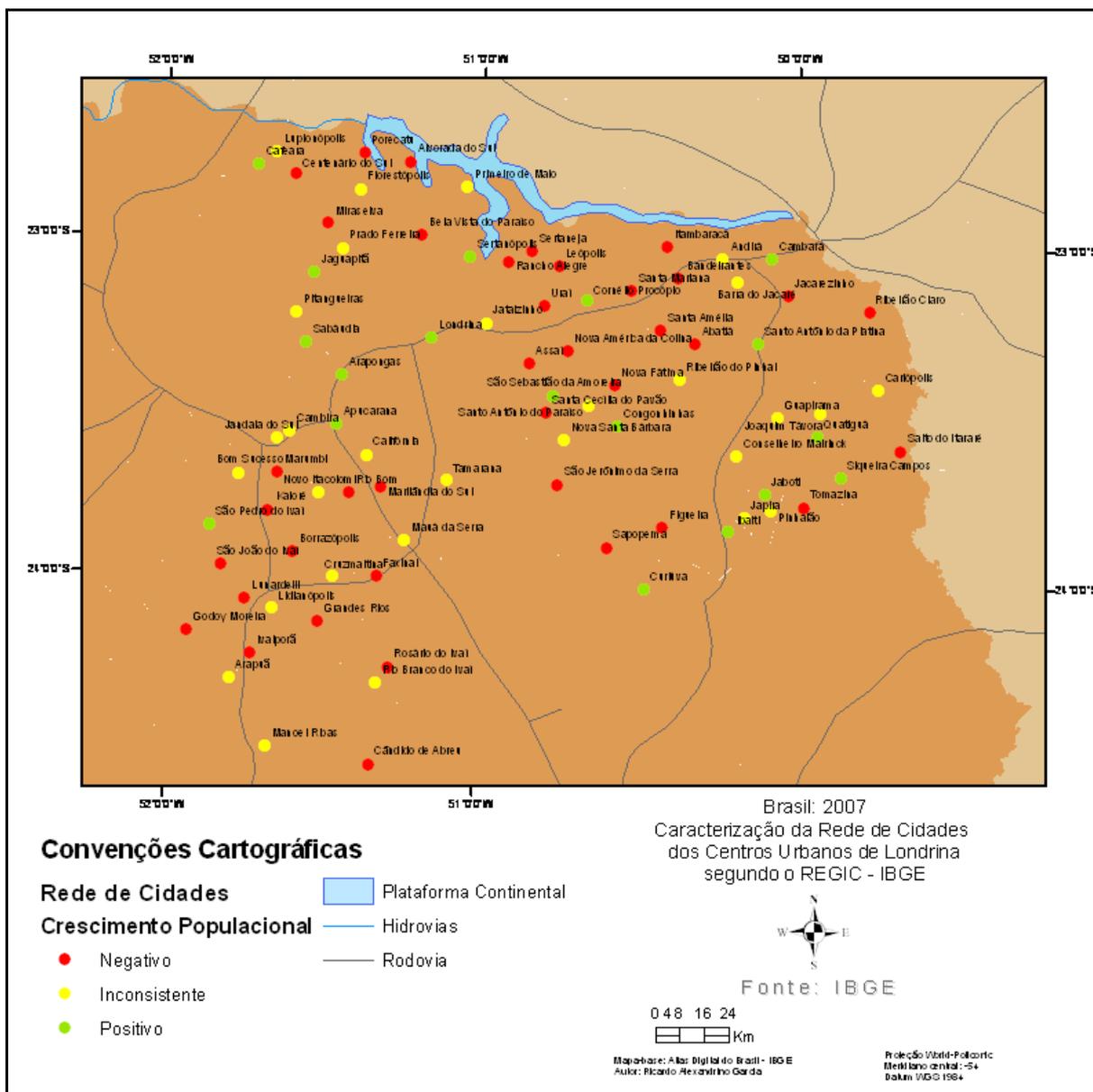
²⁶ No grupo dos que apresentaram taxas positivas, a maioria (13) se encontra acima de 5‰, com destaque para Santo Antônio do Paraíso (28,9‰), Mauá da Serra (24‰), Cruzmaltina (23,94‰), Curiúva (16,28‰), Arapongas (15,5‰), Rio Branco do Ivaí (14,65‰) e Japira (11,12‰). Entre os municípios que apresentaram taxas negativas, há pelo menos 41 com taxas abaixo de -10‰ a.a, ou seja, bem negativas, podendo traduzir significativas perdas populacionais. Os destaques são: Grandes Rios (-32,96‰), Borrazópolis (-32,20‰), Marumbi (-31,45‰) e Centenário do Sul (-30,28‰). Há uma presença marcante dos municípios de pequeno porte nos dois grupos.

²⁷ Não constam no censo de 1991 dados de população de três desses municípios: Mauá da Serra, Cruzmaltina e Rio Branco do Ivaí.

do Pavão (-8,04%), Grandes Rios (-4,72%), Marilândia do Sul (-4,53%), Rosário do Ivaí (-4,44%) e Cambira (-4,15%). Por outro lado, entre as maiores taxas de crescimento populacional encontravam-se os três maiores municípios da Regic, sendo que Arapongas, terceiro maior município da Regic possui a maior taxa de crescimento da rede (3,16%), Londrina aparece em quarto lugar com 1,53% e Apucarana, segundo maior município da Regic, aparece em quinto lugar com 1,41%.

Agregando os municípios segundo tamanho de população, obtêm-se resultados ainda mais surpreendentes. Os três maiores municípios (Londrina, Apucarana e Araponga) concentravam em 2007 quase a metade (45%) da população da rede. Esses três foram, sem dúvida, os que mais contribuíram para o crescimento populacional da Regic, já que apresentaram TLM de 6‰ no período 1995/00 e taxas de crescimento geométrico da população de 2,03% a.a no período 1991/00. Enquanto os demais municípios (20 a 50 mil habitantes e aqueles com menos 20 mil habitantes) mostraram resultados bem abaixo dos três maiores nos mesmos períodos avaliados. Os municípios com populações entre 20 e 50 mil habitantes (oito municípios ao todo) apresentaram taxas líquidas de migração de -9,67‰ e taxas de crescimento populacional de -0,23%, enquanto os de menos de 20 mil habitantes (75 ao todo) apresentaram TLM -9,50‰ e Taxas crescimento populacional de -0,93%.

Sem dúvida a Regic Londrina apresenta-se muito heterogênea no que se refere a sua dinâmica demográfica. Além disso, mostra uma grande quantidade de municípios distribuídos em porções geográficas distantes de portos e de entroncamentos viários, além de sofrer a concorrência de outros pólos fortes, como Maringá e Presidente Prudente. Esta afirmação pode ser verificada a partir da análise do Mapa 3 que mostra a distribuição dos municípios de acordo com suas taxas de crescimento demográfico nos períodos 1991/00 e 2000/07. Neste mapa, os municípios são classificados em três grupos com a finalidade de se perceber a consistência de seu crescimento demográfico. Os municípios que receberam a denominação *negativa* (Vermelho) foram aqueles que apresentaram taxas de crescimento negativa nos dois períodos, os que são classificados como *inconsistentes* (Amarelo) foram aqueles que mostraram crescimento positivo em apenas um período, sendo o outro negativo, os que apresentam a denominação *positivo* (Verde) foram os que mostraram consistência, com taxas de crescimento positivas nos dois períodos.



MAPA 3 - Brasil: 2007. Crescimento Populacional dos municípios da Região de Influência de Londrina - 1991/00 e 2000/07

A partir da análise do Mapa 3, nota-se que existe uma grande quantidade de municípios (38 ao todo) com crescimento negativo nos dois períodos (1991/00 e 2000/07) e apenas 18 com crescimento consistente, ou seja, positivo nos dois períodos, sendo o restante (30) inconsistentes. Isso evidencia, como já foi destacado, uma situação de desequilíbrio, já que a rede não cresce equilibradamente. Além disso, entre as maiores taxas de crescimento²⁸ encontravam-se municípios de maior porte populacional: Arapongas, o terceiro maior município, apresentou as maiores taxas de crescimento da rede

²⁸ A maioria dos municípios desta Regic não apresentou taxas de crescimento populacional elevadas nos períodos avaliados. Mesmo aqueles com as maiores taxas não mostraram uma pujança em termos numéricos, a maior taxa, por exemplo, foi a de Arapongas no período 1991/00 com 3,16%.

(3,16% em 1991/00 e 1,78% em 2000/07) e Londrina, o município pólo, mostrou taxas acima de 1,5% (1,53% em 1991/00 e 1,55% em 2000/07). O único município de pequeno porte a apresentar taxas mais elevadas foi Curiúva, com crescimento de 2,31% em 1991/00 e 1,52% em 2000/07.

É importante destacar que boa parte dos municípios que apresentaram taxas de crescimento populacional positivo nos dois períodos avaliados (1991/00 e 2000/07) localiza-se próximo aos eixos rodoviários, inclusive os três maiores municípios: Londrina, Apucarana e Arapongas. Essa proximidade com os eixos viários pode ser um diferencial na atração de investimentos e população. Tal afirmação vai ao encontro às análises de SPOSITO (2001), debatidas no Capítulo 1, onde ela dispõe sobre a “situação geográfica favorável” como um elemento importante no desenvolvimento das cidades.

Os dados da Tabela do Anexo 4, assim como os do Mapa 3, apontam uma concentração populacional nos maiores municípios. Afora os três maiores municípios, nos demais se percebe desequilíbrios em termos das TLMs e taxas de crescimento populacional, sendo possível encontrar municípios de pequeno porte tanto no grupo dos que possuem menores TLMs e crescimento populacional, como também, no grupo dos que apresentaram TLMs elevadas e crescimento populacional positivo.

Mesmo carecendo de estudos mais refinados, é plausível associar os resultados das taxas líquidas de migração e crescimento populacional a fatores de ordem econômica, dado o perfil dominante das atividades econômicas regionais, marcadamente assentadas nas atividades da agroindústria intensiva em capital. Em uma economia regional fortemente marcada pela homogeneidade das atividades, movimentos migratórios devem se relacionar às fases de maior ou menor dinamismo no setor agroindustrial. A menor variabilidade nessa dinâmica, ou mesmo, a perda de capacidade de atrair populações, pode estar relacionado a uma maior diversidade de atividades econômicas em uma determinada centralidade. Os dados relacionados ao crescimento do PIB dos municípios desta região poderão ajudar a elucidar melhor essas indagações.

Dados sobre o PIB

A média de crescimento do PIB da Regic Londrina foi positiva em todos os períodos avaliados, com destaque para o período 2005/07 com 4,70% a.a, como pode ser visto no Anexo 7. A análise das taxas de crescimento do PIB nos permite perceber que a maioria dos municípios desta Regic (74) apresentou ganhos de crescimento, com exceção

de doze municípios que apresentaram taxas negativas no período avaliado 2002/07. Dentre eles as menores taxas encontravam-se em Cruzmaltina (-3,71% a.a), Nova Santa Bárbara (-3,12% a.a), Lidianópolis (-2,79% a.a) e Rancho Alegre (-2,60% a.a).

Entre os municípios que apresentaram taxas positivas de crescimento do PIB, pelo menos trinta e oito estiveram acima da média da Regic (3,29% a.a) e outros 16 estiveram acima de 2% a.a²⁹. Os destaques são: Rio Branco do Ivaí (22,12% a.a), Rosário do Ivaí (12,43% a.a), Cândido de Abreu (11,22% a.a), Jaguatipã (10,56% a.a) e Joaquim Távora (10,54% a.a). Londrina, a cidade pólo da rede, apresentou uma taxa de crescimento acima da média da Regic com 4,63% a.a, apesar de não figurar entre as maiores taxas.

Um grande número de municípios da Regic Londrina (43 ao todo) apresentou um crescimento consistente do PIB, com taxas acima de 2% em todos os períodos avaliados, talvez influenciados pelo desenvolvimento da agroindústria.

Em uma análise agregada é possível perceber uma concentração econômica dentro da Regic Londrina, já que os municípios que mais cresceram foram os três maiores que juntos apresentaram taxas de crescimento de 4,4% a.a no período 2002/07. Além disso, eles detinham 55% do PIB da Regic em 2002 e passaram a acumular 56,5% em 2007. Os municípios com populações entre 20 e 50 mil habitantes apresentaram no período 2002/07 taxa de crescimento do PIB de 3,01%, sendo que em 2002 eles contribuíam com 14,9% do PIB, sofrendo uma pequena redução em 2007, caindo para 13,9%. Enquanto isso, os municípios com menos de 20 mil habitantes mostravam uma taxa de crescimento de 3,27%, no período 2002/07, com uma participação relativa de 30% do PIB, declinando para 29,5%, em 2007. Em termos absolutos o acréscimo que os três maiores municípios apresentaram no PIB no período 2002/07 foi 1.232.777 bilhões, enquanto os 75 municípios de pequeno porte (menos de 20 mil habitantes) contribuíram com um acréscimo de 509.851 milhões.

Os dados do PIB confirmam o que já tinha sido demonstrado com os dados populacionais, ou seja, uma maior concentração econômica nos três maiores municípios. Mas, não se pode deixar de lembrar que a maioria dos municípios da Regic, inclusive os de pequeno porte, apresentaram taxas de crescimento positivas no período avaliado 2002/07, o que de, certa forma, permite afirmar que o município pólo atrai investimentos para a rede

²⁹ Buscou-se destacar os municípios com taxas superiores a 2% a.a para mostrar a consistência do crescimento econômico com base nesse parâmetro: uma média de crescimento não desprezível compatível com as médias nacionais de crescimento anual do PIB em nível municipal, sobretudo se for mantido ao longo de vários períodos subsequentes. Na Regic a maioria dos municípios (54) apresentou crescimento superior esse parâmetro.

como um todo e não apenas para si, apesar de ainda concentrar a maioria deles. Entretanto, é importante destacar que os outros municípios podem estar filtrando investimentos de outros pólos próximos, de outras Regics, não apenas da Regic Londrina.

3.2.2 Região de Influência de Joinville

A Região de Influência de Joinville é a segunda maior do estado de Santa Catarina, perdendo apenas para a Região de influência de Florianópolis. Joinville, a maior cidade do estado, com uma forte base produtiva voltada a segmentos modernos do setor metal-mecânica e plásticos, tem contribuído para atração de investimentos e população para a região. Porém, além dela outras cidades possuem bases produtivas expressivas, chegando a se destacar no cenário regional, como é o caso de São Bento do Sul, onde é forte a presença da indústria da madeira e mobiliário.

Como se vê no Anexo 8, essa rede urbana apresenta 20 municípios. Além da cidade pólo destacam-se: São Bento do Sul, Canoinhas e Mafra, municípios de maior porte populacional. Apesar de Joinville concentrar mais da metade da população de sua região de influência, os dados indicam que os municípios menores vêm se apresentando enquanto alternativas a fluxos migratórios.

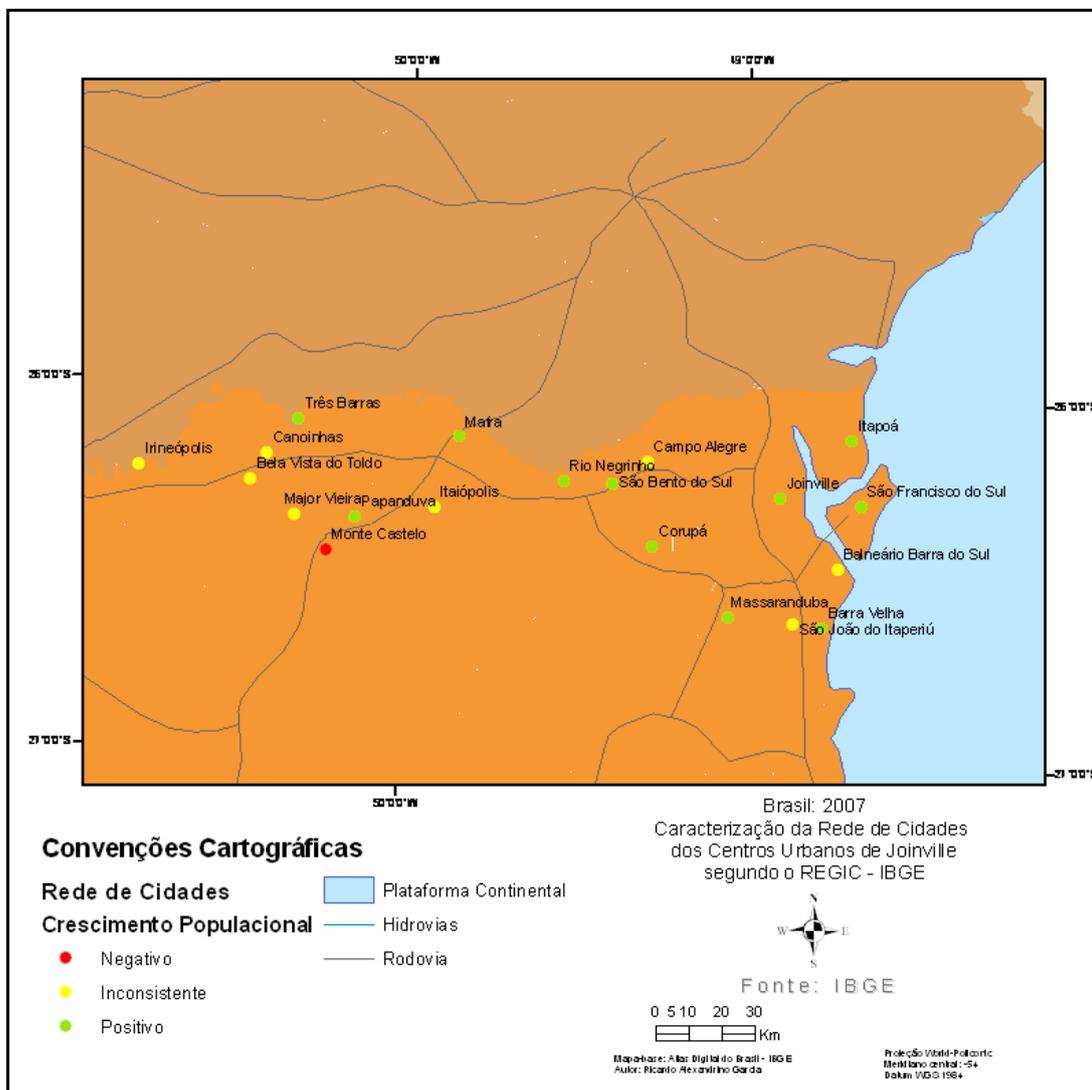
O saldo migratório da Regic é positivo (5,12‰, no período 1995/2000), o que indica que os municípios desta região exibiam, pelo menos no período avaliado (1995/00), uma notável capacidade de atração de população. A maioria dos municípios (12) apresentou Taxas Líquidas de Migração positivas (ver Anexo 7), com destaque para Itapoã, município que mais se destacou, com a exorbitante taxa de 70,47‰ a.a, Balneário Barra do Sul (59,71‰ a.a), Barra Velha (20,27‰ a.a), São Francisco do Sul (18,71‰ a.a), São João do Itaperiú (14,14‰ a.a) e São Bento do Sul (10,46‰ a.a). Entretanto, alguns municípios apresentaram TLMs negativas, os destaques são: Monte Castelo (-29,43‰ a.a), Canoinhas (-18,57‰ a.a), Irenópolis (-14,94‰ a.a) e Major Vieira (-10,92‰ a.a).

Quando se observa as taxas de crescimento populacional no período 1991/00, nota-se que não há, como nas TLMs, níveis tão acentuados, sendo que apenas os municípios de Itapoã (9,19%) e Rio Negrinho (3,18%) destacam-se dos demais municípios da rede³⁰. Apenas cinco municípios apresentaram taxas negativas de crescimento

³⁰ Não foi possível calcular as taxas de crescimento populacional no período 1991/00 dos municípios Balneário Barra do Sul, Bela Vista do Toldo e São João do Itaperiú, porque não aparecem nos dados do censo de 1991.

populacional, com destaque para Itaiópolis com -3,48%. O saldo populacional da rede é positivo (1,93%), o que indica que as taxas líquidas de migração tiveram um peso marcante no crescimento populacional desta Regic, de baixo crescimento vegetativo.

Como pode ser visto no Mapa 4, que tem por finalidade a análise de consistência do crescimento demográfico em dois períodos subsequentes (1991/00 e 2000/07), a Regic Joinville, ao contrário de Londrina, mostrou-se mais equilibrada em termos demográficos. Além da pequena quantidade de municípios desta Regic (20), não se pode esquecer que eles se encontram encerrados no Vale do Itajaí, possuindo uma história em comum. A maioria dos municípios (11) mostrou crescimento sustentável, ou seja, positivo nos dois períodos, sendo que oito foram inconsistentes, com crescimento positivo em apenas um dos períodos analisados e somente um (Monte Castelo) apresentou crescimento negativo nos dois períodos.



MAPA 4 - Brasil: 2007. Crescimento Populacional dos Municípios da Região de Influência de Joinville - 1991/00 e 2000/07

Dentre os municípios que apresentaram taxas de crescimento populacional positiva nos dois períodos os destaques são Itapoã (9,19% em 1991/00 e 2,79% em 2000/07), Rio Negrinho (3,18% em 1991/00 e 1,63% em 2000/07), São Bento do Sul (2,96% em 1991/00 e 1,48% em 2000/07) e Joinville (2,40% em 1991/00 e 1,81% em 2000/07). Afora Itapoã, os demais estão entre os cinco maiores da Regic, o que demonstra que os municípios de maior porte populacional têm crescido mais que os de pequeno porte, pelo menos nos períodos avaliados.

A posição geográfica dentro da Regic parece ter sido um fator de peso no crescimento populacional dos municípios. Partindo dessa observação, é possível constatar que a maioria dos municípios que mostraram crescimento consistente (positivo nos dois períodos) encontram-se próximos ao litoral, rodovias e mesmo, à cidade pólo, Joinville.

Joinville tem um peso muito grande dentro da Regic, já que concentrava 54% da população em 2007, apresentava TLM positiva de 2,28‰ no período 1995/00 e mostrou taxas de crescimento populacional positivas nos dois períodos avaliados (1991/00 e 2000/07). Entretanto, ao contrário do que ocorreu com a Regic Londrina, na Regic Joinville, os demais municípios também apresentaram números positivos. O grupo dos municípios com populações acima de 20 mil habitantes (cinco ao todo), excluindo Joinville, mostrou uma TLM média de 1,58‰ e taxa de crescimento populacional de 1,4% no período 1991/00. Os municípios com menos de 20 mil habitantes (14) exibiram TLM média de 6,58‰ e taxa de crescimento populacional de 1,12% no período 1991/00.

Os dados indicam que a Regic Joinville mostrou-se mais equilibrada que a Regic Londrina (talvez em função do número menor de municípios), já que a maioria dos municípios apresentou TLMs positivas e também taxas positivas de crescimento populacional. Além disso, já é possível perceber o início de um processo de difusão da população dentro da rede, visto que os municípios de pequeno porte foram os que apresentaram as maiores taxas líquidas de migração. Os dados do Produto Interno Bruto poderão complementar essa análise.

Dados sobre o PIB

A análise do PIB nos permite perceber que vem ocorrendo uma evolução econômica positiva dos municípios da Regic Joinville já que as médias de crescimento da região foram relativamente altas em todos os períodos avaliados, como pode ser visto no Anexo 9. Com uma economia ancorada nos segmentos modernos da metal-mecânica,

plásticos e no turismo, os municípios dessa rede vinham conseguindo alcançar bons resultados, já que a maioria (18) conseguiu sustentar taxas de crescimento do PIB positivas no período 2002/07.

Dos vinte municípios desta rede, treze apresentaram taxas de crescimento do PIB acima de 2% no período 2002/07, sendo que, sete deles acima, da média regional (4,53% a.a). Os destaques são: Barra Velha (15,83% a.a), Monte Castelo (9,93% a.a), São Francisco do Sul (8,43% a.a), Balneário Barra do Sul (8,30% a.a) e Itapoã (7,56% a.a). Além disso, sete dos vinte municípios detinham níveis consistentes de crescimento, com taxas acima de 3% a.a. em todos os períodos. A maioria desses municípios é de pequeno porte, ou seja, com menos de 20 mil habitantes.

A cidade pólo, também apresentou taxa de crescimento do PIB elevada (6,69% a.a, no período 2002/07), o que indica que ela ainda concentra boa parte dos investimentos da rede³¹. Em 2002, Joinville contribuía com 55% do PIB da Regic, aumentando este percentual para 58% em 2007. Os demais municípios com população acima de vinte mil habitantes (cinco ao todo), com uma taxa de crescimento do PIB de 2,34% a.a, contribuía com 34% do PIB em 2002, caindo para 31% em 2007. Já os municípios com população abaixo de 20 mil habitantes, mostraram taxas de crescimento do PIB de 5,16% a.a³² (2002/07) e mantiveram em 2007 o mesmo percentual do PIB que tinham em 2002, ou seja, 11%.

O PIB da Regic Joinville, em termos absolutos (11.317.500 bilhões de reais), é o maior dentre as Regics analisadas, apesar de conter o menor número de municípios. Isso porque além de Joinville, outro município se destaca, apresentando um PIB bastante elevado: São Francisco do Sul, com 1.693.994 bilhões. Esses dois municípios juntos concentravam 73% do PIB da rede em 2007.

Os dados mostram que o município pólo concentrava a maioria dos investimentos da rede no período 2002/07 e que ele mantinha expressivo ritmo de crescimento. Entretanto já é possível sugerir uma difusão dos investimentos em outros municípios da Regic, visto que a maioria apresentou taxas de crescimento positivas no período avaliado 2002/07.

³¹ É possível dimensionar melhor o peso de Joinville dentro da Regic, quando analisamos os dados absolutos do PIB, já que dos 2.732.805 bilhões de Reais, total do crescimento apresentado no período 2002/07, Joinville contribuiu com 66%, em termos absolutos 1.816.587 bilhões.

³² Apesar deste percentual de crescimento ser elevado, ele corresponde a apenas 10% do total do crescimento da Regic no período 2002/07. Em termos absolutos 260.148 milhões.

Apesar dos resultados positivos alcançados pela Regic Joinville nos períodos avaliados (2002/07), dificilmente esta rede iria mantê-los nos anos posteriores, já que os municípios desta região foram duramente castigados pelas enchentes no Vale do Itajaí em 2008³³. A maioria dos municípios, inclusive Joinville, sofreu com as enchentes e deslizamentos e com certeza precisarão de um período para se refazer e voltar a ter o mesmo desempenho. Talvez esse seja o maior desafio ao crescimento sustentável dos municípios desta Regic, já que, por mais que cresçam, estarão sempre reféns de tragédias, como a de 2008.

3.2.3 Região de Influência de Vitória da Conquista

Vitória da Conquista, considerada um pólo comercial e de serviços do sudoeste baiano, exerce influência sobre um grupo de 74 municípios. Esta rede é composta por uma maioria de municípios do estado da Bahia, mas apresenta também municípios do estado de Minas Gerais. O Município de Vitória da Conquista está localizado na micro-região do Planalto de Conquista, no Sudoeste da Bahia, limita-se com os municípios de Anagé, Belo Campo, Encruzilhada, Planalto, Barra do Choça, Cândido Sales, Itambé e Ribeirão do Largo. A sede do município fica situada às margens da BR 116 (Rio-Bahia), permitindo acesso tanto ao Centro-Sul como ao Norte e Nordeste. As Rodovias Estaduais possibilitam o acesso ao litoral, BA 415 (Conquista - Itabuna) e ao oeste do Estado, BA 262 (Conquista - Brumado). Esta última é a principal rota de entrada para a região Centro-Oeste do país.

A Região de Influência de Vitória da conquista possui a maior população das Regics analisadas, com 1.741.162 habitantes, como pode ser visto no Anexo 10. Além de Vitória da Conquista, existem outros quatro municípios com população acima de 50 mil habitantes, são eles: Guanambi (76.230 habitantes), Itapetinga (63.243 habitantes), Brumado (62.381 habitantes) e Bom Jesus da Lapa (62.199 habitantes). No entanto, a maioria dos municípios (52) possui menos de 20 mil habitantes.

No que se refere às Taxas Líquidas de Migração a Regic Vitória da Conquista mostra uma média negativa (-6,88%). A maioria dos municípios desta Regic (62) apresentou taxas líquidas de migração negativas como pode ser visto no Anexo 10, inclusive a cidade pólo Vitória da Conquista (-2% a.a no período 1995/00). Os municípios

³³ As enchentes em Santa Catarina ocorreram depois do período de grandes chuvas durante o mês de novembro de 2008, afetando em torno de 60 municípios, localizados principalmente no Vale do Itajaí e mais de 1,5 milhões de pessoas no estado. Várias cidades na região ficaram inacessíveis devido as enchentes, escombros e deslizamentos de terra.

que apresentaram as maiores taxas positivas foram: Sítio do Mato (30,11‰ a.a), Ibicoara (27,58‰ a.a), Piripá (16,54‰ a.a) e Divisa Alegre (14,64‰ a.a), todos municípios de pequeno porte, com menos de 15 mil habitantes. Entre os municípios que apresentaram TLMs negativas, os destaques são: Iuiú (-23,49‰ a.a), Itambé (-23,02‰ a.a), Pedra Azul (-22,93‰ a.a) e Candiba (-20,33‰ a.a).

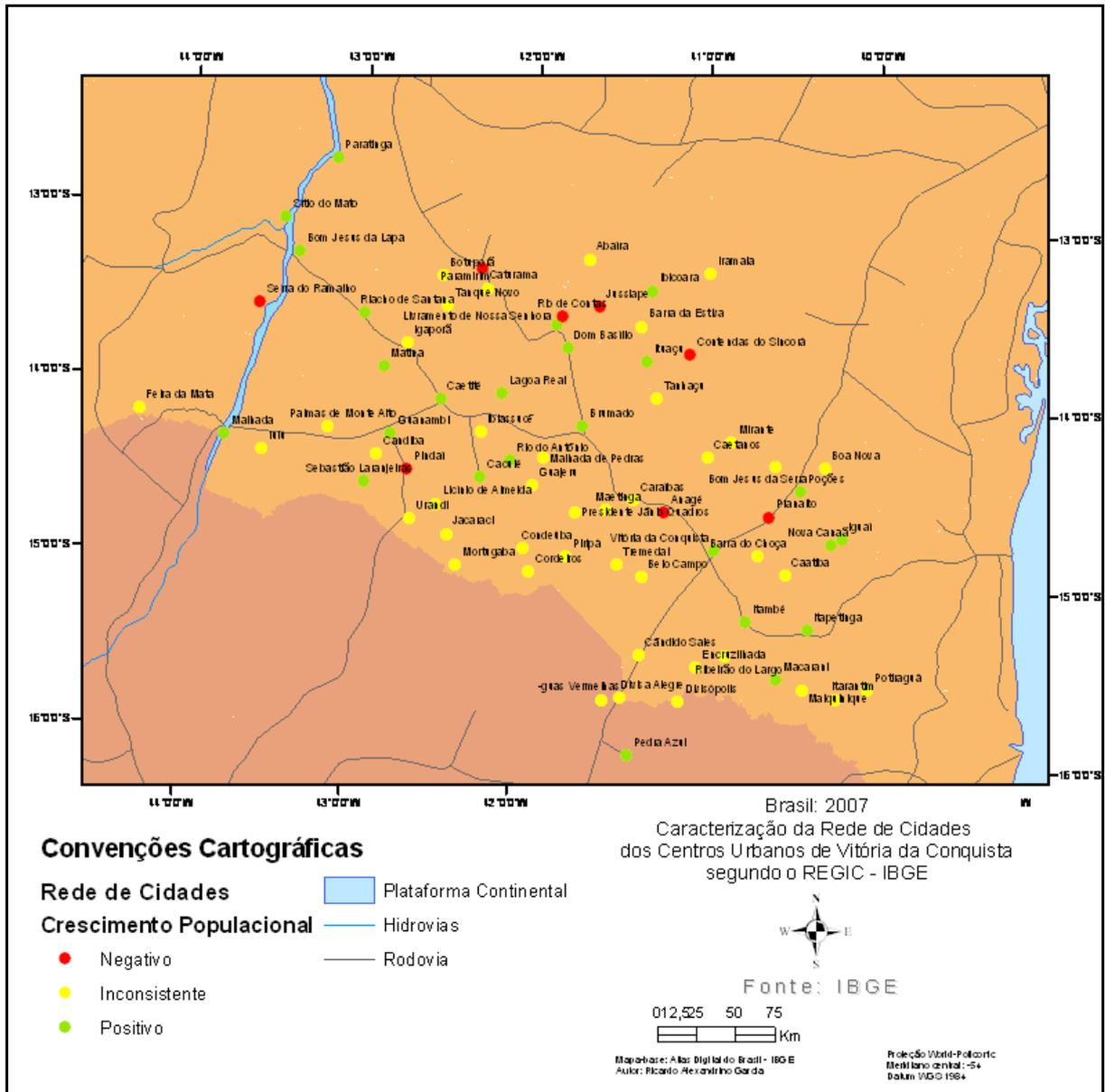
A análise das taxas de crescimento populacional no período 1991/00 mostra um resultado bem diferente das TLMs, já que a maioria dos municípios (53) apresentou taxas positivas de crescimento populacional. Os destaques são: Mirante (5,86%), Ibicoara (5,77%), Barra do Choça (5,67%), Caatiba (5,34%), Piripá (4,98%) e Encruzilhada (4,92%). Os municípios com as menores taxas de crescimento populacional foram Águas Vermelhas (-5,19%), Anagé (-3,18%) e Cordeiros (-2,89%). Neste período (1991/00), o acréscimo populacional da Regic foi positivo, com uma média de crescimento 1,27%, sendo que o município pólo, Vitória da Conquista também apresentou crescimento populacional positivo 1,72%. Isso indica que apesar de ter apresentado taxas líquidas de migração negativas no período 1995/00 a população da Regic foi crescente no período 1991/00. Pode-se deduzir, a partir disto, que as taxas de crescimento vegetativo da Regic devem ser elevadas.

Quando se examina os municípios em grupos por tamanho de população, obtêm-se resultados parecidos. Os cinco maiores municípios, incluindo Vitória da Conquista, concentravam 33% da população da Regic em 2007, sendo que apresentavam TLMs bem negativas -9,59‰ no período 1995/00 e taxa de crescimento populacional de 1,13% no período 1991/00. Os municípios com população entre 20 e 50 mil habitantes (18) apresentaram TLM também negativa (-5,95‰) e crescimento populacional positivo, 1,25%. Já os municípios com menos de 20 mil habitantes (52) mostravam no mesmo período TLM de -6,59‰ e taxa de crescimento populacional de 1,07%.

Os dados mostram que o desequilíbrio apresentado nas taxas líquidas de migração não se repete nas taxas de crescimento populacional do período 1991/00; a maioria dos municípios apresentou crescimento populacional positivo neste período. Mesmo na análise agregada percebe-se os grupos de municípios que tiveram o mesmo comportamento, ou seja, TLMs negativas e taxas de crescimento populacional positivo.

O Mapa 5 complementa as análises sobre a dinâmica demográfica da Regic Vitória da Conquista, já que apresenta as taxas de crescimento demográfico em dois períodos 1991/00 e 2000/07, possibilitando uma análise de consistência do crescimento populacional dos municípios da Regic. Nesse mapa é possível constatar que a maioria dos

municípios da Regic (41) mostrou inconsistência em termos de crescimento populacional, com taxas de crescimento positivas em apenas um dos períodos avaliados. Dos 75 municípios da Regic, 26 conseguiram manter taxas de crescimento positivas nos dois períodos avaliados e apenas oito mostraram crescimento negativo nos dois períodos.



MAPA 5 - Brasil: 2007. Crescimento Populacional dos Municípios da Região de Influência de Vitória da Conquista - 1991/00 e 2000/07

Dentre os municípios que sustentaram crescimento populacional positivo nos dois períodos, os destaques são: Ibicoara (5,77% em 1991/00 e 3,14% em 2000/07), Sítio do Mato (3,40% em 1991/00 e 2,26% em 2000/07), Itambé (2,88% em 1991/00 e 2,98% em 2000/07) e Vitória da Conquista com 1,72% no período 1991/00 e 2,32% no período

2000/07. Não se pode deixar de notar que boa parte desses municípios localiza-se próxima aos eixos rodoviários, inclusive o município pólo, Vitória da Conquista.

A análise dos dados sugere que, em termos demográficos, a Regic Vitória da Conquista ainda apresenta uma situação de desequilíbrio, já que a rede cresce de maneira muito heterogênea. Apesar de não se poder afirmar com exatidão, há indícios de um processo de dispersão da população dentro da rede, posto que os municípios com maiores TLMs são municípios de pequeno porte e os municípios com maiores populações apresentaram TLMs negativas, inclusive Vitória da Conquista (-2‰ no período 1995/00).

É importante lembrar que as taxas líquidas de migração são do período 1995/00 e, por isso, não captam as melhorias da renda do nordestino na “Era Lula”. Programas como o PAC e Bolsa Família tiveram um impacto positivo na renda do nordestino e possivelmente, os resultados das taxas de migração seriam outros, se o período analisado fosse, por exemplo, o período 2005/2010.

Dados sobre o PIB

A análise do PIB da Região de Influência de Vitória da Conquista mostrou um crescimento econômico da Regic em todos os períodos avaliados, como pode ser visto no Anexo 11, sendo que as maiores taxas apareceram no período 2005/07, com 4,80% a.a. Além disso, apenas onze dos 75 municípios da Regic apresentaram taxas negativas de crescimento do PIB no período 2002/07. Dentre eles as menores taxas encontravam-se em: Sítio do Mato (-8,90%), Riacho de Santana (-8,19%), Águas Vermelhas (-3,46%), Abaíra (-3,14%) e Serra do Ramalho (-3,01%).

Dos 75 municípios da Regic 54 apresentaram taxas de crescimento do PIB acima de 2% no período 2002/07, sendo que 42 deles cresceram acima da média da rede (3,47%). Os destaques são: Ibicoara (18,14%), Barra da Estiva (9,22%), Vitória da Conquista (9,0%), Condeúba (8,03%), Caculé (7,81%) e Planalto (7,10%). Pelo menos doze dos 75 municípios da Regic apresentaram um crescimento consistente (acima de 2%) em todos os períodos avaliados. Os destaques são: Condeúba, Caculé, Planalto, Ituaçu, Caetité, Divisa Alegre e Macarani.

A cidade pólo, Vitória da Conquista, apresentou taxas de crescimento do PIB elevadas no período 2002/07 (9% a.a), o que indica que ela ainda concentra boa parte dos investimentos da rede. Além disso, cinco municípios da rede concentravam quase a metade (48%) do PIB em 2007, são eles: Vitória da Conquista (1.358.298), Itapetinga (274.971),

Guanambi (227.729), Brumado (222.898) e Bom Jesus da Lapa (165.954). Esses municípios mostraram taxas de crescimento do PIB de 4,79% (2002/07), sendo que aumentaram a sua participação no total do PIB da rede de 45% em 2002 para 48% em 2007. Os municípios com população de 20 a 50 mil habitantes sofreram redução de sua participação no PIB da rede, visto que contribuía com 27,6% do PIB em 2002 e passaram a contribuir com apenas 25,3% em 2007. As taxas de crescimento do PIB desse grupo de municípios também foram menores que a dos cinco maiores com taxa de 3,39% no período 2002/2007. Enquanto isso, os municípios com menos de 20 mil habitantes também mostraram queda de participação no PIB da rede, com redução de 27,7% em 2002 para 26,4% em 2007.

Enfim, os dados mostram que há uma concentração dos investimentos nos cinco maiores municípios da Regic, posto que apresentaram a maior taxa de crescimento e concentravam uma grande parcela (48%) do PIB da Regic em 2007. No entanto, a maioria dos municípios (64 dos 75 da rede) apresentou taxas de crescimento do PIB positivas no período avaliado 2002/07, sendo que boa parte deles são de pequeno porte, o que demonstra que há investimentos se dispersando dentro da Regic.

3.2.4 Região de Influência de Petrolina e Juazeiro

A região de influência de Petrolina-Juazeiro tem como destaque o fato de haver dois municípios pólos e ainda outros três municípios com população acima de 50 mil habitantes, como pode ser visto no Anexo 12. São eles: Campo Formoso (65.137 habitantes), Ouricuri (63.042 habitantes) e Casa Nova (62.862 habitantes). Além disso, essa Regic apresenta municípios de dois estados diferentes (Bahia e Pernambuco), já que os municípios pólos – Petrolina (PE) e Juazeiro (BA) – também são de estados diferentes. É importante ressaltar que Petrolina e Juazeiro fazem parte de uma mesma rede urbana no interior da Região Nordeste, polarizada por Salvador e por Recife. Tanto Petrolina quanto Juazeiro cumprem importante papel de vetorizar dinâmicas de desenvolvimento regional, em um macro-espaço, caracterizado historicamente pela pobreza, esvaziamentos populacionais e núcleos urbanos modestos. Separadas “apenas” pelo rio São Francisco, compartilham praticamente as mesmas condições de desenvolvimento, inclusive, recebendo recursos federais oriundos da SUDENE e CODEVASF. Suas economias são praticamente fundamentadas no agronegócio.

No que se refere às taxas líquidas de migração, pode-se notar que a maioria dos municípios dessa Regic (21) apresentou TLMs negativas no período 1995/00 (ver Anexo 12), sendo que o saldo da rede também ficou negativo (-3,59%). Dentre os municípios que apresentaram taxas negativas, os destaques são: Belém do São Francisco (-32,39%), Cabrobró (-18,71%), Parnamirim (-16,39%), Campo Formoso (-16,03%), Sobradinho (-14,18%) e Pilão Arcado (-13,90%). Entre os que apresentaram taxas positivas destacam-se: Itacuruba (19,06 % a.a), Ponto Novo (17,40 % a.a), Pindobaçu (11,64 % a.a) e Lagoa Grande (10,62 % a.a), todos municípios de pequeno porte.

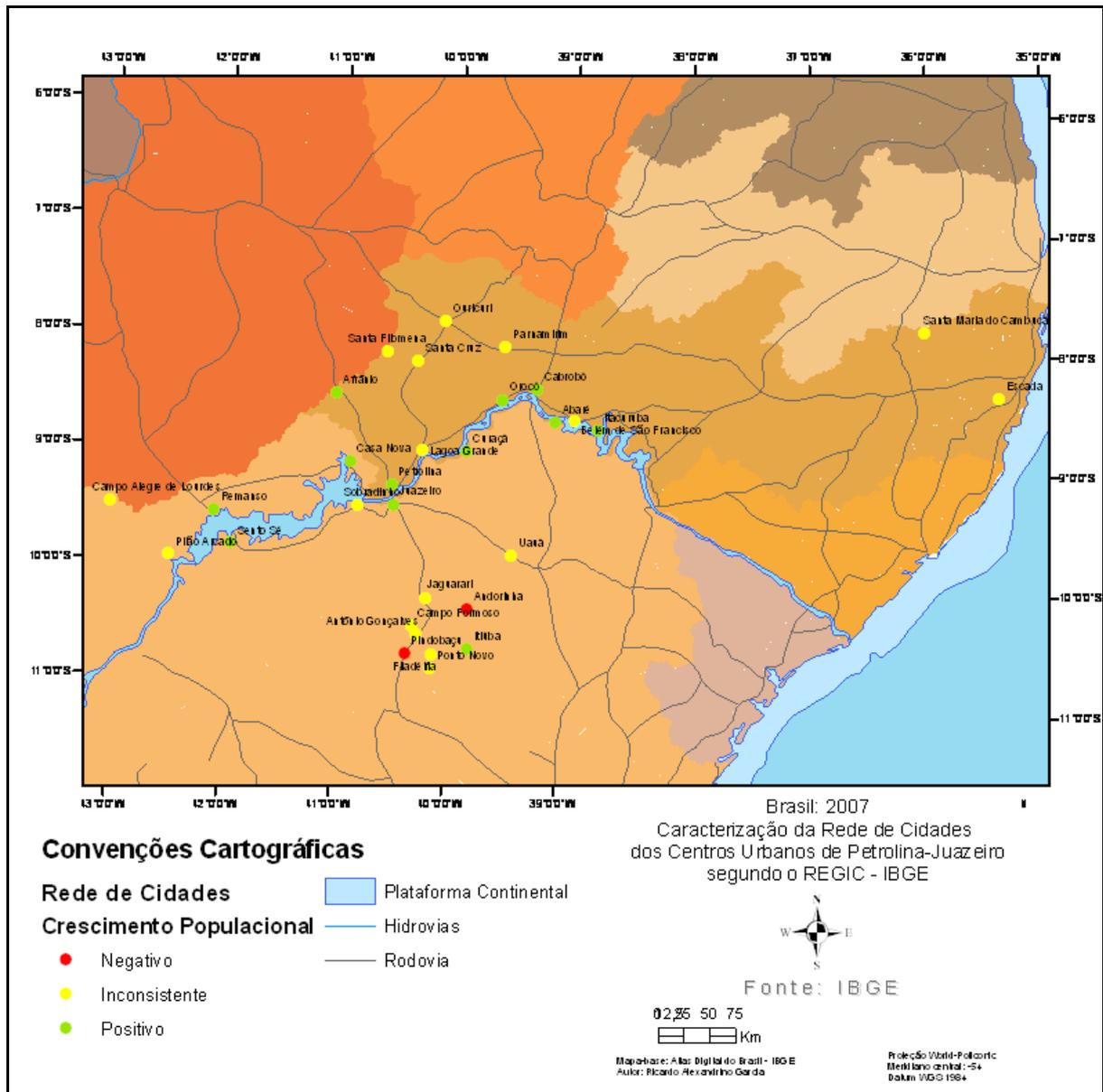
À exceção de Petrolina (7,75%) e Juazeiro (7,30%), os demais municípios com populações maiores apresentaram TLMs negativas, a exemplo de Campo Formoso (-16,39%), Ouricuri (-3,04%) e Casa Nova (-0,71%).

Os dados sobre o crescimento populacional no período 1991/00 mostraram uma realidade um pouco diferente do que aparece nas taxas líquidas de migração, já que mais da metade dos 31 municípios desta Regic (18) apresentaram taxas de crescimento populacional positivas. Além disso, a média anual de crescimento populacional da rede é também positiva (1,48%). Os municípios com maiores taxas de crescimento no período 1991/00 são: Juazeiro (3,44%), Petrolina (2,47%), Abaré (1,97%), Casa Nova (1,95%), Curaçá (1,65%) e Sento Sé (1,50%).

A análise dos dados por grupos de municípios reforça o que foi apresentado nos parágrafos anteriores. Os dois municípios pólos concentravam juntos 39% da população da Regic em 2007, sendo que suas taxas líquidas de migração (7,53% em 1995/00) e crescimento populacional (2,96% em 1991/00) eram bem positivas nos períodos avaliados. Os demais municípios com população acima de 50 mil habitantes (3) mostraram resultados negativos em termos de TLM (-7,16%) e taxa de crescimento populacional (-0,31%). O grupo dos municípios com população de 20 a 50 mil habitantes (14) apresentou TLM também negativa (-7,01%) e taxa média de crescimento populacional baixa, apenas 0,04% a.a. Já os municípios com população abaixo de 20 mil habitantes (12) mostraram TLM de -0,56% e taxa de crescimento populacional de 0,03%, ou seja, também baixo se comparado com os municípios pólos.

O Mapa 6 complementa a análise da dinâmica demográfica da Regic Petrolina-Juazeiro, já que expõe as taxas de crescimento populacional dos municípios em dois períodos em sequência (1991/00 e 2000/07). Nele, os municípios são classificados em três grupos distintos, como visto anteriormente. O mapa mostra que nesta Regic há uma maior dispersão territorial dos municípios, o que se explica pela presença de dois municípios

pólo, de dois estados diferentes e pela ausência um grande número de municípios em subespaços de pobreza no semi-árido nordestino.



MAPA 6 - Brasil: 2007. Crescimento Populacional dos Municípios da Região de Influência de Petrolina-Juazeiro - 1991/00 e 2000/07

A partir da análise do Mapa 6 é possível perceber que dos 31 municípios da Regic Petrolina-Juazeiro, 12 mostraram crescimento populacional consistente, ou seja, positivo nos dois períodos avaliados (1991/00 e 2000/07). Dentre os demais municípios, apenas dois tiveram crescimento negativo nos dois períodos, sendo que 17 apresentaram crescimento inconsistente. O grupo dos municípios com crescimento positivo em dois períodos se localiza, em sua maioria, nas margens do Rio São Francisco, sendo servidos

por rodovias, o que reforça a hipótese teórica já discutida no Capítulo 1, sobre a importância da posição geográfica no desenvolvimento do município. Além disso, não se pode deixar de lembrar que a base da economia desta Regic é a agricultura irrigada.

As maiores taxas de crescimento populacional ocorreram nos dois municípios pólo: Juazeiro (3,44% em 1991/00 e 4,05% em 2000/07) e Petrolina (2,44% em 1991/00 e 2,98% em 2000/07). Isso mostra que os dois municípios têm um peso muito grande dentro da Regic, já que também apresentaram as maiores taxas líquidas de migração. Além disso, concentram mais de um terço da população da rede. Apesar do saldo migratório da Regic ter sido negativo (-3,59‰), o crescimento populacional no período 1991/00 foi positivo (1,48%), possivelmente em função das taxas elevadas dos dois municípios pólo.

A Regic Petrolina-Juazeiro não cresceu de maneira uniforme, apresentando um grupo expressivo de municípios com taxas líquidas de migração negativas e uma maioria de municípios com crescimento populacional inconsistente, como pode ser visto nos parágrafos anteriores. Os resultados poderiam ser diferentes se a análise incidisse sobre o período 2005/2010, já que a Região Nordeste vive outro momento econômico no governo Lula, fato já destacado anteriormente. Os dados referentes ao PIB poderão confirmar ou não esta afirmação.

Dados sobre o PIB

A análise das taxas de crescimento do PIB indica que houve um crescimento positivo da Regic em todos os períodos avaliados como pode ser visto no Anexo 13, com destaque para o período 2005/07, com 4,83% a.a. Além disso, dos 31 municípios da Regic apenas dois apresentaram taxas crescimento negativas, são eles: Campo Alegre de Lourdes (-0,84%) e Itacuruba (-0,53%).

Dos 31 municípios da Regic Petrolina-Juazeiro vinte e seis acumularam taxas de crescimento do PIB acima de 2% no período 2002/07, sendo que, 18 deles acima da média da rede (5,55%). Os destaques foram: Sobradinho (10,62%), Casa Nova (10,56%), Curaçá (9,94%), Andorinha (9,20%), Filadélfia (9,16%) e Lagoa Grande (8,46%). Além disso, pelo menos onze municípios apresentaram um crescimento consistente³⁴ (acima de 2%) em todos os períodos, com destaque para Sobradinho, Curaçá e Filadélfia.

³⁴ Considera-se aqui que o crescimento acima de 2% é consistente tendo em vista a sustentabilidade do crescimento no período avaliado, já que esses municípios mantiveram-se sempre acima deste índice.

Os dois municípios pólos também exibiam taxas acima de 2% no período 2002/07, Petrolina (5,11%) e Juazeiro (2,08%), indicando que continuam concentrando boa parte dos investimentos da Regic. Entretanto, os dois municípios sofreram uma queda de participação no total do PIB da rede de 53% em 2002 para 50% em 2007, apesar de ainda concentrarem a metade do PIB.

Os demais grupos de municípios apresentaram resultados melhores que os dois municípios pólos. Os três municípios com população acima de 50 mil habitantes (Ouricuri, Campo Formoso e Casa Nova) tiveram um pequeno aumento de participação no PIB da Regic de 10% em 2002, para 11% em 2007, com uma média de crescimento de 6,94% no período 2002/07. Os municípios com população de 20 a 50 mil habitantes aumentaram a sua participação de 29% em 2002, para 31% em 2007, com uma média de crescimento de 5,15% a.a. Enquanto isso, os municípios com população abaixo de 20 mil habitantes mantiveram o seu percentual de participação no total do PIB em 8%, com uma média de crescimento de 6,01% a.a.

No que se refere aos dados sobre o PIB, é possível concluir que há uma difusão dos investimentos dentro da Regic Petrolina-Juazeiro, visto que a maioria dos municípios apresentou taxas positivas de crescimento e que boa parte dos pequenos municípios mostrou taxas elevadas no período 2002/07. Contudo, essa difusão ainda é pouco representativa, se considerarmos os dados absolutos dos 12 municípios de pequeno porte (apenas R\$ 84.014.000,00 de acréscimo do PIB absoluto no período 2002/07) contra R\$ 326.378.000,00 dos dois municípios pólo.

3.3 *Síntese e Conclusões*

Os dados analisados neste capítulo mostraram que os cinco municípios médios apresentaram características, que ora os aproxima, ora os distancia, em termos de evolução de suas redes. É possível perceber que as quatro regiões de influência experimentaram evolução positiva, principalmente se considerarmos a variável PIB. Entretanto, no que se refere aos dados demográficos o que se viu foi a presença de redes bastante heterogêneas e com saldos migratórios negativos, a exceção da Regic Joinville, que se mostrou mais homogênea.

A região de influência de Joinville foi a que se mostrou mais integrada, apresentando um crescimento contínuo e sustentado da população e do PIB na maioria dos municípios. Além disso, foi a única com saldo migratório positivo (5,12% no período

1995/00). Essa é também a rede que apresentou o maior PIB (11.317.500 bilhões), apesar do menor número de municípios. A maioria dos municípios dessa Regic (13 ao todo) apresentou crescimento do PIB acima de 2% no período avaliado (2002/07). No entanto, não se pode deixar de destacar, como já foi dito anteriormente, que a catástrofe de 2008 causou muitos prejuízos à região, que possivelmente não conseguiu manter os mesmos níveis de crescimento. Isso indica que, apesar de seu potencial de crescimento, essa rede mostra uma fragilidade relacionada às questões de saneamento, drenagem e suscetibilidade dos solos.

Do ponto de vista econômico, todas as Regics tiveram algum dinamismo, já que apresentaram taxas de crescimento do PIB positivas no período avaliado (2002/07). Isso evidencia, de certa forma, que as cidades médias analisadas atraem investimentos para a rede como um todo e não apenas para si, posto que a maioria dos municípios das Regics mostraram crescimento positivo. Entretanto, as taxas líquidas de migração se mostraram negativas na maioria. A Regic Londrina, por exemplo, acumulou média negativa (-8,97‰): com 65 municípios com TLMs negativas. A Regic Vitória da Conquista também mostrou média negativa (-6,88‰) e 62 municípios com TLMs negativas. Na Regic Petrolina-Juazeiro o resultado não foi diferente, já que apresentou TLM de -3,59‰, e 21 municípios com taxas líquidas de migração negativas.

A análise das taxas de crescimento populacional apresentadas nos mapas permitiu observar certas nuances sobre as redes. As Regics de Londrina, Vitória da Conquista e Petrolina-Juazeiro mostraram-se mais heterogêneas, já que não cresceram de maneira mais ou menos uniforme, com grande número de municípios com crescimento negativo e uma minoria com crescimento sustentável. A exceção ficou por conta da Regic Joinville, que ao contrário das demais, se mostrou mais equilibrada em termos demográficos.

Outro aspecto relevante que se pôde apreender a partir dos mapas, é que em todas as Regics, os municípios que se mostraram mais consistentes em termos de crescimento populacional, foram os que tinham uma localização geográfica mais favorável, com proximidade a eixos viários, ao litoral, ou proximidade a cursos de água, como no caso da Regic Petrolina-Juazeiro, em relação ao Rio São Francisco.

Com relação aos dados do PIB, o que se notou foi uma regularidade em todas as Regics, já que as médias de crescimento foram positivas no período avaliado (2002/07). Nas quatro Regics, o município pólo teve um peso muito importante no desenvolvimento da rede como um todo, já que concentravam boa parte da população e do PIB, além de

apresentarem taxas elevadas de crescimento. Contudo, foi possível perceber uma difusão dos investimentos dentro das redes, visto que em todas elas, a maioria dos municípios de menor tamanho mostrou taxas de crescimento positivo.

No caso das Regics da Região Nordeste, foi possível verificar o menor porte econômico em relação as da Região Sul, já que seus PIBs são bem inferiores. A Regic Petrolina-Juazeiro, mostrou-se um pouco mais integrada que a de Vitória da Conquista, apesar de ambas apresentarem saldos migratórios negativos no período 1995/00. Isso se explica pelo fato de haver dois pólos na Regic Petrolina-Juazeiro que viveram situação de declínio econômico durante parte do século XX. Entretanto, essas duas Regics demonstraram avanços, principalmente se considerarmos os dados positivos do PIB no período 2002/07.

Em uma análise mais geral, o que se pôde constatar é que o município pólo continua tendo um peso muito grande dentro das Regics, já que apresentaram taxas elevadas de crescimento do PIB, a despeito da incipiente difusão dos investimentos no resto da rede, em face da presença de taxas elevadas, mas bastante desiguais nos municípios de menor porte.

O diferencial que cada município pólo tem para atrair investimentos e população nem sempre é possível de se captar a partir de dados secundários, daí a necessidade de se investigar as características econômico-sociais e culturais destes municípios. É neste sentido, que caminham as análises que serão desenvolvidas no capítulo 4.

4 CIDADES MÉDIAS: IMPRESSÕES DE DINAMISMO E FATORES DE FIXAÇÃO SEGUNDO A PERCEPÇÃO DOS HABITANTES

4.1 Introdução

O objetivo deste capítulo é apresentar características das cidades médias que as tornam capazes de se colocar como pólos de desenvolvimento de sua região de influência. Busca-se aqui discutir aspectos da dinâmica econômica, social e cultural das cidades a partir do ponto de vista do morador e de impressões captadas em campo. Para atingir esse objetivo, foi realizado um estudo de caso com as cinco cidades médias, já analisadas no capítulo 3 (Londrina, Joinville, Vitória da Conquista, Petrolina e Juazeiro) com o intuito de investigar que aspectos da economia, cultura, organização social e geoculturais dessas cidades foram importantes para colocá-las enquanto pólo de desenvolvimento de sua rede.

A análise incidirá sobre o conjunto de dados e informações coletadas em campo³⁵ pela pesquisa “Desigualdades Socioespaciais e Descentralização Territorial no Brasil Atual”, realizada em 2008. O objetivo de trabalho da pesquisa incidiu sobre o conteúdo das informações obtidas, de caráter socioeconômico, demográficas, políticas, ambientais e culturais, avaliando a capacidade destes municípios para sustentar proposições de reconhecimento a situações de destaque no seu contexto regional.

Na referida pesquisa, foram utilizados recursos metodológicos diversos, tanto quantitativos (questionários interativos respondidos pela população) como qualitativos (entrevistas semi-estruturadas respondidas por autoridades e pessoas ligadas a movimentos sociais). Além disso, foi montado um acervo fotográfico de cada cidade. A pesquisa quantitativa visava entender os fatores de fixação das populações, analisando características destas cidades responsáveis pela atração e retenção de populações, quer sejam fatores econômicos ou culturais. As percepções dos entrevistados, com relação a estes fatores, eram identificadas pela escolha, entre um conjunto de cartões formatados à semelhança de um baralho, em que fatores diversos - econômicos, culturais e geoculturais - encontravam-se impressos separadamente em cartões numerados. Os dados obtidos a partir desta dinâmica foram tabulados e serão utilizados neste trabalho. A pesquisa qualitativa foi

³⁵ O pesquisador que ora vos escreve esteve em campo neste ano de 2008, como coordenador de equipe visitando todas as cidades aqui analisadas. Nesta oportunidade foi possível captar, além dos dados primários e fotografias, impressões do comportamento da população, lideranças políticas e da cultura local.

realizada através de entrevistas semi-estruturadas com as autoridades e lideranças locais. O objetivo era registrar a visão das elites a respeito do dinamismo econômico-demográfico dos municípios (crescimento demográfico, oferta de empregos formais, modernização, dinamismo na indústria local com impactos nos setores de serviços locais) e os impasses que o município e a comunidade vêm experimentando, em função deste desenvolvimento. Essas entrevistas foram transcritas e também fazem parte do material utilizado nesta pesquisa.

De acordo com critérios³⁶ utilizados pela referida pesquisa, a quantidade de entrevistas e questionários aplicados em cada cidade teve um número diferenciado, levando-se em consideração o tamanho de suas populações, em relação à amostra de cada região: i) em Londrina (PR), foram aplicados 150 questionários com a população e foram realizadas 5 entrevistas com autoridades e lideranças sociais; em Joinville (SC) foram aplicados também 150 questionários e foram realizadas 4 entrevistas com autoridades e lideranças sociais; em Vitória da Conquista (BA) foram aplicados 62 questionários e foram realizadas também 4 entrevistas com autoridades e lideranças sociais; em Petrolina (PE) foram aplicados 52 questionários e foram realizadas 3 entrevistas com autoridades e lideranças de movimentos sociais; em Juazeiro (BA) foram aplicados 50 questionários e foram realizadas 3 entrevistas com autoridades e lideranças sociais.

A análise de abrangência da polarização desses municípios, vista no capítulo 3, pode mostrar o significativo alcance das cidades médias e reforçar a importância delas em suas redes urbanas. Entretanto, é importante proceder a uma mínima caracterização econômico-social dos municípios, no sentido de verificar se estes apresentam economias de aglomeração definidas, bem como uma dinâmica sócio-cultural, que lhes possibilitem ocupar a posição de pólos de desenvolvimento de sua região de influência. As cidades selecionadas têm como características importantes o dinamismo econômico, social e demográfico, como foi demonstrado na análise dos dados dos capítulos 2 e 3. Porém,

³⁶ Para garantir que a amostra final tivesse cidades representativas de cada região, optou-se, inicialmente, por um processo de seleção que considerou cada região como um estrato. Em seguida, distribuiu-se as 55 cidades (tamanho da amostra final) proporcionalmente entre as regiões, considerando-se como fator de ponderação o número de cidades em cada região. Dentro de cada região (estrato) fez-se a seleção aleatória das cidades considerando-se como fatores de ponderação a taxa de crescimento demográfico e a população total de 2000. A partir daí obteve-se o número de pessoas a serem entrevistadas em cada cidade, tendo em conta, portanto, seu tamanho populacional. As estimativas de erros, por região, possuíam um nível de confiança de 95%, dadas as proporções de população em cada região. O maior nível de erros situava-se em torno de 0,082 (8,2%) e o menor valor é 0,034 (3,4%). As estimativas de erros para todas as regiões conjuntamente é de 0,0213 (2,13%). Desta forma nas cidades da Região Sul foi aplicado um número maior de questionários, em função do peso que essas tinham dentro do conjunto da região, que era maior se comparado com as do Nordeste.

alguns aspectos deste dinamismo são mais bem evidenciados com a presença e contato com as cidades, objetos e pessoas.

A partir do trabalho de campo, foi possível perceber elementos da configuração urbana das cidades que permitem uma interpretação mais detalhada de sua condição, enquanto centro urbano de destaque na rede de localidades centrais do Brasil. Dentre esses elementos, pode-se destacar a presença de empresas de grande porte, órgãos governamentais de fomento à pesquisa e desenvolvimento, como o SEBRAE e a EMBRAPA, infra-estrutura urbana desenvolvida, além da presença de universidades e centros de pesquisa.

Vários são os aspectos a se considerar na investigação do dinamismo destas cidades, entretanto, fixou-se aqui alguns daqueles que aparecem na literatura (ver capítulo 1) como determinantes no desenvolvimento das mesmas. São eles: *localização geográfica favorável*, já que alguns autores destacam que a “situação geográfica favorável” pode ser determinante na atração de investimentos; *dinâmica econômica e política*, a fim de se verificar se estas cidades têm de fato economias de aglomeração razoavelmente definidas, com capacidade para atrair e manter investimentos; *atributos urbanos e qualidade de vida*, onde se busca observar se a infra-estrutura urbana destas cidades está preparada para atrair e manter população e investimentos com qualidade de vida para os habitantes, que para elas se dirigirem. Os fatores destacados, nesta sessão do capítulo são importantes no sentido de reforçar o papel e a caracterização das cidades médias, já analisadas no capítulo 1. Garcia e Nogueira (2008) destacam a importância destes aspectos na caracterização das cidades médias,

Caracterizam-se tais cidades, no geral, pela excelência dos padrões de qualidade de vida e pela presença de redes de informação, de transporte e de comunicação as mais modernas, garantindo-lhes uma integração e uma interação sincrônica e simultânea com as grandes cidades do país e do mundo (GARCIA e NOGUEIRA, 2008, p. 5).

As cidades a serem avaliadas neste capítulo serão apresentadas na seguinte sequência: Londrina, Joinville, Vitória da Conquista, Petrolina e Juazeiro. Ao final será feita uma análise conclusiva sobre as características comuns às cidades, bem como aspectos que as diferenciam.

4.2 Londrina

Localizada no Norte do Estado do Paraná, na divisa com o Estado de São Paulo (Mapa 3, capítulo 3), a cidade tem fortes vínculos econômicos com esse Estado, sendo inclusive beneficiada pelo seu processo de desconcentração industrial e também, com a capital Curitiba. Além de manter, como já visto anteriormente, fortes vínculos econômicos com os municípios de seu entorno, ou sub-região.

Londrina que já foi considerada a capital mundial do café, tem hoje sua economia centrada na prestação de serviços, principalmente Educação e Saúde, sendo, inclusive, pólo regional universitário e de saúde. Esse perfil é destacado na fala do entrevistado M.A.B, presidente do sindicato dos corretores de imóveis,

“A cidade acabou se voltando para a área de prestação de serviços, e foi se aperfeiçoando. Hoje a gente tem aí, em alguns setores da prestação de serviços, Londrina é uma excelência hoje na área médica, na área odontológica, na área de informática, na área oftalmológica; mesmo a área de informática hoje é referência mundial” (M.A.B, 2008)

A cidade possui uma indústria diversificada com mais ou menos 3500 unidades distribuídas em 24 setores, desde alimentos até as telecomunicações. É considerada um dos pólos tecnológicos do estado do Paraná, graças à presença de universidades, instituições de pesquisa e importantes APLs (Arranjos Produtivos Locais), ligados, inclusive, às tecnologias da informação. Nota-se, na cidade, uma agressiva política para a atração de investimentos com inúmeros incentivos (doação de terrenos e incentivos fiscais, além de outros). Apesar do desenvolvimento do setor de serviços e da indústria, a cidade não abandonou seu perfil agroindustrial, continuou mantendo certo destaque na economia agrícola, com a soja e com a rotação de culturas de milho e trigo. Os aspectos que contribuem para esse perfil agroindustrial, são principalmente, o solo da região, a famosa “terra roxa” e a presença de importantes institutos de pesquisa, dentre eles, a EMBRAPA, a UEL (Universidade Estadual de Londrina), o IAPAR (Instituto Agrônomo do Paraná) e a FEALQ (Fundação de Apoio a Escola Superior de Agronomia). A cidade é, também, um dos pólos regionais de comercialização do café, apesar de não mais se destacar na produção do mesmo.

Enfim, é visível em seu espaço territorial a presença daquilo que os autores (ANDRADE & SERRA, 1998; CARLOS, 2009; MATOS, 1995) destacaram no capítulo 1,

como *economias de aglomeração*, visto que há uma forte concentração espacial de infraestrutura, mão de obra, e indústrias.

Entretanto, para além dessa caracterização, baseada em informações de campo, é importante apresentar, nesse momento, a percepção do habitante, com intuito de mostrar como o morador vê sua cidade e se esta infraestrutura tem sido marcante, enquanto elemento de fixação e atração de população. Neste sentido, apresenta-se a Tabela 11 que resume, em parte, a visão dos moradores (150) sobre os aspectos econômico-sociais de Londrina. Cada morador entrevistado devia enumerar três aspectos econômico-sociais da cidade, dentre os que lhe foram apresentados. Os elementos que apareceram em destaque foram: *Facilidade de transporte*, com 14,9%, *Perto de tudo* (14,4%), *Custo de vida barato* (12%), *Educação* (11,8%) e *Saúde* com 9,6%.

Observa-se que a questão do emprego (7,1%), ou mesmo, a questão salarial (2,9%) não aparecem em destaque, evidenciando que, para o morador de Londrina, os aspectos ligados à infraestrutura urbana são os mais importantes, enquanto elemento de fixação no espaço da cidade.

TABELA 11

Londrina: 2008 - Fatores Econômico-sociais responsáveis pela fixação de habitantes

Classes	Nº de vezes	(%)
Facilidade de transporte	67	14,9
Perto de tudo	65	14,4
Custo de vida barato	54	12,0
Educação	53	11,8
Saúde	43	9,6
Água, luz, esgoto	41	9,1
Facilidade de moradia	40	8,9
Emprego	32	7,1
Negócio próprio	23	5,1
Bom salário	13	2,9
Outros	12	2,7
Herança de família	7	1,6
Total	450	100,0

Fonte: Campo/2008

As facilidades de acesso a bens sociais como Educação, Saúde, Transporte e custo de vida barato da cidade, são, sem dúvida, os itens que mais impressionam na opção dos entrevistados, já que muitas pesquisas destacam a questão da empregabilidade como o elemento determinante nos processos migratórios voltados às cidades de porte intermediário. No caso de Londrina, o fator infraestrutura é um ponto marcante, visto que a cidade é bem estruturada, principalmente em sua área central (Foto 1).



FOTO 1 - Vista de parte da área central de Londrina, onde é possível ver arruamento com grande avenida e processo de verticalização avançado.
(Foto: Edivaldo Fernandes/Campo 2008)

De acordo com os moradores e autoridades entrevistados, os serviços de água, energia elétrica e saneamento atendem a maioria da população. Foi possível perceber que a cidade é bem servida em termos de sistema viário municipal e intermunicipal. No entanto pôde-se notar que o sistema regional não atende, segundo autoridades, as demandas do município. Londrina conta com um aeroporto internacional, uma ampla rede bancária, um comércio diversificado e uma boa rede hoteleira. O terminal rodoviário e o terminal urbano da cidade são edificações de padrão elevado. O centro da cidade é organizado, com poucos engarrafamentos, e com uma área bem definida para os diversos tipos de comércio, “o calçadão” (Foto 2).



FOTO 2 - Calçadão na área central de Londrina. Espaço organizado para comércio sem constrangimentos para o trânsito.
(Foto: Edivaldo Fernandes/Campo 2008)

A cidade é muito arborizada, com vários parques e áreas públicas. Possui autódromo internacional, dois estádios de futebol, teatros, cinemas, museus e, além disso, tem uma vida cultural ativa, com festivais de nível nacional e internacional como o “Filo” (Festival Internacional de Teatro), feiras agropecuárias e uma gastronomia rica. Sua cultura mostra-se diversificada com presença de imigrantes japoneses, italianos, paulistas, mineiros, dentre outros. Também é diversificada do ponto de vista religioso, com catedrais católicas, igrejas evangélicas, uma mesquita árabe e templo budista.

Esses elementos, ligados à qualidade de vida em Londrina, podem ser mais bem evidenciados a partir da análise das tabelas, com a opinião dos moradores acerca dos aspectos culturais e geoculturais. Como já havia sido destacado por alguns autores (E. COSTA, 2002; AMORIN FILHO & SERRA, 2001) no capítulo 1, é importante valorizar critérios que ilustrem e representem o nível cultural e social das cidades, de modo a distingui-las das grandes metrópoles. Para isso, é necessário recorrer a alguns aspectos subjetivos relacionados com a qualidade de vida, aos modos de vida das famílias, seus quotidianos e valores.

A Tabela 12 mostra a percepção dos habitantes com relação à cultura da cidade. Como pode ser observado os aspectos que mais se destacaram foram: *Teatro/cinema/música* com 17,1%, *Apego à família* (16,4%), *Feiras artesanais/barraquinhas* (13,8%), *Atividades religiosas* (12,2%) e *Futebol/jogos com os amigos* (8,7%).

TABELA 12

Londrina: 2008. Fatores Culturais responsáveis pela fixação de habitantes

Classe	Nº de vezes	(%)
Teatro/cinema/Música	77	17,1
Apego à família	74	16,4
Feiras artesanais/barraquinhas	62	13,8
Atividades religiosas	55	12,2
Futebol/jogos com os amigos	39	8,7
Vida tranquila/segurança	32	7,1
Festas religiosas e do padroeiro	32	7,1
Outro	26	5,8
Clubes ou entidades assistenciais	16	3,6
Prefeitura/partido político	11	2,4
Danças/cantorias	10	2,2
Carnaval/Festas juninas	8	1,8
Participa de associações/ Conselhos ou ONGs	8	1,8
Total	450	100,0

Fonte: Campo/2008

Os dados da tabela mostram que, para o morador de Londrina, as opções de lazer e cultura ligados a teatro, cinema, música, festas artesanais, atividades religiosas são importantes na qualidade de vida da cidade, pois apareceram em destaque na preferência dos entrevistados. Porém, também é destacado o apego à família e a suposta tranquilidade, como um dos pontos positivos da cidade. Apesar do desenvolvimento econômico e da modernidade que já se faz presente no espaço da cidade, percebe-se que a população ainda tem um apego à família e às tradições do passado agrícola, que ainda se fazem presente na economia e mesmo, nas construções (prédios históricos no centro antigo, museu histórico na área central – Foto 3).



FOTO 3 - Museu Histórico de Londrina. Guarda acervo representativo de um passado onde o café era a principal riqueza. (Foto: Edivaldo Fernandes/ Campo 2008)

A Tabela 13 mostra a opinião dos moradores com relação aos aspectos geoculturais da cidade de Londrina. Os fatores que apareceram em destaque foram: *Bom clima* (19,1%), *Bares/restaurantes* (17,1%), *Vizinhança* (12,7%), *Matas/bosques/parques/jardins* (8,4%) e *Rios/ lagos/córrego/cachoeira* com 7,3%. Observa-se que os aspectos relacionados à natureza apareceram em destaque, o que demonstra uma preocupação e reconhecimento dos moradores com relação à importância da questão ambiental da cidade. De fato é possível perceber que a cidade é muito arborizada e possui parques e áreas públicas preservadas.

TABELA 13

Londrina: 2008. Fatores Geoculturais responsáveis pela fixação de habitantes

Classe	Nº de vezes	(%)
Bom clima	86	19,1
Bares/restaurantes	77	17,1
Vizinhança	57	12,7
Matas/bosques/parques/jardins	38	8,4
Rios, lagos, córrego, cachoeira	33	7,3
Pôr do sol, nascer do sol, estrelas	29	6,4
Belas vistas/Paisagens	27	6,0
Casa ou bairro onde nasceu	23	5,1
Praça/rua/avenida	21	4,7
Passeios/pescaria	19	4,2
Praças de esportes	18	4,0
Outros	12	2,7
prédios/monumentos importantes	5	1,1
Serra/montanha	4	0,9
Praia/mar	1	0,2
Total	450	100,0

Fonte: Campo/2008

É importante destacar que na cidade de Londrina, para além dos fatores econômico-sociais os aspectos culturais e geoculturais tiveram um peso muito grande na avaliação do morador. Isso pode ser evidenciado a partir da Tabela 14, que compila as informações dos três fatores³⁷. Os dados mostram que, na preferência do morador, os aspectos culturais e geoculturais são muito importantes enquanto elemento de sua fixação na cidade, já que, entre os três primeiros fatores, aparece o *Apego à família* com 8,7% e *Bom clima* com (7,3%). Entre os aspectos ligados à dinâmica econômico-social, os destaques foram: *Educação* (7,8%) e *Custo de vida barato*, com 6,9% na preferência dos entrevistados.

³⁷ Cada morador entrevistado deveria escolher três aspectos dentro de cada fator de fixação (econômico-social, cultural e geocultural), como já apresentado nas tabelas 11,12 e 13, totalizando 450 opções para cada fator. Após essa escolha deveria elencar dentre os nove já escolhidos os três que ele considerava os mais importantes, totalizando de novo 450 respostas. A Tabela 14 apresenta o resultado dessa consulta.

TABELA 14

Londrina: 2008. Preferência entre os três fatores de fixação de habitantes

Classe	valor	(%)
Apego à família	39	8,7
Educação	35	7,8
Bom clima	33	7,3
Custo de vida barato	31	6,9
Saúde	30	6,7
Perto de tudo	26	5,8
Facilidade de transporte	25	5,6
Atividades religiosas	23	5,1
Teatro/cinema/música	22	4,9
Bares/restaurantes	22	4,9
Vizinhança	18	4,0
Água, luz, esgoto	16	3,6
Emprego	14	3,1
Negócio próprio	13	2,9
Demais fatores	103	22,9
Total	450	100,0

Fonte: Campo/2008

Os fatores econômico-sociais continuam sendo importantes na avaliação do morador. Entretanto, já se pode notar a emergência dos fatores culturais e geoculturais em sua percepção. Isso confirma hipóteses teóricas defendidas por alguns autores (E. COSTA, 2002; AMORIN FILHO & SERRA, 2001), apresentados no capítulo 1, sobre a importância de se considerar os aspectos relacionados à cultura e à identidade na classificação das cidades médias.

É importante destacar que, dos 150 entrevistados, a maioria (90) não é natural da cidade, demonstrando que a imigração teve um peso marcante no passado da cidade. Como visto anteriormente, é forte a influência de paulistas, italianos e japoneses na economia e cultura londrinense.

As entrevistas realizadas com os moradores permitiram perceber certas contradições no que se refere à cidade (Foto 4), já que havia um item final onde o morador poderia apontar, se assim o quisesse, um problema da cidade que o afligia. Dos cento e cinquenta entrevistados, 56 apontaram a segurança pública como o maior problema de Londrina; vinte e um disseram ser a má administração municipal; dezoito disseram ser o problema da limpeza e poluição; e treze disseram ser o desemprego. Desta forma é possível notar que uma cidade que se apresenta como um espaço aprazível para uma maioria dos moradores, também esconde problemas, como qualquer outra cidade.



FOTO 4 – Mendigos dormindo na Concha Acústica. Espaço organizado para apresentações na área central de Londrina. (Foto: Edivaldo Fernandes/Campo 2008)

4.3 Joinville

Localizada na Região Norte do Estado de Santa Catarina (Mapa 4, Capítulo 3), próxima ao litoral, da Serra do Mar e de importantes rodovias que a interliga com outras cidades e estados brasileiros, a cidade encontra-se a poucos quilômetros de importantes portos da região (São Francisco - 45 km, Itajaí - 99 km e Paranaguá - 134 km). Esta localização, conjugada com outros atributos tem sido importante para a atração de investimentos dos mais diversos tipos.

A cidade, é hoje, a maior do Estado de Santa Catarina, superando a capital Florianópolis, tanto em termos populacionais, como também, no PIB. O crescimento de Joinville está relacionado, principalmente à indústria (Foto 5), em especial ao metal-mecânica, e à influência do imigrante alemão. Encontram-se no território de Joinville um grande número de empresas de grande porte, como a Tupi, Embraco, Docol, Schulz, Tigre, dentre outras. O setor de comércio e serviços também é desenvolvido, com presença de lojas regionais e nacionais, como as Casas Pernambucanas, Marisa, Ponto Frio e Magazine Luiza. Esse perfil econômico é destacado na fala de W.B, Diretor de Comunicação Social da Prefeitura de Joinville,

É uma cidade industrial, mas com uma tendência a também agregar no seu perfil econômico serviços, comércio e negócio de eventos. Joinville promove muitos eventos de negócios: encontros, convenções e feiras (W.B, 2008).



FOTO 5 - Fundição Tupi, maior fábrica da cidade. Ocupa o maior contingente de mão de obra entre as empresas da cidade. (Foto: Edivaldo Fernandes/ Campo 2008)

Dentre os fatores que contribuíram para o desenvolvimento da cidade, destaca-se o estoque de mão de obra qualificada ligado à forte presença de instituições de ensino superior e técnico (12 instituições de ensino superior, 57 unidades de ensino profissionalizante e 27 unidades de ensino técnico). Além disso, a cidade tem um setor de turismo muito forte, com uma expressiva rede hoteleira, restaurantes diversos e uma arquitetura no estilo dos colonizadores. A rede bancária também é expressiva.

De acordo com a administração, a cidade possui um planejamento estratégico, voltado para a atração de investimentos, com doação de terrenos, incentivos fiscais e agências de fomento específicas para este fim, como a Badesa (Agência de fomento do estado de Santa Catarina) e o Pró-empresa (Programa de incentivo municipal). Além disso, tem sido feito, nos últimos anos um planejamento voltado para as vocações potenciais da cidade: indústria (Cluster Metalmeccânico, Cluster do Plástico), turismo (negócios e eventos, ecológico e rural), e informática e automação.

A cidade é bem arborizada, tem um clima ameno e possui um trânsito tranquilo, se comparado com as grandes cidades. Sua cultura é diversificada, em função do perfil étnico dos imigrantes alemães, italianos, suíços dentre outros. Joinville realiza algumas festas tradicionais, como o Fest Chopp, a Festa das Flores, Festival de Dança de Joinville, dentre outras. Além disso, apresenta na arquitetura sob influência européia alguns casarões (Foto 6), que reforçam o seu perfil turístico. Filho & Serra (2001) já haviam destacado no Capítulo 1, a importância desse perfil cultural e geocultural de algumas cidades, enquanto alternativas de investimento.



FOTO 6- Casarão no estilo Enxaimel no centro de Joinville.
Essa arquitetura é herança dos colonizadores alemães.
(Foto: Edivaldo Fernandes/Campo 2008)

Joinville possui um bom sistema viário interno, assim como sistema intermunicipal e regional. Tem um terminal rodoviário e urbano e aeroporto, porém, somente com vôos para São Paulo. Água e energia elétrica atendem à demanda de grande parte da população, no entanto, apresenta deficiências no saneamento básico e, também, na limpeza urbana. Alguns cursos de água são poluídos, em especial na região central. O sistema de drenagem e saneamento são, sem dúvida, os maiores problemas que a cidade enfrenta, haja vista as enchentes, alagamentos e deslizamentos ocorridos no ano de 2008. Grande parte da cidade é encaixada entre as encostas da Serra do Mar, a poucos metros acima do nível do mar (Foto 7) e é cortada por rios que passam na região central, o que contribui para alagamentos em períodos de chuva forte. Além disso, a cidade é muito grande no sentido horizontal, criando dificuldades de circulação e de distribuição de recursos, podendo gerar, no futuro, áreas periféricas empobrecidas. Essas características da cidade são descritas por um dos entrevistados, ligado à administração - W. B - diretor de Comunicação Social da Prefeitura,

Joinville é uma cidade plana, espalhada, é uma cidade aberta, não é uma cidade montanhosa, que concentra população num núcleo urbano, ela tem um raio enorme com muitos bairros. O grande desafio da prefeitura hoje é controlar o sistema de poluição, esgoto sanitário. Joinville, como a maioria das cidades brasileiras tem uma baixa cobertura de esgoto (W.B, 2008).



FOTO 7 – Vista parcial da cidade de Joinville. Muito grande no sentido horizontal e muito baixa, a poucos metros acima do nível do mar. (Foto: Edivaldo Fernandes/ Campo 2008)

As análises fundamentadas nas impressões e informações captadas em campo são importantes para uma caracterização da cidade. Por isso é necessário verificar até que ponto uma visão externa corresponde ao ponto de vista do morador, que vive de maneira mais direta a realidade da cidade. Nesse sentido, apresenta-se a Tabela 15 que mostra o ponto de vista do habitante de Joinville acerca dos aspectos econômico-sociais da cidade. Em Joinville, diferente de Londrina, a questão da empregabilidade aparece como o fator mais destacado (17,6%), dentre os fatores econômico-sociais. Porém, a questão salarial é pouco destacada como fator positivo, apenas 4,4% dos entrevistados. Os demais aspectos que aparecem em destaque são: *Facilidade de transporte* (16%), *Perto de tudo* (15,1%) e *Educação* (13,6%). Observa-se que a questão do emprego e o fator educacional estão diretamente interligados, não só por aparecerem em destaque na opção dos entrevistados, mas também, por haver uma forte preocupação local com a preparação da mão de obra técnica para a indústria. Percebe-se aí a presença marcante das elites locais, como já foi destacado, no Capítulo 1, por Corrêa (2006) e Harvey (2006). Harvey, inclusive, argumenta que essas elites podem implementar estratégias de controle da mão de obra local, de melhoria de habilidades, a fim de atrair o desenvolvimento para seu espaço particular.

TABELA 15

Joinville 2008 - Fatores econômico-sociais responsáveis pela fixação de habitantes

Classes	Valor	(%)
Emprego	79	17,6
Facilidade de transporte	72	16,0
Perto de tudo	68	15,1
Educação	61	13,6
Facilidade de moradia	34	7,6
Custo de vida barato	34	7,6
Saúde	34	7,6
Bom salário	20	4,4
Água, luz, esgoto	18	4,0
Negócio próprio	16	3,6
Outros	10	2,2
Herança de família	4	0,9
Total	450	100,0

Fonte: Campo/2008

Os dados da tabela mostram, ainda, que alguns aspectos ligados à infraestrutura como água, luz e esgoto são pouco destacados pelo morador (apenas 4% dos entrevistados) como fatores positivos da cidade, o que evidencia, de certa forma, o descontentamento da população com relação a esses serviços. Talvez esses problemas estejam ligados, dentre outros motivos, ao forte crescimento horizontal da cidade, que dificulta o acesso de todas as áreas a esses serviços essenciais. O processo de verticalização ainda não é tão significativo, e somente na área central se percebe a presença de grandes prédios, porém, ainda em pequena quantidade (Foto 8).



FOTO 8 – Vista parcial do centro de Joinville. Prédios altos não são muito comuns na paisagem, sendo vistos apenas na área central. (Foto: Edivaldo Fernandes/ Campo 2008)

A qualidade de vida do morador não se resume, no entanto, apenas a seus aspectos econômico-sociais. Por isso, buscou-se avaliar os aspectos culturais e geoculturais, que, como já citado, consegue captar elementos mais subjetivos relacionados à qualidade de vida. A Tabela 16 apresenta a síntese das opiniões dos moradores com relação à cultura de Joinville. Os elementos mais enfatizados pelos entrevistados foram: *Apego à família* (18,2%), *Vida tranqüila/segurança* (12,7%), *Teatro/cinema/música* (10,9%), *Atividades religiosas* e *Futebol/jogos com os amigos*, ambos com 9,8%.

TABELA 16
Joinville 2008 - Fatores culturais responsáveis pela fixação de habitantes

Classe	Valor	(%)
Apego à família	82	18,2
Vida tranqüila/segurança	57	12,7
Teatro/cinema/Música	49	10,9
Atividades religiosas	44	9,8
Futebol/jogos com os amigos	44	9,8
Danças/cantorias	38	8,4
Feiras artesanais/barraquinhas	32	7,1
Outro	25	5,6
Clubes ou entidades assistenciais	24	5,3
Festas religiosas e do padroeiro	23	5,1
Participa de associações/ Conselhos ou ONGs	13	2,9
Prefeitura/partido político	11	2,4
Carnaval/Festas juninas	8	1,8
Total	450	100,0

Fonte: Campo/2008

Nota-se que o habitante de Joinville atribui um valor muito grande à família e amigos, além, é claro, de um ambiente tranqüilo para sua sobrevivência. Entretanto, fica evidente que cultura, lazer e esporte também têm um peso na opção do morador enquanto elemento de fixação na cidade, já que *Teatro/cinema/música* aparece em terceiro lugar na opção dos moradores e *Futebol/jogos com os amigos* aparece em quinto lugar na mesma proporção que *Atividades religiosas*.

Os aspectos Geoculturais (Tabela 17) que apareceram em destaque na opção dos entrevistados foram: *Bares/restaurantes* (12,9%), *Bom clima* (12,4%), *Vizinhança* (10,2%), *Belas vistas/paisagens* (9,3%) e *Casa ou bairro onde nasceu* (9,1%). Percebe-se que a opção gastronômica tem um peso na escolha dos habitantes. Isso reforça o que foi apresentado anteriormente sobre as boas opções turísticas da cidade. Além do bom clima, a relação de vizinhança também é destacada, o que de certa forma, complementa a análise da

Tabela 16, sobre a *Vida tranquila/segurança*, posto que boas relações de vizinhança sejam importantes para construção de um ambiente mais tranquilo.

TABELA 17

Joinville 2008 – Fatores Geoculturais responsáveis pela fixação de habitantes

Classe	Valor	(%)
Bares/restaurantes	58	12,9
Bom clima	56	12,4
Vizinhança	46	10,2
Belas vistas/Paisagens	42	9,3
Casa ou bairro onde nasceu	41	9,1
Matas/bosques/parques/jardins	32	7,1
Passeios/pescaria	31	6,9
Serra/montanha	24	5,3
Praça/rua/avenida	24	5,3
Rios, lagos, córrego, cachoeira	22	4,9
Pôr do sol, nascer do sol, estrelas	20	4,4
Praças de esportes	20	4,4
Outros	18	4,0
prédios/monumentos importantes	15	3,3
Praia/mar	1	0,2
Total	450	100,0

Fonte: Campo/2008

As opções *Bom clima* e *Belas vistas/paisagens* aparecem entre os cinco mais escolhidos pelos moradores. Entretanto, percebe-se que os demais elementos ligados à natureza não compareceram significativamente na opção dos entrevistados. Os elementos *Serra/montanha* (5,3%), *Rios, lagos, córrego, cachoeira* (4,9%) não ganharam a dimensão que se podia esperar, visto que esses elementos se destacam na paisagem. A explicação talvez se deva às tragédias naturais vividas pela cidade ao longo dos anos e que, quase sempre, estiveram ligadas às enchentes e deslizamentos, como os registrados em 2008.

A Tabela 18 mostra o resultado das preferências dos entrevistados em relação aos três fatores. Observa-se que os elementos econômico-sociais tiveram um peso marcante na escolha dos entrevistados, já que aparecem entre as cinco primeiras opções. O *Emprego* (12,7%) aparece em primeiro lugar na preferência dos entrevistados, *Educação* (8%) em terceiro e *Facilidade de transporte* (5,3%) aparece em quinto lugar. Entretanto, o *Apego à família* (10%) continuou em evidência. A influência da religião parece, também, ter um peso importante, já que as *Festas religiosas* (6,4%) e as *Atividades religiosas* (5,1%) figuraram entre as opções dos habitantes. Os elementos geoculturais ligados ao

ambiente natural não apareceram entre os primeiros, apesar de toda a beleza natural, já destacada.

TABELA 18
Joinville 2008 – Preferência entre os três fatores de fixação de habitantes

Classe	valor	(%)
Emprego	57	12,7
Apego à família	45	10,0
Educação	36	8,0
Festas religiosas	29	6,4
Facilidade de transporte	24	5,3
Atividades religiosas	23	5,1
Saúde	22	4,9
Bom Clima	20	4,4
Vida tranquila/segurança	20	4,4
Bares/restaurantes	18	4,0
Casa ou bairro onde nasceu	15	3,3
Teatro/cinema/música	13	2,9
Vizinhança	11	2,4
Bom salário	10	2,2
Demais fatores	107	23,8
Total	450	100,0

Fonte: Campo/2008

No que se refere aos problemas enfrentados pela cidade, o que mais se destacou foi o saneamento básico que é visto como o pior, por pelo menos trinta e quatro dos 150 entrevistados. O segundo problema mais apontado pelos respondentes (21) diz respeito ao rio Cachoeiro (principal rio da cidade) e suas constantes inundações. Além desses, aparecem em destaque o problema da segurança pública (19 entrevistados), saúde pública (14) e infraestrutura precária apontada por doze moradores. É importante ressaltar que as entrevistas foram realizadas em fevereiro de 2008 e que as grandes enchentes na cidade ocorreram em novembro de 2008. Isso confirma que os problemas do saneamento básico e das inundações já eram percebidos pela população há algum tempo.

Não se pode deixar de destacar, também, que assim como em Londrina, o problema da segurança pública destaca-se na visão dos moradores, porém, não com a mesma intensidade, já que em Londrina esse foi o principal problema apontado pelos moradores (56), enquanto em Joinville, ele aparece em terceiro lugar, apontado por dezenove entrevistados.

4.4 *Vitória da Conquista*

A cidade polariza uma mesorregião, com aproximadamente 200 km de raio e um conjunto de 76 municípios (Mapa 5, Capítulo 3), a maioria situados no Polígono da Seca. Vitória da Conquista é um entreposto comercial e de serviços que influencia economicamente, inclusive cidades do Norte-Nordeste de Minas Gerais. Localiza-se no centro do cruzamento Norte-Sul do País (BR-116) e no cruzamento Leste-Oeste do Estado da Bahia (BA-262), situada a 134 km da Ferrovia Centro-Atlântica, e a 276 Km do porto e do aeroporto de Ilhéus. Como foi destacado no Capítulo 1, por Sposito (2001), uma “situação geográfica favorável” pode possibilitar uma enorme facilidade de se integrar aos modernos sistemas de transporte e acesso aos mais variados mercados consumidores. No caso de Vitória da Conquista, foi um fator decisivo para seu desenvolvimento.

De acordo com relatos históricos e da administração, a ocupação da região onde se localiza o Município de Vitória da Conquista esteve relacionada a três fatores principais: à procura de ouro, à introdução da atividade pecuária e ao próprio interesse da metrópole portuguesa em criar um aglomerado urbano entre a região litorânea e o interior do sertão. Portanto, a origem do Município resultou da expansão do ciclo de colonização dos fins do século XVIII. Sua economia já esteve centrada na pecuária extensiva e no café, mas foi com o comércio que a cidade passou a ocupar lugar de destaque na economia local. O comércio varejista (Foto 9) inclui uma gama bastante diversificada de bens, como vestuário, calçados, móveis, colchões, insumos agropecuários, materiais de construção, aparelhos eletro-eletrônicos, armarinhos, alimentos e outros.



FOTO 9 – Comércio varejista na área central de Vitória da Conquista. Movimentado e com lojas de diversos seguimentos. (Foto: Edivaldo Fernandes/Campo 2008)

Além do comércio, a prestação de serviços, com destaque para o setor médico e odontológico, é forte na cidade. O mercado imobiliário também se mostra aquecido com muitas áreas em construção e um processo de verticalização já eminente (Foto 10).



Foto 10 – Vista parcial do centro de Vitória da Conquista. Prédios novos e em construção, processo de verticalização eminente. (Foto: Edivaldo Fernandes/Campo 2008)

A cidade possui um grande número de instituições de nível superior que atraem estudantes de diversas regiões do Nordeste. Além disso, atraem profissionais da área de saúde, especialidade desenvolvida no município, pela Universidade do Estado da Bahia. É visível a presença de um grande número de clínicas médicas e odontológicas, fator que contribui ainda mais para a atração de imigrantes do entorno.

Vitória da Conquista possui uma central de abastecimento de hortifrutigranjeiros (Foto 11) próxima à área central, ainda em condições precárias, mas capaz de abastecer grande parte da população.



FOTO 11 – Central de abastecimento próximo a área central de Vitória da Conquista. (Foto: Edivaldo Fernandes/Campo 2008)

Nota-se que a cidade possui uma boa infraestrutura, com uma boa rede viária, clínicas, bancos e uma grande quantidade de agências de veículos, o que faz com que o centro seja muito movimentado (Foto 12) e o trânsito estrangulado em alguns pontos.



FOTO 12 - Vista parcial da área central de Vitória da Conquista. Centro muito movimentado, com trechos de estrangulamento no trânsito. (Foto:Edivaldo Fernandes/Campo 2008)

O Partido dos Trabalhadores (PT) administra a cidade desde 1997, e implantou seu modelo de gestão participativa. Na economia e na política grande parte dos ocupantes dos cargos de gerência é imigrante, vários deles originários de Minas Gerais. Acrescente-se que a presença de imigrantes de outras regiões da Bahia e de outros estados é notável, além de remanescentes de comunidades tradicionais: quilombolas e indígenas. A cultura sertaneja é o forte da cidade: Forró e festas populares, como a de São João. A cidade onde nasceu Glauber Rocha, possui um museu em sua homenagem.

Apesar de ser a cidade pólo de sua Regic, Vitória da Conquista ainda apresenta problemas com saneamento ambiental e com a infra-estrutura urbana, pois se caracteriza por crescimento intenso, sem o devido planejamento. Ainda convive com baixos índices de renda de grande parte da população e apresenta uma periferia empobrecida. Além disso, há indícios de conflitos entre proprietários rurais e comunidades quilombolas que lutam pela regularização e titulação de seus territórios, apesar da atividade agrícola ser pouco significativa na cidade.

A visão do morador acerca das condições de vida atrativas existentes na cidade pode ser melhor evidenciada através dos dados da Tabela 19³⁸ que apresenta os aspectos econômico-sociais.

Os dados mostram que, para o habitante de Vitória da Conquista, emprego e bom salário não são os principais atrativos da cidade, já que ambos aparecem com apenas 2,2% da preferência dos entrevistados, entre os fatores econômico-sociais. As possibilidades de sobrevivência barata são valorizadas pelos moradores, posto que os elementos que se destacaram na opção dos entrevistados foram: *Perto de tudo* (18,3%), *Custo de vida barato* (15,1%), *Água, luz, esgoto* (11,8%) e *Facilidades de transportes* (10,8%). Também é destacada a facilidade para se montar um negócio próprio e a *Educação*, com 10,8% cada.

TABELA 19
Vitória da Conquista 2008 - Fatores econômico sociais responsáveis pela fixação de habitantes

Classes	Valor	(%)
Perto de tudo	34	18,3
Custo de vida barato	28	15,1
Água, luz, esgoto	22	11,8
Facilidade de transporte	20	10,8
Negócio próprio	20	10,8
Educação	20	10,8
Facilidade de moradia	16	8,6
Saúde	11	5,9
Herança de família	7	3,8
Emprego	4	2,2
Bom salário	4	2,2
Total	186	100,0

Fonte: Campo/2008

Nota-se, desta forma, que a infraestrutura tem um peso substancial, haja vista que ela gera facilidades para o morador, assim como, é importante enquanto fator de

³⁸ Em Vitória da Conquista foram realizadas 62 entrevistas com os moradores onde cada um deveria apontar três itens dentro de cada fator analisado.

atração de investimentos. As tabelas com os dados referentes aos fatores culturais e geoculturais complementam essa análise.

A Tabela 20 apresenta os dados referentes aos fatores culturais de Vitória da Conquista. Como pode ser observado os elementos que se destacaram na opção dos entrevistados foram: *Apego à família* (17,7%), *Vida tranqüila/segurança* (13,4%), *Futebol/jogos com os amigos* (11,8%). Percebe-se, desta forma, que o cidadão desta cidade valoriza as relações familiares e de amizade em um clima de tranquilidade. Entretanto, as festas e atividades religiosas também tiveram um peso na opinião dos moradores, já que a opção *Atividades religiosas*, assim como as *Festas artesanais/barraquinhas* foram escolhidas por 11,3%, dos entrevistados e *Carnaval/Festas juninas*, por 10,2%.

TABELA 20

Vitória da Conquista 2008 – Fatores culturais responsáveis pela fixação de habitantes

Classe	Valor	(%)
Apego à família	33	17,7
Vida tranqüila/segurança	25	13,4
Futebol/jogos com os amigos	22	11,8
Atividades religiosas	21	11,3
Feiras artesanais/barraquinhas	21	11,3
Carnaval/Festas juninas	19	10,2
Teatro/cinema/Música	14	7,5
Danças/cantorias	13	7,0
Festas religiosas e do padroeiro	12	6,5
Clubes ou entidades assistenciais	2	1,1
Prefeitura/partido político	2	1,1
Participa de associações/ Conselhos ou ONGs	2	1,1
Total	186	100,0

Fonte: Campo 2008

A opção *Teatro/Cinema/Música* (7,5%) aparece pouco, o que pode indicar que o investimento nestas áreas seja pequeno, ou que estes ainda não se adéquam ao gosto popular do cidadão de Vitória da Conquista, mesmo sendo esta, a cidade natal de Glauber Rocha.

A Tabela 21, com os fatores geoculturais, mostra que o fator climático é o que mais se destacou na opção dos entrevistados, com 21,5% das escolhas. *Bares/restaurantes* (14,5%), *Vizinhança* (13,4%) e *Praça/rua/avenida* com 10,2%, vem em seguida, nas escolhas. A exceção do clima, os demais elementos ligados à natureza local são pouco destacados pelos entrevistados. Ao que parece, o clima da cidade, apesar da localização no

polígono das secas, é menos quente e menos rigoroso que o de outras cidades do sertão, fato que o levou a se destacar na opção dos entrevistados.

TABELA 21

Vitória da Conquista 2008 – Fatores geoculturais responsáveis pela fixação de habitantes

Classe	Valor	(%)
Bom clima	40	21,5
Bares/restaurantes	27	14,5
Vizinhança	25	13,4
Praça/rua/avenida	19	10,2
Pôr do sol, nascer do sol, estrelas	16	8,6
Casa ou bairro onde nasceu	13	7,0
Belas vistas/Paisagens	11	5,9
Praças de esportes	10	5,4
Passeios/pescaria	8	4,3
Matas/bosques/parques/jardins	8	4,3
Rios, lagos, córrego, cachoeira	4	2,2
Serra/montanha	3	1,6
prédios/monumentos importantes	2	1,1
Praia/mar		0,0
Total	186	100,0

Fonte: Campo/2008

A Tabela 22 que mostra a preferência dos moradores entre os três fatores (econômico-sociais, culturais e geoculturais) é bem elucidativa quanto à realidade da cidade, porque mostra quais aspectos são mais valorizados pela população. Pode-se observar que os fatores culturais e geoculturais apareceram em destaque na preferência dos entrevistados, já que o *Apego à família* (15,1%) e o *Bom clima* (8,6%) são os mais escolhidos. Além disso, *Futebol/jogos com os amigos* aparece em quarto lugar, com 6,5%.

TABELA 22

Vitória da Conquista 2008 – Preferência entre os três fatores de fixação de habitantes

Classe	valor	(%)
Apego à família	28	15,1
Bom clima	16	8,6
Educação	13	7,0
Futebol/jogos com os amigos	12	6,5
Negócio próprio	9	4,8
Custo de vida barato	9	4,8
Perto de tudo	9	4,8
Bares/restaurantes	9	4,8
Vida tranquila/segurança	9	4,8
Carnaval/Festa junina	9	4,8
Saúde	8	4,3
Atividades religiosas	8	4,3
Demais fatores	47	25,3
Total	186	100,0

Fonte: Campo/2008

Os fatores econômico-sociais, ao contrário do que apontam a maioria das pesquisas, não tiveram um peso determinante, enquanto elemento de fixação do habitante de Vitória da Conquista. Emprego e salário, por exemplo, nem aparecem na lista dos mais escolhidos. Isso reforça mais uma vez o que já foi discutido no Capítulo 1, sobre estudos voltados para o domínio cultural das cidades, notadamente em ambientes urbanos de pobreza endêmica (COSTA, 2002; AMORIN FILHO & SERRA, 2001).

Para complementar esta análise, os moradores deveriam apontar ao final da entrevista, qual era o principal problema da cidade. E como já era de se esperar, o desemprego foi o que mais apareceu, sendo apontado por 30 dos 62 entrevistados, como o maior problema de Vitória da Conquista. Em seguida, é apontado Saneamento, Saúde e Violência. Os principais problemas de Vitória da Conquista estão relacionados a deficiências no âmbito econômico-social.

4.5 *Petrolina e Juazeiro*

Diferente das demais cidades, parte das análises referentes à Petrolina e Juazeiro foi realizada em conjunto. Isso porque as duas fazem parte de uma mesma região de influência, como já foi visto no capítulo 3 e, também, porque têm economias complementares, participando juntas de diversos projetos do governo federal.

Petrolina e Juazeiro integram uma mesma rede urbana, polarizada tanto por Salvador, quanto por Recife. Com uma localização estratégica, equidistante das principais capitais do nordeste, ambas cumprem importante papel de vetorizar dinâmicas de desenvolvimento regional, a despeito de polarizar espaços caracterizados pela pobreza, esvaziamentos populacionais e núcleos urbanos modestos. Separadas “apenas” pelo rio São Francisco (Foto 13), compartilham praticamente das mesmas condições de desenvolvimento, inclusive, recebendo recursos federais oriundos da SUDENE e CODEVASF.



FOTO 13 – Petrolina (frente) e Juazeiro (fundo), separadas "apenas" pelo Rio São Francisco.
(Foto: Edivaldo Fernandes/Campo 2008)

Em termos econômicos, as duas cidades estão fortemente conectadas à agricultura irrigada (Foto 14) e à agroindústria de exportação, o que as tornam susceptíveis à volatilidade de demandas e variações de câmbio. Entretanto, as duas cidades parecem reagir de modo diferente a estímulos e constrangimentos que permeiam, quase sempre conjuntamente, suas dinâmicas econômicas, políticas, culturais e demográficas.



FOTO 14 – Cultura irrigada de uva (Petrolina). Este é o principal produto da agricultura irrigada da região de Petrolina e Juazeiro.
(Foto: Edivaldo Fernandes/Campo 2008)

O governo federal tem presença marcante nas duas cidades, com obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e programas como o Bolsa Família. De fato,

tais programas delinham alternativas aos efeitos originados de desequilíbrios observados entre dinâmica econômica e demográfica.

É marcante ainda, tanto em Juazeiro quanto em Petrolina, a presença de órgãos públicos de apoio à gestão, pesquisa e desenvolvimento, tais como: EMBRAPA, SEBRAE, CODEVASF, SESI, SENAI, SEST/SENAT, SENAC, além de universidades de porte federal e estadual como a UNIVASF e CEFET. Um pouco diferente de Petrolina, Juazeiro parece não ter, ainda, encontrado um caminho mais sólido de aproveitamento de suas potencialidades. Isso parece ser retratado em sua própria infraestrutura urbana, bem como, na qualidade de vida de sua população.

A despeito da presença de significativas diferenças, Petrolina e Juazeiro identificadas como duas cidades médias, ainda mantém valores culturais tradicionais, de forte influência rural, desigualdades socioespaciais notáveis e periferias empobrecidas.

4.5.1 *Petrolina*

A cidade de Petrolina, que até meados do século XIX, era conhecida apenas como passagem para Juazeiro, cresceu muito e, de povoado, chegou a se tornar uma cidade de grande expressão no Nordeste brasileiro, sendo hoje, uma das que mais crescem na Região. Localizada em pleno Sertão, às margens do São Francisco, tem a agricultura irrigada e agroindústria como principais atividades produtivas, sendo um dos maiores exportadores de fruta do Brasil. Sofre influências externas em sua economia, já que grande parte da produção é voltada à exportação, e que boa parte dos empreendedores desta atividade é de fora da cidade. Apresenta um comércio também significativo, com feiras municipais (Foto 15) e atacadistas, como a rede Makro.



FOTO 15- Feira tradicional em Petrolina. Comércio de produtos regionais e hortifrutigranjeiros.
(Foto: Edivaldo Fernandes/Campo 2008)

Com uma boa infraestrutura urbana (Foto 16) e de comunicação, contando, inclusive, com aeroporto internacional, Petrolina torna-se uma área promissora, também para o turismo. A cidade possui uma rede viária em bom estado de conservação, com um trânsito ainda sob controle. O centro da cidade não é muito grande, mas apresenta boas opções de comércio e serviços aos habitantes.



FOTO 16 – Vista parcial da área central de Petrolina. Grande avenida que liga à ponte que leva a Juazeiro.
(Foto: Edivaldo Fernandes/Campo 2008)

Apesar do desenvolvimento foi possível perceber que a cidade apresenta problemas com saneamento básico. Pelo visto a área central não foi planejada para uma população com o tamanho atual. Além disso, a cidade encontra-se no famoso “Polígono da Maconha”, o que traz problemas relacionados ao tráfico de drogas e violência urbana.

A População é em grande parte formada por imigrantes do Nordeste e de outras regiões do país, com destaque para os gaúchos. Possui uma cultura regional forte, com a presença de manifestações locais, como o Samba de Veio, a Vaquejada e o forró. Além de disso, apresenta espaços voltados às manifestações da cultura regional: Bodódromo, Museu do Sertão (Foto 17), além de outros.



FOTO 17 – Museu do Sertão. Espaço com acervo sobre a cultura sertaneja e história da cidade de Petrolina.
(Foto: Edivaldo Fernandes/Campo 2008)

Para complementar a caracterização, apresenta-se a opinião dos moradores e informações sobre aspectos econômico-sociais³⁹ captadas em campo (Tabela 23). Os três elementos que aparecem em destaque estão relacionados à infraestrutura da cidade: *Perto de tudo* (15,4%), *Facilidade de moradia* (14,1%) e *Educação* (10,9%). No entanto, aspectos ligados à economia também aparecem em evidência: *Emprego e Negócio próprio* aparecem empatados, com 10,3% dos entrevistados.

³⁹ Em Petrolina e Juazeiro foram realizadas 52 entrevistas, sendo que cada entrevistado deveria escolher três opções em cada fator analisado, daí o número 156 no total.

TABELA 23

Petrolina 2008 – Fatores Econômico-sociais responsáveis pela fixação de habitantes

Classes	Valor	(%)
Perto de tudo	24	15,4
Facilidade de moradia	22	14,1
Educação	17	10,9
Emprego	16	10,3
Negócio próprio	16	10,3
Facilidade de transporte	15	9,6
Saúde	15	9,6
Água, luz, esgoto	14	9,0
Custo de vida barato	11	7,1
Herança de família	4	2,6
Bom salário	2	1,3
Total	156	100,0

Fonte: Campo/2008

Nota-se que, apesar do nível razoável de empregabilidade e das boas possibilidades de negócio destacados por alguns dos entrevistados, a cidade não oferece, ao que parece, um custo de vida barato, já que apenas 7,1% dos moradores apontaram esse elemento como vantagem.

A Tabela 24 apresenta os fatores de fixação relacionados à cultura da cidade. Diferente das demais cidades analisadas até então, em Petrolina, as festas e atividades religiosas têm um peso muito grande nos aspectos relacionados à cultura, já que os quatro primeiros elementos destacados pelos entrevistados estão relacionados a elas: *Carnaval/Festas juninas* (16%), *Atividades religiosas* (15,4%), *Festas religiosas e do padroeiro* (13,5%) e *Feiras artesanais/barraquinhas* (13,5%).

TABELA 24

Petrolina 2008 – Fatores culturais responsáveis pela fixação de habitantes

Classe	Valor	(%)
Carnaval/Festas juninas	25	16,0
Atividades religiosas	24	15,4
Festas religiosas e do padroeiro	21	13,5
Feiras artesanais/barraquinhas	21	13,5
Apego à família	19	12,2
Danças/cantorias	15	9,6
Vida tranquila/segurança	12	7,7
Futebol/jogos com os amigos	10	6,4
Teatro/cinema/Música	5	3,2
Clubes ou entidades assistenciais	2	1,3
Prefeitura/partido político	1	0,6
Participa de associações/ Conselhos ou ONGs	1	0,6
Total	156	100,0

Fonte: Campo/2008

O *Apego à família* (12,2%) e a *Vida tranquila/segurança* (7,7%), que até então eram os que mais se destacavam nas outras cidades, ocupam o quinto e sétimo lugar em Petrolina. *Teatro/Cinema/Música* aparecem com apenas 3,2% dos entrevistados, o que demonstra que a cidade é mais voltada para cultura popular.

A Tabela 25 apresenta os aspectos geoculturais da cidade. Percebe-se que os elementos ligados à natureza são os que mais se destacam: *Rios, lagos, córrego, cachoeira* (21,2%), *Bom clima* (19,9%), *Pôr do sol, nascer do sol, estrelas* (9,6%), *Belas vistas/Paisagens* (9,6%). A influência do Rio São Francisco é marcante neste quesito, influenciando por demais, a opinião dos moradores.

TABELA 25

Petrolina 2008 – Fatores Geoculturais responsáveis pela fixação de habitantes

Classe	Valor	(%)
Rios, lagos, córrego, cachoeira	33	21,2
Bom clima	28	17,9
Pôr do sol, nascer do sol, estrelas	15	9,6
Belas vistas/Paisagens	15	9,6
Bares/restaurantes	14	9,0
Casa ou bairro onde nasceu	10	6,4
Passeios/pescaria	10	6,4
Vizinhança	9	5,8
prédios/monumentos importantes	8	5,1
Praça/rua/avenida	7	4,5
Praças de esportes	7	4,5
Total	156	100,0

Fonte: Campo/2008

Entretanto, a opção *Bares/restaurantes* também ganha certa evidência, com 9% dos entrevistados. Talvez isso se deva à presença de espaços voltados à gastronomia local, como o famoso Bodódromo de Petrolina.

Quando avaliamos a preferência entre os três fatores (Tabela 26), nota-se que alguns aspectos que não figuravam antes acabam se destacando, neste filtro final: *Negócio próprio*, por exemplo, aparecia em quinto nos fatores econômico-sociais e agora figura em segundo, com 9% dos entrevistados; *Apego à família* que também aparecia em quinto lugar nos fatores culturais, aparece em terceiro, com 7,7%; *Atividades religiosas* que antes aparecia em segundo nos fatores culturais, destaca-se agora, como o fator mais importante com 10,3% dos entrevistados.

TABELA 26

Petrolina 2008 - Preferência entre os três fatores de fixação de habitantes

Classe	valor	(%)
Atividades religiosas	16	10,3
Negócio próprio	14	9,0
Apego à família	12	7,7
Perto de tudo	9	5,8
Saúde	9	5,8
Rio, lago, córrego, Cachoeira	9	5,8
Carnaval/Festa junina	8	5,1
Festas religiosas	7	4,5
Vida tranquila/segurança	6	3,8
Futebol/jogos com os amigos	6	3,8
Facilidade de moradia	5	3,2
Facilidade de transporte	5	3,2
Casa ou bairro onde nasceu	5	3,2
Bares/restaurantes	5	3,2
Demais fatores	40	25,6
Total	156	100,0

Fonte: Campo/2008

Em Petrolina, assim como em Vitória da Conquista, os fatores culturais tiveram um peso importante na opção dos entrevistados. *Atividades religiosas* e *Apego à família* aparecem entre os elementos mais indicados pelos moradores. Entretanto, não se pode desprezar o peso dos fatores econômico-sociais, já que *Negócio próprio* aparece em segundo lugar e *Perto de tudo* e *Saúde* aparecem entre os cinco primeiros, junto com *Rio, lago, córrego, cachoeira* - fator geocultural que mais se destacou.

Quando indagados sobre os problemas que mais afetam a cidade, doze dos 52 entrevistados apontaram o saneamento como o principal problema, oito disseram ser o desemprego, seis disseram ser o lixo urbano. Violência e pobreza ficaram empatadas em quarto lugar, com cinco entrevistados. Desta forma percebe-se que a cidade vem crescendo, mas ainda com muitas carências a serem resolvidas.

4.5.2 Juazeiro

Localizada no Norte do Estado da Bahia, Juazeiro serve como uma das principais rotas comerciais e ponto de passagem entre o Norte, Nordeste e Sul do país, através das BR-101, BR-116, BR-324, BR-407 e BR-122. Assim como Petrolina, a cidade tem sua economia centrada na agricultura irrigada e na agroindústria, e o comércio também é forte com a presença de um Ceasa (Foto 18) que abastece a região. Grande parte dos empreendedores não é da região e sua economia é bastante integrada à de Petrolina, dependendo em parte, da infraestrutura presente nesta cidade.



Fotos 18 – Ceasa de Juazeiro.
(Foto: Edivaldo Fernandes/Campo 2008)

É bem servida de órgãos de apoio à gestão, pesquisa e desenvolvimento, assim como em Petrolina, já que fazem parte de uma mesma região de desenvolvimento a RIDE⁴⁰ (Rede Integrada de Desenvolvimento). A infraestrutura é mais precária que a de Petrolina. No entanto, a região central apresenta boas opções de comércio e serviços aos moradores, além disso, o trânsito é tranquilo. A periferia é bastante empobrecida, mas a orla do rio se mostra organizada para o turismo e o comércio (Foto 19).



FOTO 19 – Barcas no Rio São Francisco em Juazeiro.
Comércio e turismo realizados diariamente.
(Foto:Edivaldo Fernandes/Campo 2008)

⁴⁰ A Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) foi criada em 2001 e regulamentada em 2002, pelo então Ministério da Integração Nacional. Essa Ride abriga 632 mil habitantes e abrange quatro municípios de Pernambuco – Petrolina, Lagoa Grande, Orocó e Santa Maria da Boa Vista - e quatro da Bahia – Juazeiro, Casa Nova, Curaçá e Sobradinho. O objetivo deste projeto é incentivar o turismo nos oito municípios, em especial o turismo associado à agricultura irrigada, ciência e tecnologia; e a vitivinicultura, ou enoturismo.

A população cresce em um ritmo acelerado, conforme foi observado no Capítulo 3, com presença marcante de imigrantes do Nordeste e de outras regiões do Brasil. A Cultura é fortemente marcada pelo Candomblé e pelo Axé Music, com boas opções de lazer e cultura na orla. Além disso, é a terra de João Gilberto e Ivete Sangalo.

Os problemas são parecidos com os de Petrolina, ou seja, há deficiências no saneamento básico e lixo nas ruas. Entretanto, em Juazeiro, a questão da pobreza é mais visível (Foto 20). A cidade também se encontra na região do “Polígono da Maconha”, portanto, também enfrenta problemas com Violência urbana.



FOTO 20 – Periferia de Juazeiro. Esgoto a céu aberto e ruas esburacadas. (Foto: João Stefani/Campo 2008)

Contudo, as análises apresentadas são fundamentadas em impressões e informações captadas em campo. Daí a necessidade de se verificar a opinião dos habitantes. A Tabela 27 mostra o resultado dos fatores econômico-sociais de Juazeiro. Como se pode ver os elementos ligados à infraestrutura da cidade foram os que se destacaram, demonstrando que, do ponto de vista do morador, a cidade tem atendido às suas expectativas. *Perto de tudo* aparece com 21,3%, *Água, luz, esgoto* (16%), *Facilidade de moradia* (14,7%), *Facilidade de transporte* (10,7%), *Custo de vida barato* e *Saúde*, com 8,7% cada um.

TABELA 27

Juazeiro 2008 – Fatores econômico-sociais responsáveis pela fixação de habitantes

Classes	Valor	(%)
Perto de tudo	32	21,3
Água, luz, esgoto	24	16,0
Facilidade de moradia	22	14,7
Facilidade de transporte	16	10,7
Custo de vida barato	13	8,7
Saúde	13	8,7
Educação	8	5,3
Herança de família	7	4,7
Emprego	6	4,0
Negócio próprio	6	4,0
Bom salário	2	1,3
Outros	1	0,7
Total	150	100,0

Fonte: Campo/2008

No entanto, a questão do *Emprego* e do *Negócio próprio* apareceu pouco (4%), o que sugere que os entrevistados estão insatisfeitos com as oportunidades de trabalho que a cidade oferece.

Na Tabela 28, podemos observar os aspectos ligados à cultura de Juazeiro. Os que mais se destacaram foram as *Atividades religiosas* (16,7%), o *Apego à família* (16,7%), *Carnaval/Festas juninas* (13,3%), *Danças/cantorias* (12,7%), *Vida tranqüila/segurança* e *Futebol/jogos com os amigos* (10% cada).

TABELA 28

Juazeiro 2008 - Fatores culturais responsáveis pela fixação de habitantes

Classe	Valor	(%)
Atividades religiosas	25	16,7
Apego à família	25	16,7
Carnaval/Festas juninas	20	13,3
Danças/cantorias	19	12,7
Vida tranqüila/segurança	15	10,0
Futebol/jogos com os amigos	15	10,0
Festas religiosas e do padroeiro	12	8,0
Feiras artesanais/barraquinhas	6	4,0
Prefeitura/partido político	4	2,7
Teatro/cinema/Música	4	2,7
Participa de associações/ Conselhos ou ONGs	3	2,0
Clubes ou entidades assistenciais	2	1,3
Total	150	100,0

Fonte: Campo/2008

O resultado dos fatores culturais representa, verdadeiramente, o que é a cultura de Juazeiro, um lugar onde o sagrado e o profano convivem lado a lado. As atividades

religiosas aparecem em destaque, tanto na sua origem católica, como nas fortes manifestações do Candomblé. No espaço da cidade é possível encontrar diversos terreiros de Candomblé, além de igrejas, católicas e pentecostais. Além disso, a questão da musicalidade, ligada principalmente ao Axé Music, é visível, com diversos espaços na orla do Rio São Francisco voltados para esse fim. Contudo, o *Apego à família* e a questão da *Vida tranquila/segurança* também aparecem em destaque, assim como já vinha ocorrendo com as demais cidades.

A partir da Tabela 29 pode-se notar que em Juazeiro, assim como em Petrolina, o Rio São Francisco é um forte fator de fixação do habitante, já que a opção *Rios, lagos, córrego, cachoeira* aparece em primeiro lugar com 23,3% das opções dos entrevistados. Além desse, os demais fatores que se destacam são: *Bares/restaurantes* (16,7%), *Vizinhança* (14%), *Bom clima* (11,3%) e *Pôr do sol, nascer do sol, estrelas*, com 11,3%.

TABELA 29
Juazeiro 2008 - Fatores Geoculturais responsáveis pela fixação de habitantes

Classe	Valor	(%)
Rios, lagos, córrego, cachoeira	35	23,3
Bares/restaurantes	25	16,7
Vizinhança	21	14,0
Bom clima	17	11,3
Pôr do sol, nascer do sol, estrelas	17	11,3
Belas vistas/Paisagens	15	10,0
Passeios/pescaria	9	6,0
Casa ou bairro onde nasceu	5	3,3
Praças de esportes	4	2,7
Matas/bosques/parques/jardins	1	0,7
prédios/monumentos importantes	1	0,7
Total	150	100,0

Fonte: Campo/2008

Os elementos ligados à natureza da cidade aparecem em destaque para quase metade dos moradores. Entretanto, a opção *Bares/restaurantes* também aparece em evidência, talvez pela existência de muitos bares e restaurantes na orla do Rio São Francisco.

Avaliando-se a preferência entre os três fatores de fixação (Tabela 30) pode-se constatar que os aspectos culturais e geoculturais tiveram mais peso na opção dos entrevistados. O *Apego à família* (13,3%), assim como nas outras cidades aparece como um dos que mais se destaca. *Carnaval/festas juninas* (9,3%), *Rio, lagos, córrego,*

cachoeira (8,7%) aparecem na sequência, em segundo e terceiro lugares na preferência dos entrevistados.

Nenhum fator econômico-social aparece entre os mais indicados pelos moradores. O que indica que a economia formal e a infraestrutura não tem o peso que se podia esperar enquanto elemento de fixação do habitante de Juazeiro.

TABELA 30
Juazeiro 2008 – Preferência entre os três fatores de fixação de habitantes

Classe	valor	(%)
Apego à família	20	13,3
Carnaval/Festas juninas	14	9,3
Rio, lagos, Córrego, cachoeira	13	8,7
Atividades religiosas	11	7,3
Bares/restaurantes	9	6,0
Futebol/Jogos com os amigos	8	5,3
Perto de tudo	8	5,3
Festas religiosas	7	4,7
Danças/cantorias	6	4,0
Saúde	6	4,0
Vida tranquila/segurança	5	3,3
Demais fatores	43	28,7
Total	150	100,0

Fonte: Campo/2008

Em relação aos problemas da cidade, o desemprego foi considerado o pior, sendo apontado por quinze entrevistados, o saneamento aparece como o segundo, para oito entrevistados, a saúde em terceiro (sete entrevistados) e o problema da violência e corrupção foram citados por alguns entrevistados. Isso vem a confirmar o que foi apontado nos fatores de fixação, já que a questão do emprego não foi destacada, enquanto elemento positivo da cidade. Em relação ao saneamento, parece ser um problema da maioria das cidades brasileiras, e com as cidades médias não é diferente.

4.6 Síntese e conclusões

As informações analisadas neste capítulo mostraram que as cidades selecionadas apresentam um dinamismo econômico, social e cultural capaz de colocá-las no rol das chamadas “cidades médias”. Foi possível perceber que as cinco cidades, cada uma com suas especificidades, mostram-se capazes de oferecer a seus habitantes uma infraestrutura básica para sobrevivência. Além disso, pôde-se notar que apesar das

diferenças de desenvolvimento, existem problemas e desafios comuns à maioria delas. A questão do saneamento, por exemplo, é um deles.

A despeito da base econômica diferenciada, observou-se que todas as cinco cidades mostraram potencialidades e fragilidades inerentes à sua realidade. Mostraram-se bem localizadas e com economias de aglomeração suficientes para atrair e fixar investimentos e pessoas. Um dos aspectos que comprovam essa afirmação é a boa presença de imigrantes em todas elas. Além disso, é marcante no espaço dessas cidades, a presença de órgãos de gestão e apoio a pesquisa, como universidades, centros de pesquisa e órgãos do governo.

Dentre as cinco, Londrina é a que apresenta economia com mais alternativas (na indústria, comércio e prestação de serviços especializados, passando pela agroindústria e turismo). Também é a cidade que oferece a melhor infraestrutura. Joinville, também mostrou ter uma base econômica forte e uma boa infra-estrutura, porém com fragilidades no setor de saneamento e drenagem.

Com relação às cidades nordestinas pode-se notar que possuem uma razoável base econômica, porém ainda dependente de setores específicos da economia. Vitória da Conquista, por exemplo, depende de forma excessiva do comércio e da prestação de serviços, necessitando ampliar seu leque de opções, tendo em vista que a agricultura e a indústria são incipientes. Petrolina e Juazeiro comungam de uma mesma condição econômica, centrada na agricultura irrigada e no turismo. Também precisam criar e ampliar alternativas econômicas na indústria, comércio e prestação de serviços.

No que se refere aos problemas destas cidades, o que aparece com mais veemência é o do saneamento básico, que só não é citado em Londrina. Nas cidades do Nordeste o problema do desemprego é o mais destacado. Nas do Sul, a segurança pública é o que aparece com maior evidência.

Na análise dos fatores de fixação, pôde-se chegar a algumas conclusões importantes do ponto de vista da Geografia. Os fatores econômico-sociais, por exemplo, ao contrário do que apontam a maioria das pesquisas, não tiveram um peso determinante enquanto elemento de fixação dos habitantes das cidades. O fator *Emprego* não aparece na maioria das listas como fator de fixação importante, com exceção de Joinville, onde foi o mais escolhido.

Nas cidades da Região Sul, os fatores econômico-sociais ganham mais destaque. Em Londrina os entrevistados apontaram o *Custo de vida barato*, a *Educação* e a *Saúde*. No entanto, o que ficou em primeiro lugar foi um fator cultural - *Apego à família* -

superando os demais. Em Joinville foram apontados os itens *Emprego*, *Facilidades de transporte* e *Educação*, porém o *Apego à família* comparece em segundo lugar e o fator *Atividade religiosa* em quarto, demonstrando que mesmo nestas cidades, os fatores culturais tiveram certo peso.

Nas cidades da região Nordeste os fatores culturais e geoculturais foram os que mais se destacaram. Em Vitória da Conquista, eles apareceram em primeiro (*Apego à família*) e segundo (*Bom clima*). Em Petrolina as *Atividades religiosas* foi o que mais se destacou, e o *Apego à família* situou-se em terceiro lugar. Juazeiro mostra o *Apego à família* encabeçando a lista, *Carnaval/Festas juninas* em seguida e *Rios, lagos, córregos, cachoeiras* ficam em terceiro lugar.

O *Apego à família* foi o único fator destacado em todas as cidades, ficando em primeiro na maioria delas. *Educação* e *Atividades religiosas* figuram entre os primeiros em pelo menos três. E *Bom clima* aparece em duas. Nota-se, desta forma, a importância dos fatores culturais e geoculturais enquanto elementos de fixação dos moradores das cidades médias analisadas. Talvez porque em todas as cinco cidades visitadas há espaços aprazíveis para a sobrevivência dos moradores, com alternativas econômicas e culturais bem razoáveis, não obstante os problemas a serem superados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscou-se analisar a importância das cidades médias no processo de desenvolvimento regional e urbano brasileiro, tendo como referência o estudo de uma amostra de cidades das Regiões Sul e Nordeste do Brasil. Acredita-se que a análise aqui realizada possa ser replicada em outras cidades brasileiras, a fim de demonstrar a importância dessa temática no estudo da rede urbana nacional.

Na tentativa de atingir os objetivos da pesquisa foram trilhados alguns caminhos ao longo da dissertação. Inicialmente procurou-se, a partir da literatura, mostrar como essas cidades são vistas pelos diversos autores e quais elementos estão ligados à sua interpretação. Neste momento, foram analisados os diversos critérios utilizados para sua classificação. Esse resgate teórico-conceitual serviu de base para enquadrar as cidades selecionadas, em face dos vários dos critérios utilizados por diferentes autores na classificação das cidades médias.

Entretanto, se por um lado constatou-se a importância destas cidades e as formas diferenciadas de se apreendê-las, por outro, permaneceu a dificuldade de se obter uma conceituação mais objetiva, o que, às vezes, introduz um complicador metodológico nos trabalhos empíricos. No intuito de diminuir essas dificuldades na análise das cidades selecionadas, adotou-se uma definição que pudesse ser instrumental para pesquisa. Nessa perspectiva, as cidades médias são aquelas cidades não metropolitanas de tamanho demográfico entre 100 mil e 750 mil habitantes dotadas de capacidade para receber e fixar migrantes e com papéis importantes em suas áreas de influência, o que propicia o desenvolvimento de economias de aglomeração.

Após a análise desses aspectos considerados, partiu-se para a investigação empírica. A partir de uma amostra de 101 cidades, no capítulo 2, explicita-se quais foram os municípios médios que apresentaram crescimento compatível com as metrópoles, ou seja, aqueles que poderiam expressar a possibilidade de vir a se tornar uma metrópole do futuro. Para isso, efetuou-se o cruzamento dos dados de crescimento populacional, projeções de população, taxas líquidas de migração (TLM), Produto Interno Bruto (PIB) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Ao final, foi possível concluir que a maioria dos municípios médios não conseguiu manter padrões elevados de crescimento em todos estes indicadores simultaneamente, salvo raras exceções.

Apesar dos avanços alcançados neste capítulo, não é possível indicar, com exatidão, as cidades médias que se tornarão metrópoles do interior. Para isso, seria

necessária a análise de outros componentes, como por exemplo, a área conurbada dos municípios, fluxos econômicos de interdependência, etc. No entanto, foi pertinente assinalar que oito municípios médios (São José dos Campos, Uberlândia, Sorocaba, Ribeirão Preto, Feira de Santana, Joinville, Juiz de Fora e Londrina) se destacaram com chances de, no futuro, deixarem o posto de cidade média e se tornarem grandes cidades, ou mesmo metrópoles, principalmente, no caso de São José dos Campos, única que conseguiu alcançar a média dos municípios-núcleo das metrópoles em todos os itens avaliados no capítulo.

No capítulo 3, buscou-se avançar a discussão, analisando o peso e a importância das cidades médias dentro de sua região de influência. Apresenta-se uma amostra de cinco cidades (Londrina, Joinville, Vitória da Conquista, Petrolina e Juazeiro), sendo que Petrolina e Juazeiro foram analisadas em conjunto, já que fazem parte de uma mesma Região de Influência. A partir de um recorte geográfico (Regic 2007 - IBGE) e um trabalho com dados secundários mostrou-se que os cinco municípios médios apresentaram características diferenciadas em termos de evolução de suas redes. As quatro regiões de influência experimentaram evolução positiva, principalmente se considerarmos a variável PIB. Contudo, no que se refere aos dados demográficos, o que se viu, foi a presença de redes bastante heterogêneas e com Taxas Líquidas de Migração negativas, a exceção da Regic Joinville, que se mostrou mais equilibrada.

A região de influência de Joinville foi a que se mostrou mais integrada, em face de seu crescimento continuado e sustentado da população e do PIB na maioria dos municípios. Além disso, foi a única que apresentou uma média positiva nas Taxas Líquidas de Migração no período 1995/00. Entretanto, apesar de seu potencial de crescimento essa rede mostrou fragilidades relacionadas ao saneamento básico, drenagem e suscetibilidade dos solos.

Outro aspecto relevante que se pôde apreender neste capítulo é que em todas as Regics, os municípios que se mostraram mais proeminentes em termos de crescimento populacional foram os que tinham uma localização geográfica mais favorável, com proximidade a eixos viários, ao litoral, ou proximidade a grandes cursos de água, como no caso da Regic Petrolina-Juazeiro.

Numa análise mais geral das quatro Regics pôde-se constatar que o município pólo possui um peso muito grande na sua região de influência, já que ostenta taxas elevadas de crescimento do PIB, geralmente acompanhados por uma incipiente difusão dos investimentos no resto da rede.

O capítulo 4, diferente dos anteriores, tinha como finalidade verificar algumas das características das cidades médias da amostra (Londrina, Joinville, Vitória da Conquista, Petrolina e Juazeiro) a fim de confirmar a importância relativa e especificidades sociais, econômicas e culturais de cada uma delas. Para tanto, foi necessário avaliar, do ponto de vista dos moradores, quais eram os elementos responsáveis por sua fixação naquele espaço em particular. As informações analisadas mostraram que as cidades selecionadas apresentam expressivo dinamismo econômico-cultural. Cada uma com suas peculiaridades não deixa de oferecer a seus habitantes uma infraestrutura básica para sobrevivência. Apesar da base econômica diferenciada, observou-se que as cinco cidades detêm potencialidades e fragilidades inerentes à sua realidade. Todas elas são bem localizadas e com economias de aglomeração capazes de atrair e fixar investimentos e pessoas. Um dos aspectos que comprovam essa afirmação é a boa presença de imigrantes. Além disso, é marcante no espaço dessas cidades, a existência de órgãos de apoio à pesquisa e a gestão, como universidades, centros de pesquisa e órgãos do governo.

Pôde-se notar que apesar das diferenças de desenvolvimento existem problemas e desafios que são comuns à maioria. A questão do saneamento, por exemplo, é a que comparece com mais veemência, à exceção de Londrina. Nas cidades do Nordeste o principal problema é o desemprego. Nas do Sul, a segurança pública é o que assume maior evidência.

A análise dos fatores de fixação expõe algumas conclusões importantes e pouco triviais. Os *fatores econômico-sociais*, por exemplo, ao contrário do que apontam a maioria das pesquisas, não tiveram peso determinante enquanto elemento de fixação dos habitantes das cidades. O fator *Emprego* não aparece na maioria das listas das cidades, com exceção de Joinville, onde ele foi o mais escolhido.

O *Apego à família* foi o único fator claramente destacado em todas as cidades, ocupando a primeira posição nas classificações estatísticas. Os fatores *Educação* e *Atividades Religiosas* assumem posição de destaque em pelo menos três cidades. Nota-se, desta forma, a importância dos fatores culturais e geoculturais enquanto elementos de fixação dos moradores das cidades médias analisadas.

Enfim, foi possível perceber a partir deste trabalho que, no contexto urbano-regional em que se encontram Londrina, Joinville, Vitória da Conquista, Petrolina e Juazeiro, por suas características e dinamismo, podem se constituir em elementos estratégicos no estabelecimento de uma rede urbana mais equilibrada, bem como, catalisadoras de processos de desenvolvimento regional, pois demonstraram ter capacidade

de absorver e reagir a novos investimentos, afirmando, de certo modo, suas condições de pólos dinâmicos de suas redes.

Ficou evidente, a partir deste estudo, que as cidades médias aprofundaram o seu papel no processo de desconcentração populacional e econômico brasileiro, já que apresentaram taxas de crescimento superiores às metrópoles. Elas exprimem tipos de desenvolvimento que se diferencia, dependendo do contexto regional em que se encontram. Alguns fundados na agroindústria, outros no comércio e prestação de serviços, outros ainda na indústria, o que mostra, dessa forma, que não existe um padrão único e geral de crescimento para o grupo das cidades médias.

As cidades investigadas neste trabalho demonstraram ter funções e papéis importantes em seus sistemas urbanos, isto porque, apresentaram algumas das principais características de cidades-pólos, que atraem e articulam a rede urbana nacional e regional. Possuem: significância econômica; indicadores sociais representativos; equipamentos urbanos; localização geográfica estratégica; centros de emprego na indústria e no terciário (alternativa em relação às grandes cidades para a população que migra dos territórios rurais de entorno); e serviços públicos básicos (educação, saúde, cultura, desporto, lazer) capazes de suprir necessidades essenciais de seus habitantes.

Acredita-se que as informações analisadas nesta dissertação possam servir de base a interpretações acerca do futuro das cidades médias. Entretanto, tem-se a consciência que este foi apenas um exercício teórico e empírico que levou aos resultados apresentados. Existem outros caminhos a serem explorados na análise destas cidades que, podem levar a resultados diferentes. Sem dúvida, esse é um campo ainda aberto a muitas pesquisas.

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, O. B. Cidades Médias do Brasil. **Revista Geografia e Ensino**, Belo Horizonte: IGC/UFMG, v.3, n.2, 1984.

_____. Um esquema metodológico para o estudo das cidades médias. In: II Encontro Nacional de Geógrafos, 1976, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Belo Horizonte, IGC/UFMG, 1976, 600p. , p. 6-15.

AMORIM FILHO, O. B.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ANDRADE, T. A., SERRA, R. V. **O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, mar., 1998 (Texto para Discussão, 554).

ARROYO, M. M. Dinâmica Territorial, Circulação e Cidades Médias. In: **Cidades Médias: Produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 71-85.

CALVINO, I. **As cidades Invisíveis**. Tradução Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CAMARGO, C. P. F. et al. **São Paulo 1975: crescimento e pobreza**. São Paulo: Edições Loyola, 1976.

CAMAGNI, R. *Réseaux de Coopération et Réseaux des Villes: éléments pour une théorisation et une taxonomie*. In: LACAZE, J.P. (ed.) – **Métropoles en Déséquilibre?** Paris: Ed. Economica, 1993. p. 65-85.

CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2009.

CASTELLS, M. **Cidade, democracia e socialismo: a experiência das associações de vizinhos de Madri**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CASTELLS, M. A ideologia urbana. In: _____. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 127 – 153.

CHRISTALLER, W. **Central Places in Southern Germany**, Traduzido por C.W. Baskin, Prentice-Hall, 1966. Originalmente publicado em 1933.

CODEL (Companhia de Desenvolvimento de Londrina). **Londrina, Brasil – Uma jovem metrópole no coração do Mercosul**. Material de divulgação de dados e informações, Londrina, 2008.

CORRÊA, R. L. O Enfoque Locacional na Geografia. **Terra Livre (AGB)**, 5 (3): 115-121, São Paulo, 1986 b.

_____. Reflexões sobre a dinâmica recente da rede urbana brasileira. In: IX **ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR**, 9., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Ética,

planejamento e construção democrática do espaço. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.v.1, p. 424-430.

_____. **Construindo o conceito de cidade média.** Ensaio apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006. p. 1-11.

COSTA, Eduarda Marques da. Cidades médias: contributos para a sua definição. **Revista Finisterra**, ano XXXVII, nº. 74, pgs. 101-128, 2002. Disponível em: <www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2002-74/74_05.pdf>. Acesso em 27 de Fevereiro de 2008.

COSTA, G. M. Teorias sócio-espaciais: diante de um impasse? In: VIII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, Porto Alegre, 8, 24-28 de Maio de 1999. **Anais...** Porto Alegre:ANPUR, 1999.

DAVIDOVICH, Fany. MetrÓpole e TerritÓrio: metropolizaçÓo do Espaço no Rio de Janeiro. In: XXIV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Petrópolis (RJ), 23 a 27 de outubro de 2000. **Anais...** Petrópolis: ANPOCS, 2000.

DEUS, João Batista. As Cidades Médias na nova configuração territorial brasileira. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 24, n. 1-2, jan./dez.2004.

DUARTE, F.; FREY, K. Redes Urbanas. In: DUARTE, F. *et al.* **O Tempo das Redes.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.

FARRET, R. L. Paradigmas da Estruturação do Espaço Residencial Intra-urbano. In: FARRET, R. L. *et al.* **O espaço da cidade:** contribuição à análise urbana. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1985. p. 73-90.

GARCIA, Ricardo Alexandrino; NOGUEIRA, Marly. **A Inserção das Cidades Médias Mineiras na Rede Urbana de Minas Gerais.** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR. 2008.

GARCIA, Ricardo Alexandrino. **Módulo de Projeção de Pequenas áreas:** projeção Anual da População dos municípios Brasileiros entre 2000 e 2050. Belo Horizonte, Março de 2005.

GARCIA, Ricardo Alexandrino; MATOS, R. A. Espacialidade do Produto Interno Bruto e as Tendências Demográficas no Brasil. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO; X SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, Rio Claro- SP, UNESP, Outubro de 2010. **Anais...** Rio Claro/SP:UNESP, 2010.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano.** São Paulo: EDUSP, 1993. p. 93-106.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna.** Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

IBGE. **Regiões de influência das cidades:** 2007/IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2004.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LESTE – IGC/UFMG. **Desigualdades Socioespaciais e Descentralização Territorial no Brasil Atual**. DVD com dados e informações produzidos pela pesquisa. Belo Horizonte, 2009.

LOBO, Carlos Fernando Ferreira. **Dispersão espacial da população nas regiões de influência das principais metrópoles brasileiras**. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 2009. (Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais)

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981. cap. 2.

MACULAN, B. C. M. S. **Manual de normalização**: padronização de documentos acadêmicos do NITEG/UFMG e do PPGCI/UFMG. 2. ed. atual. e rev. Belo Horizonte: UFMG, 2011. 49p. Apostila. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/normalizacao>>. Acesso em: 11-08-2011.

MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (Org.). **São Paulo: Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais**. São Paulo: Editora Senac, 2005.

MATOS, R. A Geografia do Produto Interno Bruto brasileiro e as tendências de crescimento populacional na Rede de Localidades Centrais. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...**, ABEP, realizado em Caxambu – MG – Brasil, de 20-24 de Setembro de 2004.

_____. **Dinâmica migratória e desconcentração da população na macrorregião de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1995. 223p. (Tese de doutorado em Demografia – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas)

_____. Aglomerações Urbanas, Rede de Cidades e Desconcentração Demográfica no Brasil. In: X Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2000, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP/CEDEPLAR, 2000.

_____. **O Brasil Dividido e a Rede Urbana Fracionada**. Cadernos do Leste, Belo Horizonte, 2003, p. 1-51.

_____. Questões Teóricas Acerca dos Processos de Concentração e Desconcentração da População. **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, v. 12, n. 1-2, p. 35-58, 1995.

MATOS, R; BRAGA, F. Redes geográficas, redes sociais e movimentos da população no espaço. In: **Espacialidades em Rede**. Belo Horizonte: C/Arte, 2005. p. 111-154.

MATTOS, Carlos A. Redes, Nodos e Cidades: Transformação da Metrópole Latino-americana. In: **Metrópoles: Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/FASE/Observatório das Metrópoles, 2004. p. 157-196.

MEYER, Maria Proserpi. Atributos da Metrópole Moderna. **São Paulo em Perspectiva.** Vol. 14 nº 4, São Paulo out./dez. 2000.

MILÉO, J. C. **A Utilização dos Indicadores Sociais pela Geografia:** uma análise crítica. Niterói: UFF, 2005. (Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal Fluminense)

MONTE-MÓR, R. L. Outras fronteiras: novas espacialidades na urbanização brasileira. In: CASTRIOTA, L.M (Org). **Urbanização Brasileira: redescobertas.** Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2003. p. 260 – 271.

MOURA, R.; WERNECK, D. Z. Rede, Hierarquia e Região de Influência das cidades: um foco sobre a Região Sul. **Revista Paranaense Desenvolvimento,** Curitiba, n.100, p.27-57, jan/jun. 2001.

NOGUEIRA, Marly. **Sete Lagoas: a dinâmica funcional de um lugar na rede urbana de Minas Gerais.** Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO, 2003. 291 f.Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2003.

PARK, R. E. A cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O.G (Org). **O Fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

PEREIRA, F.M. **Cidades médias brasileiras: uma tipologia a partir de suas (des) economias de aglomeração.** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2002. (Dissertação de mestrado - CEDEPLAR/UFMG)

PEREIRA, José Carlos Matos. **Importância e Significado das Cidades médias na Amazônia:** uma abordagem a partir de Santarém (PA). Belém – PA:UFPA, 2004. (Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará)

PONTES, Beatriz Maria Soares. As cidades médias brasileiras: os desafios e a complexidade do seu papel na organização do espaço regional (década de 1970). In: **Urbanização e cidades. Perspectivas Geográficas.** São Paulo: Gaspar/EDUSP, 2001. p. 569-607.

PRED, Alan. **Sistemas de Cidades em economias adiantadas:** crescimento passado, processos presentes e opções de desenvolvimento futuro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

REDWOOD III, John. Reversión de polarización, ciudades secundárias y eficiencia en el desarrollo nacional: una visión teórica aplicada al Brasil contemporáneo. **Revista Latinoamericana de Estudios Regionales,** Santiago: v.11, n.32, dez. 1984.

SANFÉLIU, C. B; TORNÉ, J. M. L. **Ciudades intermedias y urbanización mundial.** Lleida: Ed. Ajuntament de Lleida, 1999.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. **Manual de Geografia urbana**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1979. p. 21-36.

SOARES, B. R.. **Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização**. Presidente Prudente (SP): Pós-Graduação em Geografia – FCTUNESP, n.6, 1999, p. 55-63.

SPOSITO, Maria E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: **Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas**. São Paulo: Gasper/EDUSP. , 2001. p. 609-643.

SIEDENBERG, D. T. Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico: uma síntese. **Desenvolvimento em Questão**, Janeiro-Junho, número 001. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, Brasil, 2003. p. 45-71.

STEINBERGER, M.; BRUNA, G. C. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado. In: **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

TOPALOV, C. **La urbanization capitalista: algunos elementos para su análisis**. México: Editorial Edicol México, 1979. cap. 1. p. 15-35.

_____. Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. **Espaço e Debates**, São Paulo, Ano VIII, v. 1, n. 23, p. 05-30, 1988.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O.G. (Org). **O Fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973

PREFEITURA DE VITÓRIA DA CONQUISTA. Disponível em: <www.pmvc.com.br>. Acesso em: Julho/2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <www.ibge.gov.br/censos-demograficos>. Acesso em: Fevereiro/2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível em: <[www.ipeadata.gov.br/Dados populacionais, PIB e IDH](http://www.ipeadata.gov.br/Dados-populacionais,PIB-e-IDH)>. Acesso em: Março/2010.

WIKIPEDIA. Disponível em: <wikipedia.org/wiki/Produto_interno_bruto>. Acesso em: Junho/2010.

ANEXOS

ANEXO 1 - Brasil: 1950/2000. População Residente e taxa de crescimento geométrico da população dos Municípios Médios selecionados - 1950/2000

(continua)

Município	1950	1960	1970	1980	1991	2000	50/60	60/70	70/80	80/91	91/00
São José dos Campos	44.804	77.533	148.332	287.513	442.370	539.313	5,64	6,70	6,84	3,99	2,23
Ribeirão Preto	92.160	147.361	212.879	318.544	436.682	504.923	4,81	3,75	4,11	2,91	1,63
Uberlândia	54.984	88.282	124.706	240.967	367.061	501.214	4,85	3,51	6,81	3,90	3,52
Sorocaba	93.928	138.323	175.677	269.888	379.006	493.468	3,95	2,42	4,39	3,13	2,98
Feira de Santana	107.205	141.757	187.290	291.506	406.447	480.949	2,83	2,82	4,52	3,07	1,89
Juiz de Fora	126.989	182.481	238.510	307.534	385.996	456.796	3,69	2,71	2,57	2,09	1,89
Londrina	71.412	134.821	228.101	301.696	390.100	447.065	6,56	5,40	2,84	2,36	1,53
Joinville	43.334	70.687	126.058	235.803	347.151	429.604	5,01	5,96	6,46	3,58	2,40
Campos dos Goytacazes	237.633	292.292	318.806	348.542	389.109	406.989	2,09	0,87	0,90	1,01	0,50
Caxias do Sul	58.594	102.702	144.871	220.553	290.925	360.419	5,77	3,50	4,29	2,55	2,41
São José do Rio Preto	65.852	84.039	122.134	188.599	283.761	358.523	2,47	3,81	4,44	3,78	2,63
Campina Grande	173.206	207.445	195.303	247.827	326.307	355.331	1,82	-0,60	2,41	2,53	0,95
Moji das Cruzes	61.553	100.194	138.751	197.935	273.175	330.241	4,99	3,31	3,62	2,97	2,13
Piracicaba	87.835	116.190	152.505	214.307	283.833	329.158	2,84	2,76	3,46	2,59	1,66
Jundiá	69.165	118.874	169.076	258.809	289.269	323.397	5,57	3,59	4,35	1,02	1,25
Pelotas	127.641	178.265	207.869	259.994	291.100	323.158	3,40	1,55	2,26	1,03	1,17
Bauru	65.452	93.980	131.936	186.659	261.112	316.064	3,68	3,45	3,53	3,10	2,14
Montes Claros	71.736	132.502	116.486	177.302	250.062	306.947	6,33	-1,28	4,29	3,18	2,30
Maringá	-	104.131	121.374	168.232	240.292	288.653		1,54	3,32	3,29	2,06
Anápolis	50.338	68.732	105.029	180.012	239.378	288.085	3,16	4,33	5,54	2,62	2,08
Franca	53.485	68.027	93.638	148.990	233.098	287.737	2,43	3,25	4,75	4,15	2,37
Ponta Grossa	53.578	90.889	126.940	186.656	233.984	273.616	5,43	3,40	3,93	2,08	1,75
Santarém	60.229	93.151	135.215	191.945	265.062	262.538	4,46	3,80	3,57	2,98	-0,11
Vitória da Conquista	96.664	143.486	125.573	170.619	225.091	262.494	4,03	-1,32	3,11	2,55	1,72
Blumenau	48.108	67.092	100.275	157.251	212.025	261.808	3,38	4,10	4,60	2,75	2,37
Foz do Iguaçu	16.421	28.212	33.966	136.352	190.123	258.543	5,56	1,87	14,91	3,07	3,47
Caruaru	102.877	106.231	142.653	172.532	213.697	253.634	0,32	2,99	1,92	1,96	1,92
Uberaba	69.434	87.833	124.490	199.208	211.824	252.051	2,38	3,55	4,81	0,56	1,95
Limeira	46.281	60.719	90.963	150.561	207.770	249.046	2,75	4,12	5,17	2,97	2,03
Governador Valadares	60.958	122.209	162.020	196.117	230.524	247.131	7,20	2,86	1,93	1,48	0,78
Cascavel	-	39.598	89.921	163.470	192.990	245.369		8,55	6,16	1,52	2,70
Santa Maria	83.001	120.975	156.609	181.571	217.592	243.611	3,84	2,62	1,49	1,66	1,26
Volta Redonda	-	88.740	125.295	183.620	220.305	242.063		3,51	3,90	1,67	1,05
Imperatriz	14.064	39.331	80.827	220.079	276.502	230.566	10,83	7,47	10,54	2,10	-2,00
Petrolina	27.330	35.517	61.252	104.297	175.406	218.538	2,65	5,60	5,47	4,84	2,47
Mossoró	40.681	57.690	97.245	145.981	192.267	213.841	3,55	5,36	4,15	2,54	1,19
Ipatinga	-	-	47.882	150.318	180.069	212.496			12,12	1,66	1,86
Juazeiro do Norte	56.146	68.494	96.047	135.620	173.566	212.133	2,01	3,44	3,51	2,27	2,25
Marília	86.844	90.884	98.176	121.768	161.149	197.342	0,46	0,77	2,18	2,58	2,28
Itabuna	147.730	118.417	112.721	153.339	185.277	196.675	-2,19	-0,49	3,13	1,73	0,67
São Carlos	47.731	62.045	85.425	119.535	158.221	192.998	2,66	3,25	3,42	2,58	2,23
Presidente Prudente	60.903	72.782	105.707	136.849	165.484	189.186	1,80	3,80	2,62	1,74	1,50
Rio Grande	77.915	100.378	116.488	146.114	172.422	186.544	2,57	1,50	2,29	1,52	0,88
Arapiraca	37.073	56.872	94.287	136.178	164.921	186.466	4,37	5,19	3,74	1,76	1,37
Sete Lagoas	24.868	41.656	66.585	100.618	144.014	184.871	5,29	4,80	4,21	3,31	2,81
Divinópolis	32.361	53.340	80.344	117.333	151.462	183.962	5,12	4,18	3,86	2,35	2,18
Araraquara	62.688	82.898	100.438	128.122	166.731	182.471	2,83	1,94	2,46	2,42	1,01
Cachoeiro de Itapemirim	81.082	91.564	100.010	123.686	143.449	174.879	1,22	0,89	2,15	1,36	2,23
Juazeiro	34.416	40.742	61.648	118.175	128.767	174.567	1,70	4,23	6,72	0,78	3,44
Nova Friburgo	47.755	70.145	90.420	123.383	167.081	173.418	3,92	2,57	3,16	2,79	0,41
Barra Mansa	70.880	63.814	101.660	154.719	172.216	170.753	-1,04	4,77	4,29	0,98	-0,09
Criciúma	50.854	62.650	81.452	110.597	146.320	170.420	2,11	2,66	3,11	2,58	1,71
Araçatuba	59.452	81.263	108.512	129.307	159.557	169.254	3,17	2,93	1,77	1,93	0,66
Passo Fundo	101.887	93.179	93.850	121.155	147.318	168.458	-0,89	0,07	2,59	1,79	1,50

Rio Claro	47.073	60.681	78.040	110.202	138.243	168.218	2,57	2,55	3,51	2,08	2,20
Marabá	11.130	20.332	24.474	59.881	123.668	168.020	6,21	1,87	9,36	6,82	3,46
Dourados	22.834	84.955	79.186	106.500	135.984	164.949	14,04	-0,70	3,01	2,25	2,17
Lages	77.234	121.027	128.728	155.295	151.235	157.682	4,59	0,62	1,89	-0,24	0,46
Sobral	70.011	73.716	102.197	118.024	127.489	155.276	0,52	3,32	1,45	0,70	2,21
Guarapuava	67.436	96.947	110.903	158.585	159.634	155.161	3,70	1,35	3,64	0,06	-0,32
Rondonópolis	-	22.554	62.086	81.375	126.627	150.227		10,66	2,74	4,10	1,92
Itajaí	52.057	55.515	63.139	86.456	119.631	147.494	0,65	1,30	3,19	3,00	2,35
Jequié	90.155	112.940	100.174	116.867	144.772	147.202	2,28	-1,19	1,55	1,97	0,19
Chapecó	96.624	51.981	49.865	83.772	123.050	146.967	-6,01	-0,41	5,32	3,56	1,99
Luziânia	19.657	27.884	32.807	92.817	207.674	141.082	3,56	1,64	10,96	7,60	-4,20
Caxias	107.347	129.271	88.334	125.509	145.725	139.756	1,88	-3,74	3,57	1,37	-0,46
Poços de Caldas	25.237	38.743	57.565	86.971	110.123	135.627	4,38	4,04	4,21	2,17	2,34
Castanhal	14.261	21.618	37.910	65.246	102.071	134.496	4,25	5,78	5,58	4,15	3,11
Macaé	54.873	58.805	65.318	75.863	100.895	132.461	0,69	1,06	1,51	2,63	3,07
Parnaíba	49.369	63.496	79.216	102.174	127.929	132.282	2,55	2,24	2,58	2,06	0,37
Alagoinhas	52.007	75.422	77.963	102.166	116.894	130.095	3,79	0,33	2,74	1,23	1,20
Paranaguá	24.638	38.825	62.327	81.971	107.675	127.339	4,65	4,85	2,78	2,51	1,88
Uruguaiana	48.773	63.713	74.613	91.498	117.456	126.936	2,71	1,59	2,06	2,30	0,87
Cabo Frio	16.176	27.441	44.379	70.961	84.915	126.828	5,43	4,92	4,81	1,65	4,56
Itapetininga	38.181	47.800	63.606	84.381	105.132	125.559	2,27	2,90	2,87	2,02	1,99
Bragança Paulista	51.623	69.152	63.676	84.050	108.980	125.031	2,97	-0,82	2,81	2,39	1,54
Patos de Minas	64.244	97.286	76.211	86.121	102.946	123.881	4,24	-2,41	1,23	1,64	2,08
Angra dos Reis	20.929	28.773	40.276	57.869	85.571	119.247	3,23	3,42	3,69	3,62	3,76
Abaetetuba	36.587	45.080	57.520	74.541	99.989	119.152	2,11	2,47	2,63	2,71	1,97
Bagé	64.923	77.392	90.280	100.133	118.967	118.767	1,77	1,55	1,04	1,58	-0,02
Garanhuns	101.471	113.392	71.623	87.038	103.341	117.749	1,12	-4,49	1,97	1,57	1,46
Vitória de Santo Antão	75.946	88.993	80.537	93.198	106.848	117.609	1,60	-0,99	1,47	1,25	1,07
Rio Verde	24.731	40.390	55.697	74.699	96.309	116.552	5,03	3,27	2,98	2,34	2,14
Santa Rita	42.929	47.325	53.357	68.227	94.413	115.844	0,98	1,21	2,49	3,00	2,30
Barbacena	68.285	66.545	73.898	86.391	99.954	114.126	-0,26	1,05	1,57	1,33	1,48
Araguaína	-	10.826	37.780	72.063	103.315	113.143		13,31	6,67	3,33	1,01
Colatina	100.437	154.966	105.096	111.678	106.845	112.711	4,43	-3,81	0,61	-0,40	0,60
Linhares	29.381	65.418	92.329	123.163	119.690	112.617	8,33	3,51	2,92	-0,26	-0,67
Jaú	44.141	54.161	56.301	74.012	94.116	112.104	2,07	0,39	2,77	2,21	1,96
Codó	59.657	71.781	93.003	108.966	111.967	111.146	1,87	2,62	1,60	0,25	-0,08
Varginha	23.555	33.579	43.628	64.904	88.022	108.998	3,61	2,65	4,05	2,81	2,40
Botucatu	41.264	44.767	51.954	64.545	90.761	108.306	0,82	1,50	2,19	3,15	1,98
Apucarana	88.977	66.091	69.302	80.245	95.064	107.827	-2,93	0,48	1,48	1,55	1,41
Santa Cruz do Sul	69.605	76.854	86.787	99.645	117.773	107.632	1,00	1,22	1,39	1,53	-1,00
Teixeira de Freitas	-	-	-	-	85.547	107.486					2,57
Ji-Paraná	-	-	-	121.714	97.799	106.800				-1,97	0,98
Pouso Alegre	28.731	27.763	38.072	57.362	81.836	106.776	-0,34	3,21	4,18	3,28	3,00
Catanduva	44.431	49.513	58.251	72.865	93.317	105.847	1,09	1,64	2,26	2,27	1,41
Guaratinguetá	36.657	52.577	68.869	84.864	102.072	104.219	3,67	2,74	2,11	1,69	0,23
Barretos	50.249	59.204	65.574	72.768	95.414	103.913	1,65	1,03	1,05	2,49	0,95
Conselheiro Lafaiete	47.327	55.567	50.960	72.445	89.059	102.836	1,62	-0,86	3,58	1,89	1,61
Total/média	5.758.670	7.872.475	9.818.038	14.088.307	18.226.157	21.103.752	3,09	2,52	3,70	2,29	1,59

Fonte: IBGE. Censos demográficos 1950/2000. In: Ipeadata.

ANEXO 2 - Brasil: 2010/2050. Projeção populacional dos municípios médios selecionados
para os períodos 2010/2050

(continua)

Município	2010	2015	2020	2025	2030	2035	2040	2045	2050
Uberlândia	658.408	726.044	787.725	844.676	896.208	940.308	975.741	1.003.533	1.024.297
Sorocaba	626.373	683.551	735.696	783.841	827.405	864.686	894.641	918.136	935.689
São José dos Campos	650.445	698.248	741.843	782.094	818.516	849.684	874.728	894.370	909.046
Ribeirão Preto	588.336	624.212	656.929	687.138	714.472	737.863	756.658	771.400	782.414
Feira de Santana	565.854	602.373	635.677	666.427	694.251	718.062	737.194	752.199	763.411
Joinville	517.042	554.653	588.953	620.623	649.279	673.802	693.506	708.960	720.507
Juiz de Fora	535.972	570.026	601.083	629.757	655.704	677.908	695.749	709.742	720.196
Londrina	528.278	563.210	595.066	624.479	651.094	673.870	692.170	706.523	717.247
São José do Rio Preto	447.973	486.454	521.548	553.950	583.269	608.359	628.519	644.330	656.144
Caxias do Sul	440.336	474.713	506.064	535.010	561.202	583.617	601.627	615.752	626.306
Moji das Cruzes	409.496	443.590	474.683	503.391	529.367	551.597	569.459	583.468	593.935
Bauru	378.970	406.029	430.706	453.489	474.106	491.748	505.924	517.042	525.349
Foz do Iguaçu	338.651	373.119	404.553	433.576	459.837	482.311	500.368	514.531	525.113
Montes Claros	372.245	400.334	425.949	449.600	471.001	489.315	504.030	515.572	524.195
Campos dos Piracicaba	441.349	456.125	469.599	482.041	493.298	502.932	510.673	516.744	521.280
386.622	411.339	433.879	454.690	473.522	489.637	502.585	512.741	520.329	
Franca	350.526	377.536	402.167	424.910	445.489	463.099	477.249	488.347	496.639
Campina Grande	392.899	409.055	423.789	437.392	449.702	460.235	468.699	475.338	480.298
Anápolis	343.779	367.735	389.582	409.753	428.005	443.625	456.175	466.018	473.373
Maringá	343.931	367.708	389.392	409.413	427.528	443.031	455.488	465.258	472.557
Pelotas	364.440	382.194	398.385	413.334	426.861	438.437	447.738	455.033	460.483
Blumenau	318.947	343.526	365.941	386.637	405.364	421.390	434.267	444.366	451.912
Jundiá	361.852	378.389	393.471	407.396	419.996	430.779	439.443	446.238	451.315
Cascavel	304.665	330.174	353.437	374.915	394.351	410.982	424.346	434.828	442.659
Petrolina	284.132	312.355	338.093	361.856	383.359	401.761	416.546	428.143	436.807
Ponta Grossa	322.351	343.312	362.429	380.079	396.049	409.717	420.698	429.311	435.747
Uberaba	301.962	323.431	343.010	361.087	377.445	391.443	402.690	411.512	418.102
Luziânia	220.686	254.964	286.224	315.087	341.204	363.553	381.511	395.596	406.119
Limeira	296.206	316.491	334.990	352.070	367.525	380.751	391.378	399.713	405.940
Caruaru	299.175	318.763	336.626	353.120	368.044	380.816	391.078	399.126	405.140
Vitória da Conquista	304.996	323.277	339.948	355.340	369.268	381.187	390.764	398.275	403.887
Santa Maria	287.140	305.862	322.936	338.701	352.966	365.173	374.982	382.675	388.422
Santarém	292.188	304.940	316.568	327.305	337.020	345.334	352.014	357.253	361.168
Juazeiro do Norte	256.367	275.394	292.746	308.767	323.264	335.670	345.638	353.456	359.297
Juazeiro	228.160	251.219	272.248	291.664	309.232	324.267	336.348	345.822	352.902
Sete Lagoas	232.182	252.535	271.096	288.234	303.741	317.012	327.675	336.038	342.286
Marabá	219.940	242.279	262.652	281.462	298.482	313.048	324.751	333.931	340.789
Marília	238.869	256.732	273.022	288.063	301.673	313.319	322.677	330.017	335.501
Ipatinga	249.431	265.317	279.805	293.181	305.285	315.643	323.966	330.493	335.370
Cabo Frio	188.205	214.627	238.723	260.971	281.103	298.330	312.173	323.030	331.141
São Carlos	232.869	250.020	265.661	280.102	293.169	304.351	313.336	320.384	325.649
Volta Redonda	266.494	277.000	286.581	295.427	303.432	310.282	315.786	320.103	323.329
Chapecó	195.838	216.866	236.044	253.750	269.772	283.483	294.500	303.141	309.596
Governador Valadares	265.685	273.663	280.939	287.657	293.736	298.938	303.118	306.396	308.846
Divinópolis	221.191	237.205	251.810	265.294	277.495	287.936	296.326	302.906	307.822
Cachoeiro do Mossoró	210.909	226.407	240.541	253.591	265.399	275.504	283.624	289.992	294.750
238.125	248.568	258.092	266.885	274.842	281.651	287.122	291.413	294.619	
Macaé	178.232	197.928	215.890	232.475	247.481	260.323	270.642	278.735	284.781
Rio Claro	203.235	218.297	232.034	244.716	256.193	266.014	273.905	280.094	284.718
Presidente Prudente	216.013	227.551	238.073	247.788	256.578	264.101	270.145	274.886	278.428
Passo Fundo	200.771	214.670	227.346	239.049	249.639	258.701	265.983	271.694	275.961
Dourados	198.121	212.389	225.401	237.416	248.287	257.590	265.065	270.928	275.309
Araraquara	208.442	219.611	229.797	239.202	247.712	254.994	260.846	265.435	268.864
Arapiraca	210.797	221.262	230.805	239.616	247.588	254.411	259.893	264.193	267.405
Sobral	187.332	201.121	213.696	225.306	235.812	244.802	252.026	257.692	261.925
Criciúma	197.799	209.575	220.314	230.229	239.201	246.879	253.048	257.886	261.502
Castanhhal	172.232	188.468	203.274	216.944	229.314	239.900	248.405	255.076	260.060

Rondonópolis	182.628	196.566	209.277	221.013	231.632	240.720	248.021	253.748	258.027
Imperatriz	238.423	241.801	244.882	247.727	250.301	252.503	254.273	255.661	256.698
Itajaí	179.506	193.276	205.834	217.428	227.920	236.898	244.112	249.770	253.998
Angra dos Reis	158.859	175.904	191.448	205.800	218.787	229.901	238.830	245.834	251.067
Rio Grande	202.351	209.148	215.347	221.071	226.250	230.682	234.243	237.036	239.123
Itabuna	209.384	214.848	219.832	224.433	228.597	232.160	235.023	237.268	238.946
Guarapuava	178.725	188.860	198.102	206.636	214.357	220.965	226.275	230.439	233.550
Poços de Caldas	164.922	177.524	189.016	199.627	209.228	217.445	224.046	229.224	233.093
Araçatuba	188.048	196.130	203.501	210.306	216.464	221.734	225.968	229.289	231.771
Lages	177.836	186.503	194.407	201.705	208.309	213.960	218.501	222.063	224.723
Paranaguá	156.404	168.907	180.309	190.836	200.362	208.514	215.064	220.202	224.040
Rio Verde	148.617	162.413	174.993	186.609	197.120	206.115	213.342	219.010	223.246
Bragança Paulista	154.020	166.491	177.863	188.363	197.865	205.996	212.529	217.653	221.481
Itapetininga	153.425	165.412	176.344	186.438	195.571	203.386	209.666	214.592	218.272
Araguaína	141.087	153.108	164.071	174.194	183.353	191.191	197.489	202.428	206.119
Patos de Minas	147.819	158.115	167.505	176.175	184.020	190.733	196.127	200.358	203.519
Pouso Alegre	135.746	148.210	159.576	170.071	179.567	187.694	194.223	199.344	203.171
Barra Mansa	178.905	182.410	185.607	188.558	191.229	193.515	195.351	196.791	197.867
Santa Rita	140.443	151.024	160.674	169.583	177.645	184.544	190.088	194.436	197.684
Nova Friburgo	180.451	183.475	186.233	188.780	191.084	193.055	194.640	195.882	196.811
Parnaíba	150.771	158.723	165.975	172.670	178.729	183.913	188.079	191.347	193.788
Abacetuba	141.021	150.428	159.006	166.927	174.093	180.227	185.154	189.020	191.907
Teixeira de Freitas	132.785	143.668	153.593	162.757	171.049	178.144	183.846	188.318	191.659
Varginha	133.118	143.493	152.955	161.692	169.597	176.362	181.797	186.061	189.246
Uruguaiana	143.083	150.027	156.360	162.207	167.498	172.026	175.664	178.517	180.649
Jaú	132.631	141.459	149.511	156.945	163.672	169.429	174.054	177.682	180.392
Alagoinhas	144.956	151.347	157.175	162.557	167.426	171.593	174.941	177.567	179.529
Botucatu	128.334	136.949	144.805	152.059	158.622	164.239	168.752	172.292	174.937
Garanhuns	134.046	141.055	147.446	153.348	158.688	163.258	166.930	169.809	171.961
Barbacena	130.162	137.059	143.349	149.156	154.411	158.908	162.521	165.355	167.473
Santa Cruz do Sul	125.472	133.146	140.143	146.604	152.451	157.454	161.474	164.627	166.982
Colatina	128.191	134.849	140.920	146.526	151.599	155.940	159.428	162.163	164.207
Catanduva	122.969	130.333	137.049	143.249	148.860	153.662	157.520	160.546	162.806
Linhares	127.471	133.859	139.685	145.063	149.931	154.096	157.442	160.067	162.028
Caxias	145.939	148.598	151.022	153.261	155.286	157.020	158.412	159.505	160.321
Bagé	131.095	136.396	141.231	145.695	149.734	153.191	155.968	158.146	159.774
Vitória de Santo Antão	129.696	134.894	139.635	144.011	147.972	151.361	154.084	156.220	157.816
Jequié	149.888	151.042	152.095	153.067	153.947	154.700	155.305	155.779	156.134
Apucarana	122.250	128.453	134.110	139.333	144.059	148.103	151.352	153.901	155.806
Conselheiro Lafaiete	118.461	125.180	131.309	136.967	142.087	146.469	149.989	152.750	154.813
Guaratinguetá	118.401	124.500	130.062	135.198	139.845	143.822	147.017	149.523	151.396
Codó	119.838	123.575	126.984	130.131	132.979	135.416	137.374	138.909	140.057
Barretos	113.439	117.535	121.271	124.720	127.841	130.512	132.658	134.342	135.599
Ji-Paraná	110.289	111.789	113.157	114.420	115.562	116.540	117.326	117.943	118.403
Total	25.045.366	26.740.921	28.287.198	29.714.885	31.006.736	32.112.256	33.000.534	33.697.235	34.217.765

Fonte: Leste/IGC-UFMG

ANEXO 3 – PIB absoluto e crescimento geométrico do PIB dos municípios núcleo das metrópoles 1999/2007

Municípios	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	99/01	02/04	05/07	99/07
São Paulo	119.500.063	127.437.119	123.252.749	156.019.157	152.955.198	152.125.277	164.761.263	167.942.066	183.129.568	1,56	-1,26	5,43	5,48
Belo Horizonte	15.692.105	15.688.063	16.176.987	17.392.221	17.005.174	18.459.470	18.244.057	19.277.997	21.866.880	1,53	3,02	9,48	4,23
Belém	5.760.567	6.464.402	6.397.129	6.458.900	6.451.390	6.991.603	7.106.711	7.432.782	7.895.959	5,38	4,04	5,41	4,02
Curitiba	16.372.606	16.391.052	15.968.188	16.801.031	17.392.323	18.075.872	18.698.714	19.088.072	21.627.473	-1,24	3,72	7,55	3,54
Fortaleza	11.032.040	11.146.470	11.009.252	11.910.565	11.713.552	11.906.198	12.641.241	13.257.460	14.006.220	-0,10	-0,02	5,26	3,03
Recife	9.850.239	9.811.668	9.767.002	10.461.257	9.565.165	9.745.552	10.286.915	10.873.877	11.856.755	-0,42	-3,48	7,36	2,34
Salvador	12.875.408	12.282.966	12.340.877	13.578.637	12.245.415	13.397.971	14.199.275	14.330.621	15.295.657	-2,10	-0,67	3,79	2,18
Porto Alegre	16.550.997	16.510.641	16.286.042	16.925.335	15.963.817	16.065.946	17.728.500	17.887.458	19.133.942	-0,80	-2,57	3,89	1,83
Rio de Janeiro	76.560.546	76.730.775	75.803.336	75.591.187	69.889.422	76.123.071	74.216.020	76.004.024	79.868.353	-0,50	0,35	3,74	0,53
Total/médias	284.194.571	292.463.157	287.001.562	325.138.288	313.181.457	322.890.959	337.882.696	346.094.357	374.680.807	0,37	0,35	5,77	3,02

Fonte: IBGE. In: Ipeadata. Produto Interno Bruto 1999/2007

ANEXO 4 - Brasil: 1999/2007. Crescimento geométrico do PIB dos municípios médios Selecionados - 1999/2007

(continua)

Municípios médios	1999/01	2002/04	2005/07	1999/07
Itajaí	13,6	48,3	9,6	22,5
Caxias	13,0	26,2	12,3	19,4
Marabá	20,0	28,4	16,6	17,9
Rondonópolis	10,0	34,9	3,0	14,3
Campos dos Goytacazes	38,9	-18,0	6,5	13,6
Rio Verde	24,5	1,8	9,1	13,5
Linhães	14,7	15,5	14,1	12,9
Araguaína	25,0	12,8	3,2	12,7
Arapiraca	11,3	9,7	15,1	11,8
Imperatriz	7,4	19,6	5,6	11,3
Cabo Frio	31,4	-26,6	5,1	11,3
Anápolis	16,1	-1,8	22,7	11,2
Angra dos Reis	20,2	-11,1	4,8	10,9
Paranaguá	17,9	28,5	19,6	10,8
Luziânia	15,4	5,5	4,3	10,6
Mossoró	13,8	3,3	12,5	10,4
Santarém	12,7	11,5	6,2	10,3
Sete Lagoas	20,2	8,8	13,9	10,2
Vitória da Conquista	7,9	6,8	9,5	9,7
Jequié	10,9	10,9	5,3	9,4
Ribeirão Preto	3,0	20,1	8,1	9,3
Guarapuava	11,6	6,2	16,5	8,3
Teixeira de Freitas	15,8	-3,7	8,0	8,0
Uruguaiana	6,7	-0,1	7,7	7,9
Jundiá	8,9	3,7	12,7	7,8
Feira de Santana	8,9	-1,1	10,8	7,7
Abaetetuba	17,6	-0,8	10,3	7,7
Botucatu	7,8	-4,8	10,1	7,5
Cascavel	6,4	5,2	11,6	7,3
Joinville	15,5	1,4	7,2	7,1
São José do Rio Preto	4,9	7,3	6,3	6,7
Passo Fundo	10,3	5,6	7,7	6,6
Varginha	-1,8	1,6	12,3	6,6
Sorocaba	8,0	5,8	8,5	6,4
Lages	16,2	0,2	2,4	6,4
Divinópolis	10,3	5,5	4,5	6,4
Castanhal	1,5	6,7	8,6	6,3
Maringá	4,5	3,6	8,9	6,3
Caruaru	6,4	-0,4	9,3	6,2
Codó	13,4	-6,6	3,6	6,2
Juazeiro	13,3	-13,7	8,3	6,2
Sobral	9,2	-11,1	3,4	6,1
Itabuna	7,0	0,3	3,9	6,1
Pouso Alegre	13,8	4,4	14,0	6,1
Londrina	6,5	5,3	8,9	6,1
Uberlândia	11,7	-3,8	11,0	6,1

Governador Valadares	11,6	-2,1	5,6	5,9
Piracicaba	9,4	-4,6	10,7	5,9
Rio Grande	16,6	-3,5	15,7	5,9
Conselheiro Lafaiete	8,4	7,9	4,5	5,9
Campina Grande	10,4	-5,2	12,6	5,8
Parnaíba	4,4	4,9	6,2	5,6
Moji das Cruzes	10,0	-0,6	7,4	5,6
Ponta Grossa	13,4	-3,7	6,0	5,6
Cachoeiro de Itapemirim	10,4	4,1	6,1	5,4
Criciúma	14,9	-2,8	4,4	5,4
Catanduva	5,5	-1,7	5,1	5,4
Bauru	0,4	7,2	7,7	5,2
Santa Maria	7,1	1,2	6,5	5,1
Rio Claro	8,2	-6,6	5,4	5,1
Uberaba	14,2	-4,7	9,6	5,0
Colatina	1,0	4,4	7,9	5,0
Juazeiro do Norte	2,4	-4,2	11,1	5,0
Caxias do Sul	15,0	-4,7	3,7	5,0
Dourados	8,3	3,0	9,0	4,9
Alagoinhas	13,7	-8,7	8,2	4,7
Presidente Prudente	-1,2	9,9	3,3	4,7
Ji-Paraná	9,2	-1,2	0,9	4,5
Marília	0,9	6,5	7,3	4,5
Ipatinga	15,2	-2,0	5,8	4,4
Guaratinguetá	8,2	4,1	3,4	4,4
Araçatuba	5,1	2,4	9,4	4,4
Blumenau	9,1	-0,6	7,5	4,3
Barbacena	5,1	2,1	4,2	4,3
Bragança Paulista	8,9	-2,6	8,3	4,3
Limeira	12,1	-5,9	6,5	4,3
Montes Claros	10,2	-5,6	6,3	4,3
Franca	0,3	7,2	3,2	4,2
Vitória de Santo Antão	7,9	-5,3	4,8	3,8
Macaé	52,1	-41,4	4,6	3,8
Patos de Minas	8,1	1,8	2,2	3,6
Petrolina	6,9	-7,1	2,5	3,5
Jaú	2,9	-1,1	5,5	3,4
Garanhuns	10,3	-12,7	9,2	3,2
Itapetininga	14,9	-11,0	4,0	3,1
Apucarana	5,3	-2,3	5,5	3,1
Araraquara	4,7	-6,7	5,3	3,1
Juiz de Fora	5,4	-2,4	6,3	3,0
São Carlos	13,1	-9,1	4,3	2,4
Barretos	5,3	-9,6	0,6	2,3
Chapecó	-1,4	-2,5	6,2	1,6
Bagé	4,7	-3,8	1,1	1,6
Santa Rita	17,1	-2,6	4,3	1,3
Poços de Caldas	15,2	-4,9	-2,9	1,3
Pelotas	4,4	-5,5	4,8	1,1
São José dos Campos	17,4	-7,2	-0,6	0,7
Nova Friburgo	5,8	-11,5	4,8	0,4
Foz do Iguaçu	1,3	-10,2	6,3	0,3
Santa Cruz do Sul	6,2	-9,2	-2,8	0,2
Volta Redonda	6,4	-5,8	3,4	-0,1
Barra Mansa	4,2	-7,4	-5,6	-2,6
Média	10,6	0,7	7,1	6,3

Fonte: IBGE. In: Ipeadata. Produto Interno Bruto 1999/2007

ANEXO 5 - Brasil: 1991/2000. Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios Médios
 Selecionados por Unidades da Federação - 1991/2000

(continua)

UF	Nome	1991	2000
RS	Caxias do Sul	0,807	0,857
SC	Joinville	0,808	0,857
SP	Jundiaí	0,81	0,857
SC	Blumenau	0,822	0,855
SP	Ribeirão Preto	0,825	0,855
SP	São José dos Campos	0,815	0,849
SC	Chapecó	0,774	0,848
SP	Araçatuba	0,797	0,848
SP	Presidente Prudente	0,795	0,846
RS	Santa Maria	0,811	0,845
MG	Poços de Caldas	0,79	0,841
PR	Maringá	0,794	0,841
SP	São Carlos	0,797	0,841
SP	Piracicaba	0,803	0,836
MG	Uberaba	0,792	0,834
SP	São José do Rio Preto	0,802	0,834
SP	Catanduva	0,804	0,833
MG	Divinópolis	0,772	0,831
MG	Uberlândia	0,795	0,83
SP	Araraquara	0,799	0,83
MG	Juiz de Fora	0,801	0,828
SP	Sorocaba	0,799	0,828
MG	Pouso Alegre	0,794	0,826
SC	Itajaí	0,792	0,825
SP	Bauru	0,802	0,825
SP	Rio Claro	0,815	0,825
MG	Varginha	0,787	0,824
PR	Londrina	0,792	0,824
SC	Criciúma	0,79	0,822
SP	Botucatu	0,798	0,822
SP	Marília	0,784	0,821
SP	Bragança Paulista	0,768	0,82
SP	Franca	0,803	0,82
SP	Jaú	0,791	0,819
SP	Guaratinguetá	0,792	0,818
RS	Santa Cruz do Sul	0,776	0,817
RS	Pelotas	0,792	0,816
RJ	Volta Redonda	0,79	0,815
SP	Limeira	0,781	0,814
MG	Patos de Minas	0,769	0,813
SC	Lages	0,743	0,813
PR	Cascavel	0,772	0,81
RJ	Nova Friburgo	0,77	0,81
GO	Rio Verde	0,726	0,807
MG	Ipatinga	0,748	0,806
RJ	Barra Mansa	0,736	0,806
PR	Ponta Grossa	0,766	0,804
RS	Passo Fundo	0,79	0,804
RS	Bagé	0,775	0,802
SP	Barretos	0,779	0,802
SP	Moji das Cruzes	0,779	0,801
PR	Apucarana	0,744	0,799
MG	Barbacena	0,719	0,798
MG	Conselheiro Lafaiete	0,733	0,793
RS	Rio Grande	0,772	0,793
RJ	Cabo Frio	0,73	0,792
MG	Sete Lagoas	0,737	0,791

MT	Rondonópolis	0,753	0,791
RJ	Macaé	0,755	0,79
GO	Anápolis	0,766	0,788
MS	Dourados	0,76	0,788
PR	Foz do Iguaçu	0,767	0,788
RS	Uruguaiana	0,77	0,788
SP	Itapetininga	0,778	0,786
MG	Montes Claros	0,687	0,783
PR	Paranaguá	0,769	0,782
ES	Colatina	0,691	0,773
PR	Guarapuava	0,701	0,773
MG	Governador Valadares	0,737	0,772
RJ	Angra dos Reis	0,718	0,772
ES	Cachoeiro de Itapemirim	0,743	0,77
ES	Linhares	0,614	0,757
GO	Luziânia	0,716	0,756
RO	Ji-Paraná	0,657	0,753
RJ	Campos dos Goytacazes	0,686	0,752
TO	Araguaína	0,649	0,749
PE	Petrolina	0,6	0,747
PA	Castanhal	0,609	0,746
PA	Santarém	0,557	0,746
BA	Feira de Santana	0,644	0,74
RN	Mossoró	0,577	0,735
BA	Alagoinhas	0,589	0,729
MA	Imperatriz	0,555	0,722
PB	Campina Grande	0,618	0,721
PA	Marabá	0,563	0,714
PE	Caruaru	0,607	0,713
BA	Vitória da Conquista	0,574	0,708
PA	Abaetetuba	0,512	0,706
CE	Sobral	0,481	0,699
BA	Teixeira de Freitas	0,551	0,698
CE	Juazeiro do Norte	0,503	0,697
BA	Jequié	0,509	0,694
PE	Garanhuns	0,557	0,693
BA	Juazeiro	0,522	0,683
PI	Parnaíba	0,489	0,674
PE	Vitória de Santo Antão	0,497	0,663
PB	Santa Rita	0,451	0,659
AL	Arapiraca	0,473	0,656
MA	Caxias	0,414	0,614
MA	Codó	0,365	0,558
<hr/>			
Média Ponderada		0,72	0,79

Fonte:IBGE. Censos Demográficos 1991/2000. In: Ipeadata.

**ANEXO 6 - Região de Influência de Londrina: População Residente 1991/2000/2007 -
Crescimento Geométrico da População 1991/00 e 2000/07 e Taxas Líquidas de Migração
1995/00**

(continua)

UF	Município/cidade	1991	2000	2007	teg91/00	teg00/07	TLM95/00
PR	Londrina	390.100	447.065	497.833	1,53	1,55	3,80
PR	Apucarana	95.064	107.827	115.323	1,41	0,96	-1,31
PR	Arapongas	64.556	85.428	96.669	3,16	1,78	15,50
PR	Cornélio Procópio	46.644	46.861	46.931	0,05	0,02	-11,99
PR	Santo Antônio da Platina	38.714	39.943	40.480	0,35	0,19	-5,40
PR	Jacarezinho	40.858	39.625	39.327	-0,34	-0,11	-8,79
PR	Bandeirantes	34.310	33.732	32.290	-0,19	-0,62	-3,88
PR	Ivaiporã	45.564	32.270	31.344	-3,76	-0,42	-29,05
PR	Ibaiti	26.026	26.448	28.050	0,18	0,84	-11,14
PR	Cambará	21.343	22.740	23.956	0,71	0,75	-0,26
PR	Andirá	19.584	21.663	21.330	1,13	-0,22	-6,86
PR	Jandaia do Sul	18.574	19.676	19.534	0,64	-0,10	-5,30
PR	Cândido de Abreu	21.607	18.795	17.775	-1,54	-0,79	-22,67
PR	Siqueira Campos	14.226	16.000	16.663	1,31	0,58	8,67
PR	Assaí	20.325	18.045	16.098	-1,31	-1,62	-26,44
PR	Faxinal	19.926	15.608	15.527	-2,68	-0,07	-23,17
PR	Sertanópolis	14.291	15.147	15.485	0,65	0,32	-0,36
PR	Bela Vista do Paraíso	15.098	15.031	14.996	-0,05	-0,03	-6,25
PR	Curiúva	10.503	12.904	14.338	2,31	1,52	16,28
PR	Porecatu	17.102	15.881	14.174	-0,82	-1,61	-27,03
PR	Ribeirão do Pinhal	13.841	14.341	13.389	0,40	-0,98	-12,50
PR	Carlópolis	12.357	13.305	13.170	0,82	-0,15	3,61
PR	Manoel Ribas	11.956	13.066	12.762	0,99	-0,34	-15,04
PR	Santa Mariana	14.711	13.470	11.992	-0,97	-1,65	-6,65
PR	São João do Ivaí	16.663	13.196	11.854	-2,56	-1,52	-28,37
PR	Jaguapitã	10.613	10.932	11.782	0,33	1,08	-5,63
PR	Florestópolis	11.998	12.190	11.571	0,18	-0,74	-8,59
PR	São Jerônimo da Serra	13.275	11.750	11.563	-1,35	-0,23	-12,18
PR	Uraí	13.299	11.876	11.489	-1,25	-0,47	-11,55
PR	Centenário do Sul	14.269	11.817	11.247	-2,07	-0,70	-30,28
PR	Jataizinho	10.428	11.327	11.244	0,92	-0,11	-7,10
PR	Tamarana	-	9.713	10.887		1,64	-9,03
PR	Ribeirão Claro	11.385	10.903	10.882	-0,48	-0,03	-6,84
PR	Primeiro de Maio	11.910	10.728	10.753	-1,15	0,03	-15,56
PR	Joaquim Távora	9.875	9.661	10.247	-0,24	0,84	-8,49
PR	São Pedro do Ivaí	9.333	9.473	9.569	0,17	0,14	-29,15
PR	Alvorada do Sul	9.685	9.253	9.014	-0,51	-0,37	-11,65
PR	Marilândia do Sul	13.764	9.071	8.932	-4,53	-0,22	-10,94
PR	Tomazina	11.912	9.931	8.814	-2,00	-1,69	-15,29
PR	São Sebastião da Amoreira	7.943	8.548	8.681	0,82	0,22	4,64
PR	Congonhinhas	7.773	7.851	8.552	0,11	1,23	8,32
PR	Figueira	9.585	9.038	8.380	-0,65	-1,07	-24,20
PR	Borrazópolis	11.481	9.453	8.275	-2,14	-1,88	-32,20
PR	Nova Fátima	8.385	8.305	8.054	-0,11	-0,44	-11,71
PR	Mauá da Serra	-	6.471	7.814		2,73	24,00
PR	Abatiá	10.238	8.259	7.791	-2,36	-0,83	-8,16
PR	Grandes Rios	12.156	7.868	7.641	-4,72	-0,42	-32,96
PR	Califórnia	7.329	7.678	7.546	0,52	-0,25	0,89
PR	Itambaracá	9.717	7.090	6.935	-3,44	-0,32	-13,44

PR	Quatiguá	5.766	6.742	6.877	1,75	0,28	0,84
PR	Cambira	9.793	6.688	6.862	-4,15	0,37	8,13
PR	Sapopema	7.095	6.872	6.638	-0,35	-0,49	-10,90
PR	Bom Sucesso	7.116	6.173	6.397	-1,57	0,51	-29,21
PR	Sertaneja	6.708	6.521	5.894	-0,31	-1,43	-11,54
PR	Pinhalão	5.728	6.217	5.893	0,91	-0,76	4,52
PR	Rosário do Ivaí	9.908	6.585	5.823	-4,44	-1,74	-26,67
PR	Sabáudia	5.293	5.413	5.447	0,25	0,09	-8,66
PR	Salto do Itararé	6.360	5.549	5.087	-1,50	-1,23	-5,67
PR	Lunardelli	7.530	5.668	5.082	-3,11	-1,55	-16,32
PR	Jaboti	4.376	4.590	5.019	0,53	1,28	8,61
PR	Japira	4.834	4.901	4.694	0,15	-0,61	11,12
PR	Kaloré	6.568	5.044	4.664	-2,89	-1,11	-28,36
PR	Lupionópolis	4.459	4.323	4.375	-0,34	0,17	0,02
PR	Leópolis	4.761	4.440	4.230	-0,77	-0,69	-0,68
PR	Marumbi	5.007	4.612	4.142	-0,91	-1,52	-31,45
PR	Lidianópolis	-	4.783	4.123		-2,10	-6,80
PR	Santa Amélia	4.628	4.407	4.062	-0,54	-1,16	-14,53
PR	Rancho Alegre	4.509	4.197	4.001	-0,79	-0,68	-16,35
PR	Arapuã	-	4.172	3.945		-0,80	-1,67
PR	Rio Branco do Ivaí	-	3.758	3.850		0,35	14,65
PR	Nova Santa Bárbara	-	3.611	3.802		0,74	-26,34
PR	Santa Cecília do Pavão	8.642	4.064	3.676	-8,04	-1,42	-26,04
PR	Guapirama	3.806	4.068	3.639	0,74	-1,58	-3,08
PR	Godoy Moreira	5.294	3.836	3.568	-3,52	-1,03	-15,14
PR	Conselheiro Mairinck	3.493	3.463	3.554	-0,10	0,37	-25,66
PR	Prado Ferreira	-	3.152	3.344		0,85	1,93
PR	Nova América da Colina	4.105	3.585	3.298	-1,49	-1,18	-17,30
PR	Rio Bom	4.197	3.546	3.260	-1,86	-1,19	-29,49
PR	Cruzmaltina	-	3.459	3.116		-1,48	23,94
PR	Barra do Jacaré	3.151	2.723	2.757	-1,61	0,18	-21,95
PR	Novo Itacolomi	-	2.866	2.747		-0,60	-9,93
PR	Cafeara	2.398	2.485	2.702	0,40	1,20	6,16
PR	Pitangueiras	-	2.418	2.664		1,39	-18,97
PR	Ariranha do Ivaí	-	2.883	2.540		-1,79	5,27
PR	Santo Antônio do Paraíso	2.488	2.790	2.354	1,28	-2,40	28,90
PR	Miraselva	5.326	1.961	1.899	-10,51	-0,46	-11,50
Total/médias		1.433.635	1.509.818	1.564.978	-1	-0,29	-8,97

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991/2000 e contagem de população 2007. In: Ipeadata. Leste - IGC/UFGM

ANEXO 7 - Brasil: 2002/07. Produto Interno Bruto e Taxa de crescimento do PIB da região de influência de Londrina – 2002/07

(continua)

Município/cidade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	pib02/04	pib05/07	pib02/07
Londrina	3.647.604	3.886.903	3.942.279	3.853.559	3.926.149	4.574.028	2,62	5,88	4,63
Arapongas	650.961	743.172	837.823	784.921	789.915	861.842	8,78	3,17	5,77
Apucarana	620.702	625.675	659.480	643.347	667.242	716.174	2,04	3,64	2,90
Cornélio Procopio	327.890	355.610	348.586	324.192	321.275	341.937	2,06	1,79	0,84
Jacarezinho	222.427	237.428	233.964	230.775	230.071	223.459	1,70	-1,07	0,09
Santo Antônio da Platina	149.328	159.595	161.742	170.333	183.970	193.791	2,70	4,39	5,35
Andirá	133.379	136.406	132.854	125.954	118.567	167.983	-0,13	10,07	4,72
Cambará	138.130	156.543	161.600	144.575	163.186	162.321	5,37	3,93	3,28
Bandeirantes	143.082	150.976	156.625	139.642	143.494	155.160	3,06	3,57	1,63
Ivaiporã	126.756	144.441	138.452	134.879	139.419	140.619	2,99	1,40	2,10
Sertãozinho	145.414	158.834	147.812	135.464	131.943	139.416	0,55	0,96	-0,84
Ibaiti	97.908	105.743	123.240	116.564	123.467	131.605	7,97	4,13	6,09
Japira	80.687	130.461	133.746	88.862	93.380	123.238	18,35	11,52	8,84
Jandaia do Sul	97.428	108.993	114.181	113.075	123.172	121.513	5,43	2,43	4,52
Assaí	100.196	117.367	119.414	94.797	100.015	109.047	6,02	4,78	1,71
Jaguapitã	64.830	84.453	96.537	97.446	97.225	107.102	14,19	3,20	10,56
Bela Vista do Paraíso	83.766	96.341	89.525	78.054	73.915	102.013	2,24	9,33	4,02
Cândido de Abreu	52.620	70.004	62.346	73.308	83.754	89.567	5,82	6,91	11,22
Marilândia do Sul	59.049	70.947	71.359	58.785	57.429	89.191	6,52	14,91	8,60
Faxinal	65.833	82.680	84.670	74.002	75.357	85.203	8,75	4,81	5,29
São Pedro do Ivaí	65.704	69.495	70.564	62.366	76.611	80.206	2,41	8,75	4,07
Siqueira Campos	58.233	62.745	64.238	66.296	70.170	73.361	3,33	3,43	4,73
Porecatu	67.505	77.640	75.636	65.213	68.534	73.253	3,86	3,95	1,65
Joaquim Távora	44.081	53.293	60.480	61.204	57.217	72.760	11,12	5,93	10,54
Santa Mariana	67.036	90.997	87.706	66.047	58.639	70.764	9,37	2,33	1,09
Mauá da Serra	59.402	84.038	85.731	73.027	65.889	70.299	13,01	-1,26	3,43
Sertaneja	52.652	79.855	77.052	52.142	41.088	67.573	13,53	9,03	5,12
Manoel Ribas	60.424	73.756	69.892	57.848	57.331	63.712	4,97	3,27	1,07
Primeiro de Maio	62.875	72.044	63.757	53.546	54.097	62.874	0,47	5,50	0,00
São João do Ivaí	60.734	69.867	70.820	56.604	57.261	59.508	5,25	1,68	-0,41
Uraí	48.929	54.179	53.245	47.302	47.571	56.251	2,86	5,95	2,83
Tamarana	43.209	52.649	48.700	50.079	39.518	52.830	4,07	1,80	4,10
Alvorada do Sul	50.782	64.087	54.262	45.641	45.326	51.582	2,23	4,16	0,31
Curiúva	39.290	52.810	45.467	53.534	49.373	49.657	4,99	-2,47	4,79
Ribeirão Claro	40.206	45.336	46.077	45.251	49.557	48.871	4,65	2,60	3,98
Carlópolis	45.086	46.486	53.143	48.823	49.875	47.269	5,63	-1,07	0,95
Borrazópolis	43.602	46.493	49.936	38.239	41.203	46.670	4,63	6,87	1,37
Ribeirão do Pinhal	38.102	44.240	48.196	41.789	36.610	45.313	8,15	2,74	3,53
Jataizinho	40.258	41.454	49.312	43.280	41.300	45.278	7,00	1,52	2,38
São Sebastião da Amoreira	39.140	51.994	53.389	41.028	40.389	44.773	10,90	2,95	2,73
Florestópolis	39.210	43.664	46.163	37.659	42.029	42.503	5,59	4,12	1,63
São Jerônimo da Serra	29.879	38.872	44.321	35.438	35.854	39.545	14,05	3,72	5,77
Sabáudia	29.195	34.862	35.726	27.867	28.417	38.640	6,96	11,51	5,77
Cambira	26.758	33.731	36.903	31.630	34.567	38.345	11,31	6,63	7,46
Centenário do Sul	41.034	45.477	41.930	38.970	34.909	37.909	0,72	-0,92	-1,57
Congonhinhas	28.525	32.041	38.076	28.597	31.817	35.527	10,11	7,50	4,49
Nova Fátima	33.299	38.770	38.406	32.161	31.955	34.116	4,87	1,99	0,49
Rio Branco do Ivaí	11.463	16.011	15.068	23.235	25.990	31.139	9,54	10,25	22,12
Tomazina	27.582	32.014	33.848	29.399	28.930	30.273	7,06	0,98	1,88
Itambaracá	28.876	39.030	37.751	24.133	24.619	29.874	9,34	7,37	0,68
Abatiá	25.001	28.913	30.868	25.426	23.250	29.738	7,28	5,36	3,53
Rosário do Ivaí	16.296	17.936	17.493	19.336	27.558	29.277	2,39	14,83	12,43
Califórnia	23.879	25.634	26.633	26.258	27.406	28.924	3,71	3,27	3,91
Bom Sucesso	21.149	27.722	28.025	23.629	26.019	28.607	9,84	6,58	6,23
Kaloré	25.362	28.380	30.590	22.015	20.596	28.062	6,45	8,43	2,04
Quatiguá	25.992	26.969	25.751	27.363	27.061	27.967	-0,31	0,73	1,48

Leópolis	28.433	40.218	37.428	24.206	19.645	26.880	9,59	3,55	-1,12
Figueira	29.125	23.055	25.225	25.187	28.457	26.616	-4,68	1,86	-1,79
Sapopema	17.932	21.924	23.589	22.765	23.740	25.159	9,57	3,39	7,01
Grandes Rios	22.973	26.542	25.114	25.457	25.241	24.953	3,02	-0,66	1,67
Santa Cecília do Pavão	17.601	22.104	24.579	20.174	20.825	24.201	11,77	6,26	6,58
Pinhalão	20.567	22.276	25.776	23.091	26.885	23.600	7,82	0,73	2,79
Lupionópolis	15.225	17.325	15.759	22.443	24.072	23.494	1,16	1,54	9,06
Lunardelli	20.387	21.935	21.033	17.970	17.368	20.318	1,05	4,18	-0,07
Rancho Alegre	21.834	29.984	29.303	17.811	13.744	19.143	10,30	2,43	-2,60
Cruzmaltina	23.121	30.342	27.869	18.468	15.601	19.141	6,42	1,20	-3,71
Prado Ferreira	14.136	19.235	22.365	15.165	17.029	18.783	16,52	7,39	5,85
Arapuã	16.530	22.507	20.230	15.042	14.563	18.379	6,96	6,91	2,14
Pitangueiras	16.393	20.234	21.438	13.895	13.961	18.268	9,36	9,55	2,19
Nova América da Colina	17.705	17.821	18.875	15.240	16.119	18.186	2,16	6,07	0,54
Guapirama	15.918	18.313	16.570	15.496	14.138	17.915	1,35	4,95	2,39
Salto do Itararé	15.007	15.369	17.325	15.200	17.845	17.717	4,90	5,24	3,38
Barra do Jacaré	18.029	21.901	23.418	13.147	15.114	16.916	9,11	8,76	-1,27
Marumbi	14.174	17.543	18.276	14.746	16.356	16.885	8,84	4,62	3,56
Jaboti	12.537	13.401	14.550	14.436	16.061	15.803	5,09	3,06	4,74
Lidianópolis	18.088	18.400	18.215	14.642	13.131	15.705	0,23	2,36	-2,79
Rio Bom	13.488	16.007	15.838	13.564	12.802	15.026	5,50	3,47	2,18
Santa Amélia	13.912	18.018	19.463	12.665	15.103	14.986	11,84	5,77	1,50
Santo Antônio do Paraíso	14.709	20.209	19.522	12.946	11.150	14.445	9,90	3,72	-0,36
Conselheiro Mairinck	12.766	14.787	15.304	13.285	12.866	14.358	6,23	2,62	2,38
Ariranhá do Ivaí	11.376	16.264	14.209	10.282	10.670	12.904	7,69	7,87	2,55
Nova Santa Bárbara	14.865	15.681	15.377	11.831	12.587	12.689	1,14	2,36	-3,12
Cafeara	11.680	13.579	13.772	12.453	13.558	12.482	5,65	0,08	1,34
Novo Itacolomi	8.018	9.762	9.296	8.503	8.962	10.538	5,06	7,41	5,62
Godoy Moreira	9.314	11.289	10.554	9.867	9.799	10.465	4,25	1,98	2,36
Miraselva	7.430	7.901	7.967	8.108	8.042	8.203	2,36	0,39	2,00
Total/Média	8.962.012	9.949.988	10.159.629	9.482.996	9.646.915	10.882.613	4,27	4,70	3,29

Fonte: IBGE. In: Ipeadata. PIB 2002/2007.

ANEXO 8 - Região de Influência de Joinville: População residente 1991/2000/2007 - Taxa de crescimento Geométrico da população 1991/00 e 2000/07 e Taxas Líquidas de Migração 1995/00

UF	Município/cidade	Pop.1991	Pop. 2000	Pop. 2007	tcg91/00	tcg00/07	TLM (%)95/00
SC	Joinville	347.151	429.604	487.003	2,40	1,81	2,28
SC	São Bento do Sul	50.328	65.437	72.548	2,96	1,48	10,46
SC	Canoinhas	55.376	51.631	52.677	-0,78	0,29	-18,57
SC	Mafra	47.042	49.940	51.014	0,67	0,30	-8,40
SC	Rio Negrinho	28.460	37.707	42.237	3,18	1,63	5,70
SC	São Francisco do Sul	29.593	32.301	37.613	0,98	2,20	18,71
SC	Itaiópolis	26.240	19.086	19.752	-3,48	0,49	-9,72
SC	Barra Velha	13.231	15.530	18.575	1,80	2,59	20,27
SC	Três Barras	15.636	17.124	17.937	1,02	0,66	-5,89
SC	Papanduva	16.232	16.822	17.056	0,40	0,20	-8,24
SC	Massaranduba	11.168	12.562	13.777	1,32	1,33	1,00
SC	Corupá	10.389	11.847	12.758	1,47	1,06	3,33
SC	Campo Alegre	10.074	11.634	11.391	1,61	-0,30	1,46
SC	Itapoá	4.007	8.839	10.719	9,19	2,79	70,47
SC	Irineópolis	9.762	9.734	10.287	-0,03	0,79	-14,94
SC	Monte Castelo	8.600	8.350	8.113	-0,33	-0,41	-29,43
SC	Major Vieira	7.326	6.906	7.337	-0,65	0,87	-10,92
SC	Balneário Barra do Sul		6.045	7.278		2,69	59,71
SC	Bela Vista do Toldo		5.721	5.909		0,46	0,94
SC	São João do Itaperiú		3.161	3.289		0,57	14,14
Total/média		690.615	819.981	907.270	1,93	1,46	4,77

Fonte: IBGE. Censos demográficos 1991/2000 e contagem de população 2007. In: Ipeadata. Leste - IGC/UFGM

ANEXO 9 - Brasil: 2002/2007. Produto Interno Bruto e taxas de crescimento do PIB da Região de Influência de Joinville

Município/cidade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	pib02/04	pib05/07	pib02/07
Joinville	4.750.155	4.843.530	5.408.520	5.716.545	6.350.913	6.566.742	4,42	4,73	6,69
São Francisco do Sul	1.130.015	1.258.252	942.710	1.504.393	1.710.567	1.693.994	-5,86	4,04	8,43
São Bento do Sul	718.617	746.674	837.132	767.069	742.696	775.778	5,22	0,38	1,54
Mafra	384.565	401.954	439.870	401.019	386.285	402.770	4,58	0,15	0,93
Canoinhas	373.903	409.090	438.994	403.847	383.313	394.115	5,5	-0,81	1,06
Rio Negrinho	287.171	275.659	308.467	291.426	283.658	283.686	2,41	-0,89	-0,24
Três Barras	160.336	170.654	192.896	167.100	154.351	185.403	6,36	3,53	2,95
Barra Velha	70.366	86.797	108.717	132.293	136.888	146.706	15,61	3,51	15,83
Itaiópolis	108.764	128.694	131.958	127.560	127.425	133.759	6,66	1,59	4,22
Massaranduba	96.187	116.299	122.540	110.699	115.705	114.671	8,41	1,18	3,58
Papanduva	92.188	104.115	121.202	101.568	98.363	113.726	9,55	3,84	4,29
Corupá	71.467	75.412	91.908	94.331	88.851	95.904	8,75	0,55	6,06
Campo Alegre	77.282	78.184	84.508	75.837	73.364	73.531	3,02	-1,02	-0,99
Irineópolis	64.848	79.334	83.394	71.283	60.365	70.709	8,75	-0,27	1,75
Itapoá	42.890	46.058	47.878	51.852	59.933	61.735	3,74	5,99	7,56
Major Vieira	42.976	51.684	44.965	41.222	40.303	53.468	1,52	9,06	4,47
Monte Castelo	28.208	32.331	54.172	44.796	43.128	45.295	24,3	0,37	9,93
Balneário Barra do Sul	27.323	28.903	30.265	33.091	39.015	40.713	3,47	7,15	8,3
Bela Vista do Toldo	33.195	41.092	38.617	34.096	30.691	39.761	5,17	5,26	3,68
São João do Itaperiú	24.237	24.754	23.494	21.125	23.538	25.035	-1,03	5,82	0,65
Total/Média	8.584.695	8.999.469	9.552.205	10.191.150	10.949.355	11.317.500	3,62	3,56	4,53

Fonte: IBGE. In: Ipeadata. PIB 2002/2007.

**ANEXO 10 - Região de Influência de Vitória da Conquista: População residente
1991/2000/2007 - Crescimento geométrico da população 1991/00 e 2000/07 e Taxas
Líquidas de Migração 1995/00**

(continua)

UF	Município/cidade	Pop.1991	Pop.2000	Pop.2007	tcg91/00	tcg00/07	TLM (%)95/00
BA	Vitória da Conquista	225.091	262.494	308.204	1,72	2,32	-2,00
BA	Guanambi	65.592	71.728	76.230	1,00	0,87	-11,82
BA	Itapetinga	53.476	57.931	63.243	0,89	1,26	-4,59
BA	Brumado	57.176	61.670	62.381	0,84	0,16	-11,16
BA	Bom Jesus da Lapa	48.910	54.421	62.199	1,19	1,93	-18,39
BA	Caetité	40.380	45.090	46.192	1,23	0,35	-5,20
BA	Poçoões	37.834	44.213	44.759	1,75	0,18	5,05
BA	Livramento de Nossa Senhora	34.345	38.025	42.146	1,14	1,48	4,28
BA	Itambé	23.901	30.850	33.687	2,88	1,26	-23,02
BA	Barra do Choça	24.844	40.818	32.489	5,67	-3,21	2,47
BA	Serra do Ramalho	33.164	32.600	31.130	-0,19	-0,66	9,70
BA	Riacho de Santana	27.259	28.643	29.425	0,55	0,39	-12,49
BA	Paratinga	24.181	27.679	28.671	1,51	0,50	-13,39
BA	Iguaí	22.984	25.134	27.849	1,00	1,48	-5,77
BA	Cândido Sales	23.568	28.516	26.727	2,14	-0,92	-3,69
BA	Anagé	41.544	31.060	25.716	-3,18	-2,66	-13,01
MG	Pedra Azul	22.068	23.608	24.851	0,75	0,74	-22,93
BA	Encruzilhada	21.362	32.924	22.525	4,92	-5,28	2,80
BA	Caculé	17.812	20.339	21.847	1,49	1,03	-4,06
BA	Planalto	23.526	21.707	21.486	-0,89	-0,15	0,24
BA	Palmas de Monte Alto	20.477	20.099	21.107	-0,21	0,70	-16,13
BA	Barra da Estiva	17.246	24.440	20.750	3,95	-2,31	-3,90
BA	Paramirim	22.577	18.921	20.055	-1,94	0,83	-8,14
BA	Tanhaçu	18.310	20.044	19.591	1,01	-0,33	-6,12
BA	Nova Canaã	13.815	15.366	18.829	1,19	2,95	-9,34
BA	Tremedal	20.867	21.200	18.483	0,18	-1,94	-16,36
BA	Ituaçu	16.095	17.268	17.939	0,78	0,55	-8,66
BA	Itarantim	17.216	16.923	17.615	-0,19	0,57	-13,79
BA	Condeúba	17.898	18.047	17.004	0,09	-0,85	-10,86
BA	Malhada	15.210	15.614	16.085	0,29	0,43	-7,60
BA	Macarani	14.057	14.594	16.046	0,42	1,36	-13,24
BA	Boa Nova	13.505	20.544	16.007	4,77	-3,50	-16,24
BA	Ibicoara	8.726	14.453	15.856	5,77	1,33	27,58
BA	Urandi	15.974	16.076	15.822	0,07	-0,23	-8,02
BA	Tanque Novo	12.661	15.771	15.745	2,47	-0,02	-6,63
BA	Pindaí	16.575	15.494	15.306	-0,75	-0,17	-14,23
BA	Belo Campo	14.301	17.655	15.262	2,37	-2,06	1,29
BA	Iramaia	17.199	17.553	15.134	0,23	-2,10	-19,75
BA	Rio do Antônio	13.322	14.637	15.096	1,05	0,44	-5,72
BA	Presidente Jânio Quadros	14.125	17.045	14.803	2,11	-1,99	-3,74
BA	Igaporã	13.952	14.557	14.499	0,47	-0,06	-14,24
BA	Jacaraci	13.939	13.520	14.346	-0,34	0,85	-16,67
BA	Ribeirão do Largo	10.930	15.303	14.297	3,81	-0,97	8,62
BA	Mortugaba	12.907	12.598	13.905	-0,27	1,42	-5,52
BA	Lagoa Real	10.978	12.765	13.795	1,69	1,11	-3,21
BA	Piripá	10.416	16.128	13.515	4,98	-2,49	16,54
BA	Rio de Contas	14.068	13.935	13.447	-0,11	-0,51	-10,87
BA	Licínio de Almeida	14.089	12.349	12.695	-1,45	0,40	-12,78
MG	Águas Vermelhas	19.185	11.878	12.674	-5,19	0,93	-14,75
BA	Sítio do Mato	8.699	11.752	12.567	3,40	0,96	30,11
BA	Candiba	12.610	12.124	12.352	-0,44	0,27	-20,33
BA	Matina	8.999	10.242	12.322	1,45	2,68	-12,35
BA	Caetanos	10.655	13.076	12.133	2,30	-1,06	-5,21
BA	Iuiú	10.841	10.489	11.469	-0,37	1,28	-23,49
BA	Dom Basílio	9.730	10.427	11.087	0,77	0,88	-3,29
BA	Botuporã	10.254	11.522	11.026	1,30	-0,63	-5,32

BA	Sebastião Laranjeiras	9.090	9.283	10.712	0,23	2,07	-12,09
BA	Caraíbas	17.088	17.164	10.541	0,05	-6,73	-1,27
BA	Caatiba	9.707	15.508	10.367	5,34	-5,59	-4,05
BA	Potiraguá	10.389	14.579	10.350	3,84	-4,78	-12,64
BA	Bom Jesus da Serra	10.226	10.502	10.295	0,30	-0,28	-10,11
BA	Ibiassucê	11.898	12.828	9.507	0,84	-4,19	-2,28
BA	Mirante	8.189	13.666	9.174	5,86	-5,53	-3,80
BA	Maetinga	10.399	13.686	8.793	3,10	-6,12	8,98
BA	Abaíra	8.754	9.067	8.638	0,39	-0,69	-9,28
BA	Caturama	9.714	8.640	8.545	-1,29	-0,16	-17,43
BA	Cordeiros	10.664	8.193	8.518	-2,89	0,56	-10,05
BA	Jussiape	10.229	10.051	8.465	-0,19	-2,42	-14,20
BA	Maiquique	7.833	7.326	8.324	-0,74	1,84	-11,80
MG	Divisópolis		6.480	7.852		2,78	-0,67
BA	Malhada de Pedras	7.279	8.426	7.620	1,64	-1,43	-3,23
BA	Guajeru	8.534	12.836	7.062	4,64	-8,18	-10,24
BA	Feira da Mata	6.343	6.235	6.328	-0,19	0,21	-8,75
MG	Divisa Alegre		4.815	5.793		2,68	14,46
BA	Contendas do Sincorá	4.763	4.264	3.857	-1,22	-1,42	-9,84
Total/média		1.542.524	1.727.408	1.741.162	1,27	-0,50	-6,88

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991/2000 e Contagem da população 2007. In: Ipeadata.
Leste - IGC/UFGM.

**ANEXO 11 - Brasil: 2002/2007. Produto Interno Bruto e taxa de crescimento do PIB da
Região de Influência de Vitória da Conquista – 2002/07**

(continua)

UF	Município/cidade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	pib02/04	pib05/07	pib02/07
BA	Vitória da Conquista	882.803	850.007	933.897	1.131.953	1.189.154	1.358.298	1,89	6,26	9,00
BA	Itapetinga	202.008	197.264	209.928	216.678	225.372	274.971	1,29	8,27	6,36
BA	Guanambi	183.539	178.218	175.807	196.659	203.897	227.729	-1,42	5,01	4,41
BA	Brumado	194.967	200.964	229.573	230.337	218.674	222.898	5,60	-1,09	2,71
BA	Bom Jesus da Lapa	154.177	144.994	141.339	135.365	149.234	165.954	-2,86	7,03	1,48
BA	Barra do Choça	107.914	90.983	73.528	113.148	148.022	150.702	-12,00	10,02	6,91
BA	Ibicoara	57.960	79.667	57.638	57.337	110.397	133.409	-0,19	32,51	18,14
BA	Caetitê	90.450	88.309	98.156	101.850	112.383	126.219	2,76	7,41	6,89
BA	Poçoões	69.840	72.682	82.268	91.634	89.483	97.093	5,61	1,95	6,81
BA	Livramento de Nossa Senhora	86.416	77.792	73.862	79.741	89.036	96.384	-5,10	6,52	2,21
MG	Pedra Azul	67.658	81.347	74.303	72.795	69.966	77.966	3,17	2,31	2,88
BA	Encruzilhada	53.548	49.337	44.495	55.880	55.354	60.466	-5,99	2,66	2,46
BA	Serra do Ramalho	68.611	76.159	60.948	58.469	52.620	58.895	-3,87	0,24	-3,01
BA	Riacho de Santana	87.797	67.168	69.263	61.177	53.472	57.276	-7,60	-2,17	-8,19
BA	Barra da Estiva	35.587	50.669	55.963	62.056	53.631	55.317	16,29	-3,76	9,22
BA	Itambé	48.315	45.519	45.321	50.459	51.905	55.255	-2,11	3,07	2,72
BA	Cândido Sales	48.702	60.094	71.622	58.885	53.181	53.196	13,72	-3,33	1,78
BA	Caculé	34.545	34.098	37.050	40.885	43.803	50.316	2,36	7,16	7,81
BA	Planalto	35.076	37.364	42.984	45.854	46.170	49.430	7,01	2,53	7,10
BA	Paratinga	44.988	43.657	38.352	39.546	39.895	42.202	-5,18	2,19	-1,27
BA	Iguaí	32.368	35.585	33.748	34.358	38.176	40.863	1,40	5,95	4,77
BA	Paramirim	31.002	28.364	29.041	33.812	34.082	37.798	-2,15	3,78	4,04
BA	Anagé	29.988	28.345	26.849	30.663	32.918	35.958	-3,62	5,45	3,70
BA	Itarantim	28.281	28.700	30.033	31.930	33.437	35.232	2,02	3,33	4,49
BA	Tanhaçu	28.828	31.260	27.866	32.486	31.326	33.550	-1,12	1,08	3,08
BA	Ituaçu	23.925	28.074	26.117	29.367	30.047	33.469	2,97	4,45	6,94
BA	Urandi	24.231	23.112	25.196	28.401	29.403	32.393	1,31	4,48	5,98
BA	Palmas de Monte Alto	25.822	24.848	26.044	26.976	28.048	31.607	0,29	5,42	4,13
BA	Tanque Novo	32.323	34.412	26.627	28.038	26.711	31.517	-6,26	3,98	-0,50
BA	Condeúba	21.254	23.219	24.505	26.230	26.888	31.274	4,86	6,04	8,03
BA	Malhada	24.722	23.456	36.182	29.769	25.921	30.218	13,54	0,50	4,10
BA	Nova Canaã	22.742	24.459	24.203	24.803	26.908	29.872	2,10	6,39	5,60
BA	Macarani	21.229	22.518	23.805	26.844	29.140	29.596	3,89	3,31	6,87
BA	Tremedal	21.747	21.938	22.133	24.320	24.554	28.366	0,59	5,26	5,46
BA	Belo Campo	21.556	22.829	24.974	25.863	24.558	28.228	5,03	2,96	5,54
BA	Rio de Contas	22.715	24.715	22.476	25.015	25.428	28.050	-0,35	3,89	4,31
BA	Ribeirão do Largo	27.021	25.736	22.265	27.809	27.083	28.047	-6,25	0,28	0,75
BA	Dom Basílio	21.480	18.152	18.652	20.617	24.555	25.744	-4,60	7,68	3,69
BA	Sítio do Mato	40.711	29.718	27.910	26.783	24.764	25.542	-11,82	-1,57	-8,90
BA	Rio do Antônio	18.118	18.302	17.981	20.842	21.772	24.730	-0,25	5,87	6,42
MG	Águas Vermelhas	29.286	30.041	32.052	32.341	23.871	24.557	3,05	-8,77	-3,46
BA	Iuiú	23.031	23.212	27.567	24.119	21.288	24.482	6,17	0,50	1,23
BA	Boa Nova	20.890	21.067	19.257	24.970	23.551	24.140	-2,68	-1,12	2,93
BA	Licínio de Almeida	21.117	19.454	21.743	20.791	21.741	23.633	0,98	4,36	2,28
BA	Jacaraci	19.475	18.838	19.648	20.207	19.815	22.747	0,30	4,03	3,16
BA	Iramaia	18.111	18.081	18.874	19.826	21.092	22.229	1,39	3,89	4,18
BA	Mortugaba	16.560	16.088	16.690	19.409	20.326	21.865	0,26	4,05	5,72
BA	Igaporã	19.236	18.938	18.446	20.065	20.335	21.798	-1,39	2,80	2,53
BA	Sebastião Laranjeiras	18.421	15.254	16.613	15.879	18.730	21.456	-3,38	10,55	3,10
BA	Pindaí	17.518	17.081	17.610	18.664	18.370	20.963	0,17	3,95	3,66
BA	Lagoa Real	16.081	15.514	16.496	18.054	17.527	20.711	0,85	4,68	5,19
BA	Candiba	15.337	15.683	15.685	17.719	17.949	20.620	0,75	5,18	6,10
MG	Divisópolis	18.120	14.322	15.856	15.583	15.388	20.488	-4,35	9,55	2,49
MG	Divisa Alegre	14.475	15.909	17.414	18.805	19.396	20.193	6,36	2,40	6,88
BA	Ibiassucê	16.353	16.240	16.010	18.201	17.681	19.750	-0,70	2,76	3,85
BA	Presidente Jânio Quadros	15.452	15.778	15.798	18.351	18.292	19.550	0,74	2,13	4,82

BA Botuporã	15.310	14.920	14.072	16.125	16.250	18.559	-2,77	4,80	3,92
BA Potiraguá	16.977	16.694	17.406	20.017	18.110	18.551	0,83	-2,50	1,79
BA Piriapá	16.604	16.638	16.878	19.121	18.165	18.051	0,55	-1,90	1,68
BA Maiquinique	13.869	14.228	15.767	16.020	16.024	17.712	4,37	3,40	5,01
BA Caatiba	18.484	18.497	21.018	21.985	20.283	17.404	4,38	-7,49	-1,20
BA Feira da Mata	14.028	13.321	21.939	14.120	13.855	15.334	16,07	2,79	1,80
BA Caraíbas	15.813	15.772	13.338	12.907	13.681	14.581	-5,52	4,15	-1,61
BA Matina	14.468	13.346	12.698	13.158	13.562	14.446	-4,26	3,16	-0,03
BA Jussiape	14.294	12.457	12.475	13.892	13.665	13.867	-4,43	-0,06	-0,60
BA Abaíra	16.227	11.860	11.547	12.773	13.510	13.838	-10,72	2,71	-3,14
BA Caetanos	10.955	10.878	10.759	13.681	13.527	13.437	-0,60	-0,60	4,17
BA Maetingá	12.117	12.360	12.186	14.161	13.364	12.561	0,19	-3,92	0,72
BA Bom Jesus da Serra	9.135	9.409	7.648	10.883	11.434	12.538	-5,75	4,83	6,54
BA Cordeiros	9.064	9.091	9.095	9.315	10.365	12.399	0,11	10,00	6,47
BA Caturama	9.651	9.196	8.820	9.912	10.656	12.060	-2,96	6,76	4,56
BA Malhada de Pedras	9.479	9.836	9.890	11.276	11.181	11.826	1,42	1,60	4,52
BA Mirante	11.335	11.733	12.152	13.452	12.743	11.708	2,35	-4,52	0,65
BA Guajeru	11.366	11.784	12.286	14.109	12.239	11.706	2,63	-6,03	0,59
BA Contendas do Sincorá	6.524	6.897	6.433	7.563	7.880	8.331	-0,47	3,28	5,01
Total/média	3.620.127	3.574.449	3.685.067	4.043.089	4.197.213	4.654.120	0,59	4,80	3,47

Fonte: IBGE. In: Ipeadata. PIB 2002/2007.

ANEXO 12 – Região de Influência de Petrolina e Juazeiro: População residente
1991/2000/2007 - Crescimento geométrico da população 1991/00 e 2000/07 e Taxas
Líquidas de Migração 1995/00

UF	Município/cidade	Pop.1991	Pop.2000	Pop.2007	tcg91/00	tcg00/07	TLM (%) 95/00
PE	Petrolina	175.406	218.538	268.339	2,47	2,98	7,75
BA	Juazeiro	128.767	174.567	230.538	3,44	4,05	7,30
BA	Campo Formoso	62.104	61.942	65.137	-0,03	0,72	-16,03
PE	Ouricuri	73.526	56.733	63.042	-2,84	1,52	-3,76
BA	Casa Nova	46.838	55.730	62.862	1,95	1,74	-1,69
PE	Santa Maria da Boa Vista	42.006	36.914	39.626	-1,43	1,02	8,37
BA	Remanso	34.381	36.257	38.004	0,59	0,67	-11,88
BA	Sento Sé	28.387	32.461	36.517	1,50	1,70	-9,27
BA	Itiúba	34.403	35.543	35.749	0,36	0,08	-9,07
BA	Pilão Arcado	31.949	30.713	32.844	-0,44	0,96	-13,90
BA	Curaçá	24.895	28.841	32.449	1,65	1,70	-8,07
BA	Jaguarari	31.141	27.412	29.097	-1,41	0,86	-3,04
PE	Cabrobó	23.965	26.741	28.851	1,23	1,09	-18,71
BA	Campo Alegre de Lourdes	26.125	27.607	26.935	0,61	-0,35	-4,32
BA	Uauá	24.343	25.993	24.662	0,73	-0,75	-3,97
BA	Sobradinho	21.208	21.325	21.315	0,06	-0,01	-14,18
PE	Lagoa Grande		19.137	21.125		1,42	10,62
PE	Belém de São Francisco	23.002	20.208	20.545	-1,43	0,24	-32,39
BA	Pindobaçu	24.047	20.869	20.312	-1,56	-0,39	11,64
PE	Parnamirim	18.746	19.289	19.214	0,32	-0,06	-16,39
BA	Abaré	11.449	13.648	17.342	1,97	3,48	-6,35
PE	Afrânio	13.305	15.014	16.471	1,35	1,33	-9,16
BA	Filadélfia	16.994	17.194	15.979	0,13	-1,04	-0,71
PE	Dormentes		14.411	15.595		1,13	-4,26
BA	Ponto Novo	17.171	17.187	14.820	0,01	-2,09	17,40
BA	Andorinha	17.170	15.774	14.132	-0,94	-1,56	6,41
PE	Santa Filomena		12.115	13.759		1,83	1,67
PE	Santa Cruz		11.264	13.644		2,78	0,82
PE	Orocó	10.731	10.825	13.167	0,10	2,84	-11,27
BA	Antônio Gonçalves	14.082	9.716	10.653	-4,04	1,32	-3,90
PE	Itacuruba	3.248	3.669	4.097	1,36	1,59	19,06
	Total/média	979.389	1.117.637	1.266.822	1,48	1,81	-4,35

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991/00 e Contagem da população 2007. In: Ipeadata. Leste - IGC/UFGM

ANEXO 13 - Brasil: 2002/07. Produto Interno Bruto e taxas de crescimento do PIB da Região de Influência de Petrolina e Juazeiro segundo Unidades da Federação

UF	Município/cidade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	pib02/04	pib05/07	pib02/07
PE	Petrolina	861.845	1.036.675	1.034.181	1.052.679	1.052.361	1.105.959	6,26	1,66	5,11
BA	Juazeiro	757.707	631.228	631.849	715.905	765.971	839.970	-5,88	5,47	2,08
BA	Sobradinho	170.606	182.791	210.370	177.275	212.387	282.545	7,23	16,81	10,62
BA	Campo Formoso	115.657	141.619	147.886	137.287	151.205	158.454	8,54	4,90	6,50
BA	Casa Nova	93.216	97.061	96.279	106.956	129.943	153.970	1,08	12,91	10,56
BA	Jaguarari	94.182	124.394	189.359	133.178	197.623	130.015	26,21	-0,80	6,66
PE	Santa Maria da Boa Vista	87.736	93.486	104.345	113.850	120.766	119.892	5,95	1,74	6,44
PE	Ouricuri	95.627	84.887	87.989	96.761	106.597	114.962	-2,74	5,91	3,75
PE	Lagoa Grande	62.470	64.278	64.969	72.448	79.548	93.775	1,32	8,98	8,46
BA	Curaçá	49.333	59.866	59.043	61.995	74.297	79.225	6,17	8,52	9,94
BA	Sento Sé	55.881	62.513	64.739	59.776	68.458	78.637	5,03	9,57	7,07
BA	Remanso	70.053	62.457	61.464	65.060	67.355	74.789	-4,27	4,75	1,32
PE	Cabrobó	61.494	59.250	68.837	69.198	61.233	69.935	3,83	0,35	2,61
BA	Itiúba	39.942	41.851	39.718	43.242	46.466	56.546	-0,19	9,35	7,20
BA	Pilão Arcado	46.811	39.952	42.808	41.993	43.088	48.331	-2,94	4,80	0,64
BA	Uauá	37.143	37.974	40.157	40.711	42.075	45.892	2,64	4,07	4,32
PE	Belém de São Francisco	41.509	35.797	39.490	40.115	39.124	45.108	-1,65	3,99	1,68
BA	Campo Alegre de Lourdes	42.662	36.466	41.369	37.959	38.260	40.910	-1,02	2,53	-0,84
BA	Andorinha	26.097	30.113	40.070	41.621	39.017	40.524	15,37	-0,89	9,20
PE	Parnamirim	31.882	28.527	28.578	33.693	34.403	38.948	-3,58	4,95	4,08
PE	Orocó	23.671	33.922	29.295	32.331	30.018	34.625	7,36	2,31	7,90
BA	Pindobaçu	22.850	27.773	25.568	26.354	26.508	30.464	3,82	4,95	5,92
PE	Dormentes	21.178	22.496	23.385	24.922	26.462	29.751	3,36	6,08	7,03
PE	Afrânio	21.020	21.183	21.954	24.274	26.350	29.252	1,46	6,42	6,83
BA	Filadélfia	17.601	26.419	20.706	23.659	24.323	27.286	5,57	4,87	9,16
BA	Ponto Novo	17.685	23.710	22.419	23.013	23.499	25.273	8,23	3,17	7,40
BA	Abaré	16.734	18.261	16.472	19.563	20.778	23.813	-0,53	6,77	7,31
PE	Santa Cruz	15.826	14.750	14.938	16.695	19.199	20.220	-1,91	6,59	5,02
PE	Santa Filomena	15.847	14.767	15.158	17.081	18.528	18.436	-1,47	2,58	3,07
BA	Antônio Gonçalves	11.910	14.531	12.723	12.584	12.772	15.639	2,23	7,51	5,60
PE	Itacuruba	11.390	10.064	10.734	9.966	9.469	11.089	-1,96	3,62	-0,53
Total/média		3.037.563	3.179.060	3.306.852	3.372.148	3.608.083	3.884.234	2,87	4,83	5,55

Fonte: IBGE. In: Ipeadata PIB 2002/07.